

Assembleia Municipal da Guarda

Ata

Sessão Ordinária de Trinta de Setembro de Dois Mil e Vinte e Quatro

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas nove horas e trinta minutos, teve início, na sala António de Almeida Santos, nos Paços do Concelho da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, sendo a Mesa constituída pelos seguintes elementos: Presidente, José Carlos Travassos Relva; Primeiro Secretário, António Carlos Saraiva Fernandes e Segunda Secretária, Maria da Graça da Fonseca Soares Rodrigues. De seguida, procede-se à transcrição da mesma. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, agradeia o favor de se sentarem para verificar se temos quórum. Neste momento encontram-se presentes setenta e dois senhores Deputados Municipais, pelo que temos quórum e daria início aos trabalhos. Em primeiro lugar, cumprimentar os senhores Deputados eleitos, os senhores Presidentes de Junta, o senhor Presidente da Câmara, a senhora Vice-Presidente, as senhoras e os senhores Vereadores, os funcionários da autarquia, comunicação social e quem assiste. Muito bom dia a todos e bom trabalho. Dando início à sessão, encontram-se inscritos, no período reservado à intervenção do público, o senhor Eng.º Luís Aragão e o Dr. Aires Diniz. Por ordem de inscrição, dava a palavra ao Eng.º Luís Aragão. Faça favor, tem cinco minutos.” -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- **Luís Manuel de Sousa Aragão:** “Bom dia. O tema da minha intervenção é o desenvolvimento social e económico da Guarda e a fileira da construção civil. A legislação das obras particulares sofreu uma alteração radical, em janeiro deste ano, com a publicação do Decreto-Lei 10/2024, de 8 de janeiro, que diz no seu sumário: procede à reforma e simplificação dos licenciamentos no âmbito do urbanismo, ordenamento do território e indústria. No seu preâmbulo, diz: apesar de todo o esforço realizado e de avanços alcançados, Portugal ainda enfrenta alguns desafios no seu ambiente de negócios, prejudicando a competitividade do país e dificultando a atratividade do investimento nacional e estrangeiro. Um dos fatores que contribuem para este diagnóstico são as barreiras excessivas no licenciamento de atividades económicas, que foram apontadas em várias análises por instituições internacionais,

como a Comissão Europeia, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e o Banco Mundial, com aspetos para fomentar a competitividade, a concorrência, o investimento e o crescimento. Sete meses passados, no site da Câmara Municipal da Guarda, nos requerimentos para entrega dos processos, está escrito o seguinte: “Informação - Alterações ao RJUE (Regime Jurídico da Urbanização e Edificação) Tendo em conta a nova redação do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 10/2024 de 08 de janeiro em 04/03/2024 e face à data da publicação das respetivas Portarias em 27/02/2024, não é possível, ao Município, atualizar de imediato os requerimentos e as Normas de instrução de processos, a serem utilizados na apresentação dos mais diversos assuntos relacionados com a Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística. Os serviços estão a fazer esforços para atualizar a documentação referida, com a maior brevidade possível, para ser disponibilizada no site do Município. Assim sendo, e até que a situação fique regularizada, solicita-se que a apresentação dos pedidos seja acompanhada de requerimento fundamentado na atual norma legal em vigor, para as diversas situações, com vista ao devido enquadramento legal.” Fim de citação. Ou, dito de outra forma, façam os requerimentos que nós ainda não conseguimos. Da mesma maneira, a revisão dos Regulamentos Municipais, previstos na alteração à legislação de janeiro de dois mil e vinte e quatro, só agora teve a intenção do seu início de alteração, com a publicitação de, cito: “Ao abrigo do previsto no artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 7 de janeiro, e para os devidos e legais efeitos, publicita-se que a Câmara Municipal da Guarda, por deliberação tomada na sua reunião ordinária de 26/08/2024, decidiu desencadear a partir desta data o procedimento de revisão do Regulamento de Taxas e Outras Receitas e do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, assim como a elaboração do Regulamento da Fiscalização Municipal do Município da Guarda.” Fim de citação. Isto significa que, entre outras coisas, a Câmara continua sem poder cobrar taxas. Ainda sobre os procedimentos necessários à realização das obras, mesmo que sejam simples manutenção ou requalificação, os novos procedimentos na ocupação da via pública deviam ter sido precedidos de uma publicitação para informar da mudança de procedimentos e, por mais legítimos que sejam, não se pode tornar o processo mais moroso, burocraticamente pesado, com um aumento de tempo médio de quinze dias para mais

de dois meses, na minha experiência pessoal, com licenças entregues com o prazo já terminado, o que não lembra nem ao diabo. Revisão do PDM da Guarda: Em setembro de 2019, foi publicado o aviso 14607 para a revisão do PDM, que tinha como previsão de conclusão novembro de 2020. Por solicitação da Associação Nacional de Municípios Portugueses ao Ministério da Coesão Territorial, o prazo para a revisão dos Planos Diretores Municipais foi prorrogado até ao fim de 2024, prazo este que está a terminar, faltam três meses. Será que é desta? Tudo isto faz com que apesar de todas as tentativas no sentido de facilitar a vida aos cidadãos e desburocratizar o país, fazendo fluir a economia sem que a necessidade de cumprir a legislação seja um entrave, na Guarda, isto, infelizmente, ainda não é uma realidade e a Câmara Municipal da Guarda poderá ficar na história como um entrave ao seu desenvolvimento, com uma máquina de destruir projetos, em vez de ser um parceiro no desenvolvimento desses projetos e, consequentemente, do concelho. O desenvolvimento do concelho da Guarda depende de todos os investidores. Do pequeno investidor que quer fazer a sua casa no concelho, do promotor imobiliário que quer desenvolver a sua atividade no concelho, aos grandes investidores que querem investir no comércio, nos serviços ou na indústria também no nosso concelho. É preciso que a Câmara da Guarda seja um impulsionador e não um travão. A fileira da construção não é o único motor de desenvolvimento, mas pode ser uma importante ajuda no desenvolvimento se houver vontade para isso e, a nível nacional, isso já foi enfatizado. Acabamos sempre nas questões por fazer comparações entre municípios e, no nosso caso, a Covilhã e Viseu são sempre um termo de comparação para o bem e para o mal. O desenvolvimento passa por muitos fatores que ao longo do tempo vão influenciando o desenvolvimento dos concelhos. Não deixemos que o potencial que temos em vários projetos, que podem alavancar o nosso desenvolvimento, caia por ficarem parados no tempo. Tenho dito. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Eng^o. Já tenho conhecimento das substituições. No grupo do PG: falta Lídia Aleixo, substituída por Telmo Vaz; falta Luísa Santos, substituída por Paula Cristina Palos. No grupo municipal do PSD, falta João José Alves Correia, substituído por Maria Manuela Rodrigues Pereira Monteiro; falta Dulcineia Catarina Moura, substituída por Sara Cristina Paulos Ramos; falta Rodolfo Alberto Baldaia de Queiroz, substituído por Rodrigo Pires Rasteiro; falta

Guilherme de Azevedo Guimas, substituído por Francisco António Ricardo Jorge Robalo; falta Ana Rita Ventura Brissos, substituída por António José Venâncio Gonçalves... Era a informação que eu tinha. Então, a Ana Rita está presente. Falta Pedro Jorge Vilarinho Nobre, substituído por António Pereira de Andrade Pissarra. Do grupo municipal do Partido Socialista: falta Ana Mendes Godinho, substituída por Liliana Palos Almeida; falta Paulisa Dóris D`Assunção, substituída por Gonçalo Marques. Relativamente às Juntas de Freguesia: falta o Presidente da Junta de Freguesia de Gonçalo, António Jorge Esteves, substituído pelo Secretário Firmino da Costa Cairrão; falta o Presidente da Junta de Freguesia da Guarda, João José Pina Prata, substituído pelo Tesoureiro Rui Manuel Paulos Baía. Muito obrigado, peço desculpa, Ana Rita, mas era a informação que tinha. Muito obrigado. Faça favor, senhor Dr.” -----

- **Aires Antunes Diniz:** “Bom dia a todos. Eu vou falar sobre ferrovia e coesão territorial. Vivemos num concelho e região com evidente debilidade económica e social; por isso devemos inquirir sobre as razões que provocaram e nos levaram a esta situação de marasmo vazio de esperança. Explica essa situação, a inexistência continuada da linha da Beira Alta, que seria para nós inexplicável se não estivéssemos já habituados a estas trapalhadas. Nestas são useiros e vezeiros estes nossos governantes, tal como vemos nas nossas muitas obras intermináveis, tal como antes já tinham sido as da linha da Beira Baixa. Há que, como argumenta o economista Ladislau Dowbor, que foi meu colega na faculdade de economia, resgatar a função social da economia para que a nossa vida social e económica prossiga. Trata-se de algo que perdemos de vista, porque o capital financeiro não se importa com a subutilização da terra, nem com a subutilização da mão-de-obra (mesmo que altamente qualificada), com a subutilização do capital, com a subutilização do nosso potencial científico e tecnológico e, pasme-se, com a subutilização das políticas públicas por ineficiência do Estado, dando origem ao mistério da linha da Beira Alta. É uma situação comentada por Luís Brito no Notícias de Gouveia, de 12 de setembro passado, na página dezasseis, onde vemos estranhas coincidências como o roubo dos paióis de Tancos, pois também roubaram catenárias e onde houve a estranha fuga de presos de Alcoentre. Vão os nossos governantes, com esta sistemática subutilização das políticas públicas, impedindo que muitos venham para o nosso território fazer turismo, exercer atividades diversas ou tão só viver por cá. Muitos não

conseguem sair do ambiente complicado dos nossos mal planeados grandes centros. É onde existem preços altos, cuidados médicos muito deficientes e enormes engarrafamentos, que aqui não há por não haver gente suficiente para os fazer acontecer. Hoje, por acaso, já vi dois. Contudo, há gente do litoral que quer viajar para a nossa terra, mas querem ter a certeza que podem facilmente ir buscar os seus pertences ao litoral, de que estamos isolados por falta da linha da Beira Alta. Constroem, assim, estes nossos governantes, zonas de sacrifício ou de exclusão económica e social fustigadas, frequentemente, por incêndios que os nossos sábios não conseguem explicar, sendo por isso que há entre nós cada vez menos gente. Por isso ninguém protege as paragens de comboio, que já vimos bem animadas com gente que ia ao médico ou simplesmente passear e fazer compras. Estamos assim desconectados do mundo, vivendo a amargura da exclusão, ou seja, da falta de coesão territorial. Enquanto isso nos acontece, noutros países com governos mais amigos dos seus concidadãos, vemos comboios sempre cheios e paragens frequentes em lugares prósperos, porque o servem efetivamente. Claro que, nesses países, os seus cidadãos pagam os seus impostos, bem como alguns dos nossos mais valorosos homens de negócios vão também lá pagá-los e sempre com bom desconto porque os nossos governantes também legislaram nesse sentido. Aqui, tribunais ronceiros arrastam o desfecho da sentença sobre um banco falido (que na linguagem deste capitalismo foi resgatado para escaparmos a uma crise sistémica), enquanto um banqueiro exhibe na televisão o retrato trágico de um doente com Alzheimer, como receitaram os seus advogados. Aproveitam-se desse marasmo alguns empresários da mineração para fazer extensões ilegais e imorais dos seus direitos, destruindo potencialidades agrícolas deste nosso concelho, nomeadamente em Alvarrões, em Gonçalo, afetando as suas potencialidades agrícolas por não haver qualquer controlo da sua saúde ambiental. E, isto deve-nos fazer refletir e pensar sobre esta nossa vida. E, claro, devemos gritar, de forma bem audível, a nossa indignação. Disse.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Dr. Procedia, agora, à votação da ata da última Assembleia Municipal de 28 de junho. Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre a ata? Penso que não. Colocava, então, à votação.” -----

- **Resultado da votação da ata do dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e quatro.**

- Aprovada, por maioria, com setenta e três votos a favor e três abstenções. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Na Conferência de Líderes ou Conferência de Representantes, realizada no passado dia 24, foi deliberado, por unanimidade, apresentar um Voto de Pesar que foi minutado pela senhora Deputada Cláudia Guedes. Se a Assembleia me permitisse, eu leria, porque foi por consenso da Conferência de Representantes. Por outro lado, também, em julho, a senhora Deputada Ana Rita Brissos, que tinha sido eleita conjuntamente com outros três membros para a CPCJ, pediu a sua substituição. E, por isso, também foi tema versado na Conferência de Representantes e, por unanimidade dos presentes, foi indicado para integrar, em substituição da Ana Rita, a senhora Deputada Cláudia Guedes. Esta é uma proposta que a Mesa apresenta. Para isso, teremos que alterar a Ordem de Trabalhos e, dado que a votação tem que ser feita por voto secreto e individual, a Mesa proporia, como ainda é um ato demorado e porque o senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores não intervêm nesta parte específica, a Mesa sugeria, se concordassem, que alterássemos a Ordem de Trabalhos. Tem de ser aprovada por dois terços dos oitenta e sete membros, ou seja, creio eu, cinquenta e oito membros, e faríamos esta votação no último ponto antes da hora de almoço. O Executivo poder-se-ia ausentar, escusava de estar aqui a perder tempo, e, nós, antes da hora de almoço, faríamos isto. Alguém vota contra a introdução deste Voto de Pesar? Alguém vota contra a alteração da Ordem de Trabalhos, no sentido de incluir esta proposta? Vou ler. É a seguinte e é subscrita pela Mesa: “Na sessão da Assembleia Municipal da Guarda, realizada aos 20 de dezembro de 2021, foram eleitos para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco da Guarda, Eloisa Filipa Nabais Teixeira, Ana Rita Ventura Brissos, Isabel Cristina Campos Henriques Gonçalves e João José Santiago Alves Correia. A eleita Ana Rita Brissos Ventura, invocando motivos profissionais, veio solicitar a sua substituição. Em Conferência de Representantes realizada no passado dia 24, foi indicada, por unanimidade dos presentes, para integrar a mencionada Comissão, Cláudia Isabel Silva de Sá Guedes Ribeiro dos Reis. Termos em que se propõe que, ao abrigo do disposto na alínea l) do nº 1 do artigo 17º da Lei nº 147/99 de 1 de setembro, denominada Lei de

Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, em substituição de Ana Rita Ventura Brissos, seja designada Cláudia Isabel Silva de Sá Guedes Ribeiro Reis, para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco da Guarda. Alguém vota contra a introdução? Penso que não, por unanimidade. -----

- Resultado da votação da Admissão da Proposta de designação de membro para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco da Guarda. -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e cinco votos a favor. -----

- José Relva, Presidente da Assembleia: “Então, eu iria ler o Voto de Pesar, que é o seguinte: “É com profunda consternação e tristeza que apresentamos este Voto de Pesar pelas vítimas dos trágicos incêndios que têm devastado várias regiões de Portugal nas últimas semanas. As perdas humanas, materiais e ambientais deixam-nos a todos profundamente abalados, marcando famílias, comunidades e o nosso país. Neste momento de dor e luto, dirigimos as nossas mais sinceras condolências às famílias e amigos das vítimas, expressando-lhes a nossa solidariedade e apoio. Não podemos esquecer os esforços incansáveis dos Bombeiros, GNR, ICNF, Sapadores Florestais, Força Especial de Proteção Civil, Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, Forças Armadas, as populações e todos os que ajudaram a combater esta catástrofe que, em circunstâncias extremamente adversas, têm demonstrado uma coragem e dedicação incomensuráveis. Apelamos a que esta tragédia sirva como um momento de reflexão e ação, para que possamos continuar a fortalecer as nossas políticas de prevenção e combate aos incêndios, e apoiar de forma mais eficaz aqueles que enfrentam as consequências destas catástrofes. A Assembleia Municipal da Guarda expressa, assim, o seu mais profundo pesar e solidariedade para com todos os afetados por esta calamidade.” Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado se deseja pronunciar sobre este Voto? Não havendo, colocava o Voto de Pesar à votação.” -----

----- Resultado da votação do Voto de Pesar -----
----- Incêndios -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e cinco votos. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Podemos guardar um minuto de silêncio? (...) Muito obrigado. Por acordo, também, entre os líderes, o Partido Socialista, nas Moções que apresentou, incluiu uma que é um Voto de Pesar pelo óbito da Dra. Ana Cristina Correia. Ficou acordado, no início desta sessão, pelas outras forças políticas que se associaram, para não deixarmos esse Voto ser apresentado e discutido no meio das moções, por acordo de todos ficou decidido que o faríamos agora, já no início. Entendemos que era o momento ideal. Dava então a palavra ao senhor Deputado Miguel Borges... Faça favor, senhora Deputada.” -----

- **Manuela Fernandes (PS):** “Senhor Presidente da Assembleia, na sua pessoa, cumprimento todos. “Ana Cristina Gonçalves das Neves Marques Correia, nasceu a 23 de março de 1961, tendo falecido no passado dia 20 de julho do corrente ano, com 63 anos de idade. Natural de Coimbra, vivia na Guarda há várias décadas. Cristina Correia dedicou grande parte da sua vida ao serviço público e à nossa comunidade. Foi Vereadora desta Câmara Municipal eleita como independente nas listas do Partido Socialista e antiga autarca da Freguesia de São Miguel, onde exerceu funções com uma dedicação e um empenho exemplares. Simbolizava a política na sua forma mais pura: entendia-a como um serviço aos outros, ajudando sempre os que mais precisavam; e lutava sempre por aquilo em que acreditava, ajudando a construir a sua/nossa utopia. O seu compromisso com as causas sociais levou-a a fundar a loja social "Mão Amiga", uma iniciativa que proporcionou apoio essencial às famílias mais necessitadas. O seu compromisso com as causas ambientais levou-a a integrar o movimento contra o abate de árvores do Parque Municipal, em 2016. A sua vida foi um testemunho de amor, deixando uma marca permanente na vida de todos os que tiveram o privilégio de a conhecer e conviver com ela. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda manifesta as mais sinceras condolências à sua família, amigos e a toda a comunidade que teve o privilégio da sua generosidade e dedicação. Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal, reunida a 30 de setembro, delibere: aprovar o presente Voto de Pesar pelo seu falecimento, manifestar à família enlutada as mais sentidas condolências e observar um minuto de silêncio em sua homenagem.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre este Voto? Penso que não. Colocava então o Voto de Pesar à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Pesar** -----

----- **Cristina Correia** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e cinco votos. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Guardamos, então, um minuto de silêncio. (...) Muito obrigado. Passávamos então ao período Antes da Ordem do Dia. Pela ordem de inscrição na plataforma, é o CDS, PG, PSD, PS e Bloco de Esquerda. Dava a palavra à senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Bom dia a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes. A minha primeira palavra será um Voto de Reconhecimento e Agradecimento à Liga Portuguesa Contra o Cancro que fez, no passado mês de abril, oitenta e três anos de existência. A Liga Portuguesa Contra o Cancro tem sido uma referência incontornável no combate ao cancro em Portugal, destacando-se pelo seu papel na promoção da literacia em saúde, na investigação científica e na assistência humanitária, sempre com o objetivo reduzir o impacto desta doença na sociedade. É justo destacar o empenho e dedicação dos inúmeros voluntários, profissionais de saúde e investigadores que diariamente dão o seu contributo a esta causa tão nobre. O seu esforço tem-se refletido em importantes avanços no tratamento e na qualidade de vida dos doentes, bem como no apoio emocional e social que têm prestado a quem atravessa momentos difíceis. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda presta este Voto de Agradecimento e Reconhecimento à Liga Portuguesa Contra o Cancro, reafirmando o seu apoio e solidariedade a esta instituição de cariz social que tanto faz pela nossa comunidade e pelo nosso país. Que este Voto seja dado a conhecer à Direção Nacional da Liga Portuguesa Contra o Cancro, assim como à Direção do Núcleo Regional do Centro, como forma de incentivar a continuação deste meritório trabalho.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Sendo um Voto, tenho que o colocar à discussão e votação. Depois, já lhe volto a dar a palavra.

Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre este Voto?
Não havendo, colocava à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Reconhecimento e Agradecimento** -----

----- **Liga Portuguesa Contra o Cancro** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e três votos. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, tem de novo a palavra para
Recomendações. Tem três Recomendações, use o tempo.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Eu sei que tenho que acelerar. A minha primeira
Recomendação tem a ver com o Mercado Municipal. O Mercado Municipal desempenha
um papel fundamental no desenvolvimento económico, social e cultural da cidade.
Vemos o que está a ser desenvolvido, por exemplo, aos sábados à tarde no Mercado da
Estação, e muito bem. De qualquer maneira, o que vou apresentar é apenas uma
Recomendação de algumas melhorias no Mercado Municipal e que se prendem com
isto: (as fotografias vão passando) Aproveitamento do andar superior - atualmente, o
andar superior do mercado encontra-se sem utilização comercial, sendo utilizado
apenas para arrumação de objetos que poderiam ser acomodados noutra local, como
por exemplo a cave do edifício. Recomenda-se a rentabilização deste espaço com
iniciativas que atraiam o público e promovam a assiduidade ao Mercado. Sugerimos a
instalação de serviços públicos de proximidade, como uma Loja do Cidadão ou a criação
de uma área para eventos e exposições temporárias. A ocupação deste andar com
serviços úteis seria uma mais-valia para o Mercado e contribuiria para a revitalização
económica e social. Ponto dois da Recomendação: Melhoria da área atual de
funcionamento que apresenta diversos problemas que comprometem o conforto e a
segurança de comerciantes (com quem falei) e clientes, nomeadamente: - Condições
Climáticas - No inverno, o frio intenso torna o espaço muito desconfortável para quem
ali trabalha e para os visitantes. Além disso, a ocorrência de infiltrações e a necessidade
de proteger a caixa multibanco com plásticos são inadmissíveis e requerem intervenção
urgente. No verão, a exposição excessiva dos produtos hortícolas à luz solar é combatida
pelos comerciantes com o uso de chapéus de sol (podem verificar, quem vai ao
mercado), o que revela a necessidade de melhor proteção climática do edifício;

- Esgotos - É recorrente a presença de maus odores provenientes de esgotos em determinadas zonas do mercado, o que prejudica a experiência de compra e afasta potenciais clientes; - Grelhas do chão - Algumas grelhas encontram-se em mau estado ou soltas, representando um risco de quedas e acidentes, o que exige uma reparação imediata. Ponto três: Melhoria no Estado Geral de Conservação. O Mercado apresenta uma pintura desgastada e uma decoração que não é atraente, transmitindo uma sensação de abandono. A falta de manutenção regular reflete-se no desconforto sentido tanto por quem trabalha no Mercado como por quem o frequenta. Um plano de requalificação, que inclua a renovação estética e a melhoria das condições de segurança e conforto, é essencial para transformar o Mercado numa área comercial de referência. A requalificação deste espaço pode transformar o Mercado numa área comercial nobre e atrativa, incentivando o comércio local e promovendo o desenvolvimento da cidade.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Tem ainda um minuto e vinte e sete. Quer ler a outra Recomendação? Faça favor.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “A minha segunda Recomendação tem a ver com a Preservação e Manutenção dos Monumentos Históricos da Cidade... Diz, Miguel? Desculpa, Miguel, não ouvi. A discussão, ok.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Quer intervir? Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bom dia a todos. O Partido Socialista gostava de se associar a esta Recomendação feita pelo CDS e dizer que é preocupante que, na abertura da Feira Farta deste ano, o senhor Presidente da Câmara não tenha tido uma palavra para com as pessoas do Mercado. Temos observado, nos últimos dois anos, o senhor Presidente a fazer promessas da construção de um Centro Tecnológico no piso dois do Mercado. A verdade é que, este ano, apenas ouvimos queixumes acerca da não aprovação do orçamento e, portanto, era isso que eu queria deixar aqui.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado. Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes, bem como aqueles que nos observam através dos canais digitais. Obviamente que o PSD jamais poderia deixar de se associar a esta

proposta do CDS, uma vez que todos reconhecemos o estado lastimoso em que está, não só o Mercado Municipal, mas também todos os comerciantes e utentes daquele espaço. Julgamos que é um espaço digno e que dignifica a Guarda; no entanto, merece ser muito, mas muito melhorado e ser dotado de condições para que as pessoas tenham, enfim, algum conforto, algum dinamismo e até que alavanque os seus próprios negócios. Lembro que algumas das pessoas, agora, durante a Feira Farta, falaram comigo e disseram: como é que é possível termos aqui ao lado alguém que nos está a fazer concorrência? Ninguém quer saber de nós, ninguém vem falar connosco. E, portanto, fazemos este apelo ao senhor Presidente da Câmara, e demais Executivo, para que olhem para os comerciantes do Mercado Municipal da Guarda, deem-lhes condições e, fica a sugestão, numa próxima oportunidade, se puderem integrar também esse espaço conjuntamente com a Feira Farta, acho que seria um complemento interessante e que seria profícuo para ambas as partes. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.”

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, senhor Presidente. Em si, cumprimento todos os que nos ouvem. Melhores condições para o Mercado? Sim. Melhores condições para tudo. Mas não dão condições de exequibilidade, não se consegue ter um orçamento. A culpa é de quem? Sim, vá-se rindo. Pode ser que em Lisboa, depois, um dia destes, aconteça a mesma coisa. Vamos ao importante. E o importante é simples: nós gostamos do Mercado Municipal e talvez seja de comparar aquilo que se fez nos quatro anos antes de entrar o atual Presidente, com os quatro anos que vêm a seguir. Esperem um bocadito.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Lá está, as lamúrias começaram muito cedo, desta vez. Quer dizer, a questão aqui tem a ver com: passou ou não passou o orçamento. Deixem-me dizer-vos uma coisa: não é por falta de orçamento que não se fazem obras de reabilitação naquele Mercado, um Mercado que teve um incêndio ainda antes deste Executivo tomar posse e que, até agora, ninguém fez nada. Ninguém fez nada!” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Se já fizeram os comentários todos, eu dava de novo a palavra... quer intervir? Faça favor. Peço desculpa. Agradeço que levantem o braço, porque às vezes nós não conseguimos apercebermo-nos. Faça favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Muito bom dia a todos. Eu queria só dizer que eu acho que temos que fazer uma séria reflexão sobre aquilo que queremos, de facto, do Mercado Municipal. No meu ponto de vista, o Mercado Municipal, na Guarda, pelo menos naquilo que é a visão dos diversos executivos que vão passando pela autarquia, é um local para fazer campanha eleitoral. Portanto, é nisso que está transformado o Mercado Municipal. Não há projeto, não há estratégia, não há futuro. Pelo menos não se vê. E, depois, esta questão do orçamento, é inacreditável. De facto, temos o quê? 700 mil euros em ajustes diretos? Mais de 1 milhão em ajustes diretos? O normal, o funcionamento da Autarquia. O Executivo tem um orçamento. Está a fazer opções políticas, está a gastar dinheiro em opções políticas legítimas e continuamos a vir aqui, em todas as Assembleias, discutir o facto de não haver orçamento. Há orçamento, há dinheiro e, de uma vez por todas, não arranjam mais desculpas para desculpar aquilo que não tem qualquer perdão. Se quiserem investir no Mercado Municipal, invistam. Se não quiserem investir, assumam também essa responsabilidade. Mas, uma coisa é certa, daqui a um ano ou daqui a dez, doze meses, lá estaremos todos, o PSD, o PS, o PG, lá estaremos todos a fazer campanha eleitoral e todos vamos ouvir as mesmas queixas quando lá chegarmos. Portanto, se não fizermos nada até lá...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Bom dia a todos. Cumprimento-os, na pessoa do senhor Presidente. Eu queria acrescentar às preocupações manifestadas, relativamente ao Mercado, também à Central de Camionagem. É um espaço completamente insalubre que aquela pintura de fachada não resolveu. Aliás, piorou. Nós temos ali uma infraestrutura do século passado com um projeto de há dois séculos. Aquilo, já na altura, não se adequava nada às necessidades da Guarda. Portanto, isto, resolver o problema, é resolver o problema de uma forma muito mais profunda. Era preciso refletir um bom projeto, só que isso são custos efetivamente substanciais. Não o podendo fazer, de qualquer forma, acho que devíamos também fazer alguma reflexão sobre o que é que

podemos melhorar no que tem a ver com a Central de Camionagem, que dá uma má imagem, à nossa terra, tremenda. Reparem que, efetivamente, isto são os tais maus projetos e o mau trabalho. Ali, a culpa não é do empreiteiro. Efetivamente, a opção de projeto foi muito má. Até a pintura, até a tinta era de má qualidade.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais uma vez e, lamentavelmente, tenho de voltar a fazer um pedido. Será que haja assim tanta urgência, será que os casos são tão urgentes, tão urgentes, que seja um corrupio de saídas e entradas? Deixo esta pergunta aos senhores Deputados. Creio que todos nós temos telemóvel, eu também tenho. Mas creio que não estamos aqui em situações de urgência, não somos médicos para atender ninguém. E, portanto, é mais uma vez o apelo que eu faço. Muito obrigado. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Só lembrar que a minha primeira recomendação, aqui, nesta Assembleia, quando tomámos posse, foi exatamente para um plano estrutural para a Central de Camionagem. Luís, por acaso foi. Eu pedia, também, agora, o favor de passar algumas fotografias que também foram tiradas por mim. Reconhecemos a importância dos monumentos históricos como elementos fundamentais para a valorização do património cultural, a identidade da cidade e a preservação da nossa memória coletiva. Alguns destes monumentos, eu fui tirando algumas fotos. Os monumentos que representam símbolos de prestígio para a nossa cidade, encontram-se atualmente em condições que não dignificam o nosso valor nem o respeito que lhes é devido. Entre os exemplos mais evidentes encontram-se aqueles que podemos verificar nas fotografias, cujas superfícies mostram sinais de sujidade e desgaste e cujas placas descritivas ou elementos decorativos estão em falta ou danificados. Estas condições não só prejudicam a imagem da cidade, como também comprometem a experiência dos cidadãos e visitantes que procuram compreender e valorizar o nosso legado cultural. Assim, recomendamos: a realização de limpezas periódicas e intervenções de restauro nos monumentos históricos da cidade, assegurando que a sua aparência reflete o valor patrimonial e o respeito que a nossa comunidade lhe deve; recomendamos a reposição dos elementos danificados ou em falta, com placas informativas, detalhes decorativos ou outros componentes essenciais para a integridade dos monumentos...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, peço-lhe poder síntese, porque já ultrapassou o tempo.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Sim. O acompanhamento técnico especializado para avaliar o estado de conservação dos monumentos e orientar as intervenções necessárias, respeitando sempre os princípios de preservação do património; campanhas de sensibilização e educação patrimonial junto da população e das escolas locais, com o objetivo de promover o respeito e o cuidado pelos nossos monumentos, reforçando a sua importância na construção da nossa identidade coletiva; recomendamos a cooperação com instituições culturais e patrimoniais de âmbito regional ou nacional, no sentido de garantir que os nossos monumentos beneficiem de apoios e parcerias que possam contribuir para a sua conservação a longo prazo. Nalgumas destas fotografias, nós podemos ver que os elementos, as legendas, ou estão danificadas ou desapareceram. Por exemplo, esta aqui não está completa, mas nem se nota. Portanto, a exigir uma limpeza. É, então, esta a Preservação e Manutenção dos Monumentos Históricos da Cidade.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Tinha outra recomendação, mas já ultrapassou o seu tempo num minuto. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Bom dia a todos, também a quem nos ouve digitalmente. Dizer que esta recomendação faz todo o sentido. Mais do que criar, manter custa mais, muitas vezes, do que criar. Dizer também que nós todos, aqui e quem nos ouve, somos agentes ativos. Existem e-mails, formulários de contactos no site. Qualquer cidadão que veja algo que não está no estado adequado, pode e deve comunicá-lo e eu acredito que os serviços da Câmara atuem e ajam assim que possível. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, deseja intervir? Faça favor.” -----

- **Pedro Pinto, Deputado (PS):** “Bom dia a todos. Eu queria só questionar se a tal plataforma, para reportar esse tipo de situações, já está disponível ou não? Obrigado.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhora Deputada Cláudia, ainda tem uma recomendação e tem o seu tempo normal antes da ordem do dia. Deseja intervir? Faça favor. Senhor Deputado, tenha paciência, mas este tempo é o tempo de acordo de cavalheiros para quem lê moções. Aqui, no entender da Mesa, não pode ceder um tempo que não tem, porque o acordo de cavalheiros dos seis minutos é extra tempo oficial. Mas ainda tem... se quiser dar o outro tempo, tudo bem. Agora, no âmbito dos seis minutos, não. Se quiser dar outro tempo ou se a senhora Deputada quiser utilizar o tempo que tem de quatro minutos, faça favor.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Eu vou ser muito rápida. É um assunto que também me é muito caro e que tem a ver com a criação de melhores condições de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida e outras necessidades. Eu não sei se vocês já acompanharam um cego, por exemplo, ou um surdo na cidade. Se esse fosse o caso, de facto, teriam algumas, muitas dificuldades em aceder a alguns locais e a alguns serviços. O que eu acho que, numa cidade, é inadmissível. Por isso, recomendamos.... Reconhecendo que já foram feitos alguns progressos, está bem? Ou seja, é no sentido de que as coisas ainda podem vir a melhorar. Recomendamos: a construção ou adaptação de plataformas elevatórias e sinalética clara para pessoas com mobilidade reduzida e outras deficiências; a instalação de sinais sonoros e informações visuais adequadas em passadeiras, semáforos e nas infraestruturas públicas para facilitar o movimento de pessoas com dificuldades visuais e auditivas; a construção ou adaptação de rampas de acesso e eliminação de degraus nas entradas dos edifícios públicos, escolas, centros de saúde e serviços de atendimento ao cidadão; a formação contínua dos funcionários municipais e dos serviços públicos sobre acessibilidade e boas práticas, para assegurar um atendimento inclusivo e acessível para todos os cidadãos; a criação de incentivos fiscais ou financeiros para que o setor privado, como restaurantes, hotéis e lojas, possa adaptar as suas infraestruturas a estas necessidades; a fiscalização rigorosa das normas de construção e planeamento urbano que garantam a inclusão de critérios de acessibilidade para todos. Estas ações contribuirão não só para melhorar a qualidade de vida de quem enfrenta desafios de mobilidade e outras limitações, mas também para garantir uma sociedade mais justa, inclusiva e acessível para todos. Desta

forma, promovemos a igualdade de oportunidades e a participação plena de todos os cidadãos na vida social, cultural e económica do município.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Algum senhor Deputado deseja intervir?” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, bom dia. Em si, cumprimentar todos os presentes e aqueles que nos assistem através de casa. Obviamente que o Partido Socialista associa-se a esta recomendação, tanto que apresentámos uma com um espírito semelhante há cerca de dois anos. Não vimos muitas melhorias neste aspeto. A prova cabal disso é o que se passa nesta casa, onde, depois de vários avisos, continuamos a ter uma casa de banho de acesso a pessoas com deficiência sem assento, impossibilitando as pessoas de a utilizar. Não foi por falta de aviso. Várias vezes já referimos isto e isto é o que nos avisa da perspetiva do Executivo no geral. Já que estamos a falar de acessibilidades, perguntar ao senhor Presidente o que é que está a acontecer com as paragens de autocarro? Já tivemos as pessoas ao sol à espera de autocarros, durante parte do verão. Durante quanto tempo, no inverno, é que estarão a apanhar chuva à espera dos autocarros?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra a senhora Deputada Bárbara Xavier, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Bom dia a todas e a todos e a quem nos assiste em casa. Infelizmente, este é um tópico comum aqui nesta Assembleia. Nós temos ouvido recomendações, votamos moções dentro deste campo e, apesar de a Guarda ter um Plano Municipal de Igualdade e de termos um Balcão de Inclusividade, aqui continuamos, passados tantos anos, a debater o mesmo. Nós tínhamos que nos associar e temos reforçado isto continuamente, desde propostas de orçamento, que não fizemos este ano justificadamente, até propostas feitas aqui na Assembleia Municipal. Já solicitámos que as habitações de responsabilidade municipal fossem adaptadas com urgência, que fosse previsto que nas próximas habitações de responsabilidade municipal ou estatal houvessem casas adaptadas para, no futuro, as pessoas com diversidade funcional possam arrendá-las, viver nelas. Já falámos das medidas que o CDS propôs em termos de espaço público que não vou repetir. Quero reforçar a adaptação dos parques

infantis a crianças ou tutores com diversidade funcional, que continuamos à espera. A previsão da obrigatoriedade de adaptação de todos os veículos de transporte público aquando da sua concessão e revisão das condições do atual protocolo. Reforçamos também que em eventos municipais não existe inclusividade; nós precisamos de instalações sanitárias adaptadas, lugar de estacionamento reservado com medidas regulamentadas e próximo; precisamos de informação precisa e atualizada sobre acessibilidade de eventos. Isto é essencial para que as pessoas saibam se podem ou não deslocar-se a esses eventos. Nem deveria ser uma questão, mas é na Guarda. Bilhete gratuito para assistente pessoal ou acompanhante; disponibilização de ajudas técnicas e produtos de apoio para garantir a experiência; locais e assentos para descanso; parte dos balcões de atendimento serem rebaixados; elementos táteis e informação escrita em formato ampliado, braille ou informação digital acessível para pessoas com dificuldades visuais. E, em relação aos Passadiços, continuaremos sempre a reforçar que, e peço desculpa pela expressão, é ridículo cobrarmos o mesmo valor a pessoas que só podem fazer dois quilómetros em relação ao trajeto geral que é de doze quilómetros. Não tem qualquer sentido a Câmara continuar a cobrar um valor, quando a diferença é tão grande. Mais uma vez, há muito para fazer na Guarda. Praticamente todos os grupos municipais já o reconheceram, todos os Deputados e Deputadas. Só falta mesmo que o Executivo queira agir.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado José Valbom, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, senhor Presidente. Em si, cumprimento todos. Revejo-me em todas as recomendações da Dra. Cláudia Guedes. Hoje, vimos aqui o CDS humanista da pessoa, desde logo na saúde. Todos temos um papel a desempenhar na Liga Portuguesa Contra o Cancro, é importantíssimo. Monumentos: quem não tem história não tem presente. Quem não se lembra e preserva os antepassados, não merece estar por aqui. Claro, temos muitos exemplos em todas as áreas. Em todas as áreas municipais e estatais. Todas, em todo o país. Se andamos um bocadinho pelo estrangeiro, penso que até é uma das coisas onde somos mais diferentes. Somos bons em muita coisa, mas na preservação da memória histórica somos maus. Vocês vejam, por exemplo, o que está a acontecer aos pavilhões históricos no campo da ULS. Aquilo

é o nosso..., pronto, é isso que eu estou a dizer. Em relação aos deficientes, a integração é fundamental, é nuclear. Se nós não conseguirmos ser inclusivos, não merecemos estar também por aqui. Todos temos que avançar nisso. Todos, todos, todos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir? Penso que não. Passava, então, à moção.... Faça favor.” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “É um pedido de esclarecimento, porque ouvi uma coisa que foi dita há pouco e estive a consultar se era verdade ou não. Há pouco, estávamos a falar do Mercado Municipal: “não há qualquer tipo de requalificação, porque não há orçamento para o fazer”. Então, eu decidi consultar o orçamento de 2023 e vi aqui uma rubrica que era da área empresarial e tecnológica, que foi uma coisa que foi prometida, numa Feira Farta, há dois anos. Portanto, está no orçamento. Podia ter sido alguma coisa feita com esse dinheiro. É o meu pedido de esclarecimento.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Penso que não haverá mais intervenções. Dava agora a palavra ao Grupo PG para apresentar a moção.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Bom dia a todos, novamente. A moção é simples, tiveram acesso ao conteúdo. No fundo, está em discussão o orçamento do Estado e muita tinta tem feito correr. É até dia 10 de outubro que deve ser entregue. Há um conjunto de obras que, unanimemente, senão unanimemente, quase unanimemente, todos consideramos essenciais. E, portanto, é, neste momento de discussão, lançarmos para o panorama nacional essas mesmas prioridades, nomeadamente a conclusão da linha da Beira Alta. Houve uma notícia recente, que abrirá parcialmente este ano e que abrirá no próximo ano completamente. Mas os atrasos têm sido sucessivos e salientar muito claramente que isso impede que o Porto Seco entre em funcionamento. Depois, a concretização das Variantes dos Galegos e da Sequeira; a conclusão da segunda fase das obras do Hospital da Guarda; a implementação do Plano de Revitalização da Serra da Estrela e a reabertura do Hotel Turismo, edifício icónico no centro da cidade que permanece abandonado. No fundo, estas são as prioridades identificadas para o

próximo ano e que queremos que o governo da nação consiga ou que tenha em consideração para o próximo ano. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Não sei se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir sobre esta matéria? Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Como é óbvio, iremos votar favoravelmente. Tem sido assim desde que há três anos fomos eleitos. O Partido Socialista tem votado sempre estas moções favoravelmente. No entanto, relativamente ao Hotel Turismo, tínhamos a informação de que a partir de dia 1 de janeiro se iniciariam as obras. Pelo menos foi isso que o senhor Presidente informou no *Wine Fest*. Gostaríamos de saber se continua a ser verdade ou se é outra coisa qualquer. Relativamente ao Porto Seco, as notícias que nos têm vindo a chegar têm-nos deixado preocupados. Gostaríamos também de perguntar ao senhor Presidente, porque todas estas questões, antes de ser a Assembleia Municipal a questionar, deveria o senhor Presidente, fosse no recato ou fora do recato, questionar os titulares da pasta. E, portanto, gostaríamos de obter informações acerca de todas estas questões, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais algum senhor Deputado deseja intervir? Não havendo, colocava a moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Por um compromisso para a Guarda no OE2025** -----

- Aprovada, por unanimidade, com setenta e seis votos. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declarações de voto? Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Bom dia a todos. Na pessoa do senhor Presidente, cumprimento todos os presentes e aqueles que nos estão a ouvir e a ver lá em casa e a comunicação social também. Dizer o seguinte, eu voto favoravelmente, naturalmente, esta moção. Acho que é consensual, naturalmente, e ficou expresso isso mesmo. São preocupações que já vêm de há muito tempo. Eu considero até que o Porto Seco, mesmo estabelecendo a conexão com o nó ferroviário, e Hotel Turismo, têm sido

usados e abusados, aqui, politicamente, digamos assim, por algumas forças partidárias. O senhor Presidente da Câmara e o ex-Ministro tiveram vários encontros, houve um protocolo aqui assinado. A Dra. Ana Mendes Godinho disse aqui: “agora é que é”. E o “agora é que é” até agora não foi nada. E, portanto, andamos aqui a ser enganados há muito tempo e eu espero, senhor Presidente, este é um assunto demasiadamente importante, o Porto Seco, o tempo vai passando e nós vamos sendo ultrapassados. E outro Hotel Turismo é uma âncora fundamental para a cidade da Guarda. Obrigado.” --

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado pela sua intervenção. Não havendo mais declarações de voto, dava agora a palavra ao PSD para, por ordem de entrada, um Voto de Louvor às Associações do Concelho da Guarda. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Lucinda Fernandes, Deputada (PSD):** “Senhor Presidente da Assembleia, muito bom dia. Sintam-se todos cumprimentados, na sua pessoa. Voto de Louvor às Associações do Concelho da Guarda. O Grupo Municipal do PSD vem por esta via propor um Voto de Louvor às Associações do concelho, pelo trabalho realizado no apoio às populações que se viram fustigadas pelos incêndios dos últimos dias, nomeadamente no distrito de Viseu e Aveiro. As diversas Associações compostas por equipas de voluntários, em alguns casos equipas multidisciplinares de proteção civil, nos quais se incluem Bombeiros, Enfermeiros, Psicólogos e Veterinários, demonstraram um compromisso e uma dedicação incansável no apoio às populações afetadas por estes incêndios, desde o primeiro momento. Reconhecemos e louvamos o esforço, a coragem e a solidariedade de todos os seus membros, bem como de todos aqueles que, através das suas ações, fizeram uma diferença significativa num momento em que toda a ajuda parece sempre ser pouca. A sua capacidade de mobilização e a eficácia das suas intervenções são dignas da nossa admiração e respeito. Além disso, gostaríamos que este Voto de Louvor aqui proposto fosse alargado a todas as Entidades que colaboraram e fizeram um trabalho incansável na ajuda às vítimas destes incêndios. Desta forma, a Assembleia Municipal da Guarda, através deste Voto de Louvor, expressa o profundo agradecimento e reconhecimento às Associações envolvidas pelo trabalho exemplar, pela dedicação inabalável, desejando a continuação de tão válida e necessária atividade desempenhada

por estes voluntários nas mais diversas situações e nas mais diversas áreas de atuação.»
Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir sobre este voto de louvor? Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, senhor Presidente. Em si, cumprimento todos. Gostaria de ter escrito este voto de louvor, porque, efetivamente, como diz a Deputada Lucinda, é muito melhor a população do que os governos centrais. O António Barreto, o sociólogo, diz exatamente a mesma coisa. Efetivamente, as comunidades locais têm mantido mais ou menos este país. Viu-se como foi fundamental esta interajuda, por exemplo, no Covid, e como organismos não estatais, por exemplo, misericórdias e associações de lares, comunidades, conseguiram manter este país vivo e em pé. Por isso, bem-vindo. Mas só dizer uma coisinha também que eu penso que é verdade. Não estou a falar da Guarda, e na Guarda também é verdade, mas os autarcas locais, Presidentes de Junta e Presidentes de Município do Interior, genericamente, penso que podemos dizer isso de uma forma consensual: nestas questões têm-se portado bem. Penso que me acompanha nisso. Claro que vamos votar a favor.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais alguma intervenção? Presumo que não. Colocava, então, o Voto de Louvor à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Louvor** -----
----- **Às Associações do Concelho da Guarda** -----
- Aprovado, por unanimidade, com setenta e sete votos. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. No seguimento, continuava o Partido Social Democrata com a Moção «Mentira Farta».” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “Bom, antes de começar, há pouco fiz um pedido de esclarecimento. Eu gostava de saber quando é que vou ser esclarecido, se é pelo Deputado que suscitou a intervenção, se pelo Presidente da Câmara? O que é que pode aqui acontecer? Não sei, pronto. Então, vamos ler a moção. Gostava de

cumprimentar toda a gente, dar os meus bons dias... Não ouvem? Como, desculpe? Do pedido de esclarecimento que fiz há pouco? Pronto, era só para saber quando é que vou ser esclarecido. Os meus bons dias a toda a gente, ao senhor Presidente da Mesa, aos senhores Deputados, aos senhores Presidentes de Junta, aos membros do Executivo. E, de facto, hoje está um bom dia. Está sol, os passarinhos cantam. Nem todos os dias são bons dias. Na semana passada choveu bastante, muita gente que esperava um autocarro apanhou uma molha desgraçada. Esta quarta-feira vai voltar a chover. Vamos continuar sem abrigos para os autocarros, quando as pessoas estão à espera de um autocarro que nunca mais chega? Passando à leitura da moção..." -----

- **José relva, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, o título que eu tenho aqui é Mentira Farta..." -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** "Certo. Eu vou continuar." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Não vejo aqui autocarros, nem estacionamento. Portanto, gostava que se cingissem ao tema. Faça favor." -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** "Estava a cumprimentar. Muito bem. Lá está, a mentira farta. A Feira Farta é muito importante no nosso concelho. Aqui não vale muito a pena estar a dizer o que é que é, toda a gente conhece, toda a gente sabe o número de produtores que envolve, o número de freguesias, a participação. Ou seja, as pessoas que vão, que compram os produtos. A Feira Farta é muito importante. As mentiras, nem tanto. Não queremos isso. Sabemos que, nos últimos anos, há um valor simbólico de participação que é dado aos produtores, para incentivar esta participação e que a Feira Farta seja um evento grandioso na nossa cidade. O apoio era de 70 euros e, desta vez, foi reduzido para 35. Sem problema. E bem, pode ser, sim. Pode-se considerar que é bem, que a Feira Farta já atingiu um patamar tão grande que são os produtores a quererem ir e não é necessário este apoio à participação. E se as decisões são tomadas dessa forma, tudo bem. Mas não foram, pois não? Temos as palavras do Presidente da Câmara Municipal que disse que o orçamento da Feira Farta rondava os 150 mil euros. São decisões que são tomadas. E, imediatamente, sem justificar mais nada, passa logo para: "o apoio pecuniário simbólico aos produtores para financiar as suas despesas de participação, foi reduzido, este ano, dado o chumbo do orçamento municipal e do

empréstimo para investimentos nas freguesias pela oposição”. Pronto! Não é a mesma coisa que tomar uma decisão fundamentada porque a Feira Farta já é tão boa que já não é preciso apoiar os produtores. Não. Há aqui uma mentira, há aqui uma forma de fazer as coisas, castigar as pessoas e apontar: não, foi o PSD e o PS que tiraram o dinheiro às pessoas. É verdade?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, peço que não entrem em diálogo.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Pronto, muito bem. Acontece que não são os Deputados, não são os Vereadores da oposição que tomam estas decisões sobre o financiamento do município. São, são? Quem é que disse? Muito bem. Então, se “são, são”, quem é que tem o pelouro das finanças? Quem é que ficou com o pelouro das finanças? Vá, estou eu a falar. Se quiser depois vir cá, pode falar. Mas...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, está um orador a falar. Muito obrigado.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Exatamente. É assim, há um pelouro das finanças na Câmara Municipal. Quem é que detém esse pelouro? É algum destes Vereadores? Não. É o Presidente da Câmara, ficou com ele. Se decidiu ter esse pelouro... Não sei se já arranjou chefe de divisão para as finanças, é uma coisa que nós já temos falado há muito tempo. Não sei também se já está, se não está. Mas quem é que toma estas decisões? Eu só vejo uma pessoa. Não vejo que sejam os Deputados que andam a reduzir o valor de participação às pessoas e a culpar a oposição. O senhor Presidente da Câmara tem de assumir essa responsabilidade. Tem de pedir desculpas se decidiu reduzir o valor de participação às pessoas, simplesmente porque quer culpar a oposição porque não tem orçamento. Portanto, o nosso pedido na moção é que o valor pecuniário seja repostado para os produtores e que o senhor Presidente da Câmara peça desculpas, porque as pessoas não são parvas e sabem muito bem quem toma estas decisões. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhores Deputados... Alguma senhora ou algum senhor Deputado deseja intervir sobre este tema? Ainda não votámos. No período da discussão, alguma senhora Deputada ou

algum senhor Deputado deseja intervir? Senhora Deputada, faça favor. Já lhe dou a palavra, senhor Deputado.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Em relação a uma outra festividade que ocorreu, a Feira de São João Batista, em Videmonte, queríamos também aproveitar para questionar quando é que estará disponível o apoio de 120 a 125 euros, convertido em ração, que seria distribuída pela Acriguarda. E quanto tempo é que estes pastores e criadores de gado terão para desfrutar do respetivo vale, tendo em conta que final de outubro é obsoleto?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Miguel Bandarra, Deputado (PSD):** “Bom dia a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimentar a Mesa e todos os presentes. Eu vinha falar, não desta moção em específico, mas de uma coisa muito rápida que tem acontecido em todas as Assembleias. Se nós temos um púlpito para falarmos, é para irmos aqui falar e para não estarmos a interpelar durante as intervenções. Portanto, se as pessoas não se querem expor, não falam nem daí, nem daqui. Ok?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais alguma senhora Deputada ou Deputado deseja intervir? Não desejando.... Quer falar? Peço desculpa. Tem que levantar o braço, senhor Deputado.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, senhor Presidente. Em si, cumprimento todas as pessoas que me ouvem, principalmente os senhores Deputados. Vim aqui só para pedir ao senhor Deputado que falou antes de mim, o meu amigo, se fazia o favor de me dar esta moção reformulada um bocadinho para eu mandar para o Dr. Luís Montenegro, porque o Dr. Luís Montenegro com certeza que vai apreciar muito essa tese de que o orçamento é desnecessário. Eu penso que o homem vai ficar fascinado, porque anda preocupado. É praticamente uma telenovela de todo o Verão: apoio o orçamento; e sem orçamento eu demito-me; e depois temos eleições. E o Presidente da República, o nosso amigo Marcelo também: temos que fazer logo eleições. Quer dizer, das duas, uma: entendam-se! O PSD deve fazer uma reflexão e entender se efetivamente o orçamento é condição de governabilidade ou não. Se acham que não é condição de

governabilidade, digam-no. Ou então, digam que o PSD local precisa de um estatuto diferente, o PSD autonómico da Guarda, para ter uma opinião diferente do que tem o PSD nacional. É óbvio, caro amigo, que a não aprovação do orçamento condiciona todas as políticas do Executivo. Quem toma conta das finanças, se não fizer isso, bate com o *costelado* no Tribunal Administrativo. Não sabe que é assim? Sabe, porque é de direito. Sabe, porque é de direito. E, por isso, só tem uma solução: ou vai de acordo com o que diz Montenegro e deixa governar e medimo-nos em eleições, já falta pouco, ou então vamos continuar a votar contra, autonomizem-se e acaba-se com isto. Como é óbvio, o orçamento é fundamental. O que é que não entende? Ou acha que nós não gostamos dos produtores? Este Executivo não gosta das aldeias? Está a dizer isso? Vá lá fazer campanha, vá para o meio deles. Não, é assim. E devem ter coerência entre o nacional, com o qual eu concordo, e o local. E esta coerência até exige outra coisa. Se, efetivamente, o que vocês estão a fazer é certo, apresentem os Vereadores a campanha nas próximas, apresentem-se vocês outra vez e vamos lá, vamos à luta. Não venham, depois, buscar um salvador fora. Certo? Se está certo, avancem. Ou depois vão buscar um salvador fora? É óbvio, meu amigo, é óbvio que o orçamento é fundamental. O que é que não entende? Eu leio todos os dias os jornais e vejo isto todos os dias. Olhe, ainda ontem, o vosso Secretário-Geral, eu ouvi duas vezes, disse, em Figueira Castelo Rodrigo. Não estava lá? Devia ir. Disse-o ontem. Certo? Então, acham que nós não gostávamos de dar aos produtores? Nós não gostamos dos agricultores? Mas você pensa que nós somos suicidas? Não pense que somos suicidas. Agora estou eu a falar. São as vossas regras. Agora estou a falar, acabou.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado José Valbom, tem 58 segundos.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Só 5. Primeira pergunta: querem ou não querem ser coerentes com o nacional? Segunda: querem ou não querem ser coerentes com o que têm feito aqui nesta Assembleia? Candidatem-se todos. Todos os que aqui estão, candidatem-se. E a gente vê-se.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, se me permite, eu continuei a dar a palavra ao senhor Deputado José Valbom, porque é bom que, quem apresenta as moções, saiba o que escreve. E a moção diz assim: compete ao executivo municipal

elaborar e submeter à aprovação a proposta de orçamento. Foi o PSD que falou em orçamento nesta moção. Por isso, a intervenção do senhor Deputado, a falar do orçamento, eu creio que é legítima porque sois vós que o escreveis aqui. Não fui eu. Pronto. Não, era um comentário que estava... Quer pedir a palavra? Faça favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Bom dia, uma vez mais. Sim, claro que a intervenção tem toda a legitimidade. A questão é, Dr. Valbom, o orçamento é uma base para a governabilidade. Mas a Câmara tem orçamento. A Câmara tem o orçamento de 2023. Não, ouça...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados...” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Vamos lá ver uma coisa: a Câmara Municipal da Guarda tem exatamente as mesmas verbas para a Feira Farta que tinha em 2023. Portanto, pode fazer exatamente a mesma coisa em 2024 que fez em 2023. Aliás, a Câmara Municipal da Guarda está a fazer em 2024 coisas que nunca fez em 2023. Está a afetar dinheiro a outras coisas que não fez em 2023. Está a fazer alterações orçamentais. O que o Rodrigo disse é muito simples: os senhores podiam ter feito exatamente a mesma coisa que fizeram em 2023. E isso é verdade. Isso é verdade. O senhor Presidente da Câmara sabe. Esta retórica política de aproveitar o chumbo do orçamento para capitalizar politicamente, é uma opção que é vossa. Mas, como Rodrigo disse, e muito bem, é falso. Eu repito, os senhores têm exatamente as mesmas verbas em 2023 para aplicar em 2024. Podiam ter feito a mesma Feira Farta. Não o fizeram porque não quiseram, porque quiseram investir o dinheiro noutras prioridades, fizeram alterações orçamentais. O Presidente da Câmara tem levado às reuniões do Executivo alterações orçamentais. Então, mas não há dinheiro? Não há orçamento? Nós não temos visto consultas prévias? Nós não temos visto ajustes diretos? Nós não temos visto dinheiro entregue às freguesias, subsídios entregues às associações? O normal funcionamento do município! O Presidente tem decidido, tem escolhido. Este ano tivemos, na Praça Velha, um Festival de Músicas do Mundo. Não havia em 2023. Aliás, havia em 2023. Mas tivemos diversos festivais no TMG, houve alterações programáticas, o próprio Festival das Músicas do Mundo também se alterou, os valores alteraram-se. O município faz opções com o dinheiro que tem e por isso eu não entendo porque é que os senhores dizem que tiraram os subsídios aos produtores por causa do chumbo do

orçamento, quando isso não é verdade. Os senhores tiraram os subsídios aos produtores porque quiseram tirar os subsídios aos produtores. Ponto final. E, portanto, enquanto os senhores não admitirem isso, vamos continuar a bater na mesma tecla.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei... deseja... tem trinta e seis segundos. Tem cedência? Senhor Deputado, só um momento. Quantas cedências tem? Tem dezasseis cedências. A meio minuto, tem ainda oito minutos. Faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Não preciso de tanto tempo. Só queria ler esta frase que agora tirei apontamentos. O senhor Deputado Robalo, diz: a Câmara pode fazer o mesmo com orçamento ou sem orçamento. Foi o que disse, está gravado. Segundo, (mas também não vamos falar aqui) eu, o que sugiro é isto: senhor Deputado, diga isso ao Governo. O Governo, traduzindo, o Governo pode fazer o mesmo com orçamento e sem orçamento. Já viu a incoerência? Eu só queria que vocês entendessem que isto é uma incoerência estratégica. Quer dizer, a cegueira de eu não gostar de A, não me pode levar a perder a razão estratégica. O PSD está a perder a razão estratégica. Quer dizer, por uma simples coisa que é: não gostamos do Presidente. Vocês, vejam só isto. Já que me deu uns segundinhos, só isto. Votaram contra o orçamento, o orçamento não interessa. Votaram contra as empresas municipais. A vossa cegueira contra o Presidente leva-vos até a votar contra Presidentes do PSD. Houve votos, no Executivo, contra o Presidente Vítor. A cegueira contra o Presidente, leva, por exemplo, o PS, já agora, a votar contra militantes do PS numa outra empresa. Quer dizer, por exemplo, Fornos quer aderir à empresa das Águas. Estamos num impasse porque vocês não foram capazes de perceber que a estratégica, essa empresa, vários municípios das áreas da direita ou das áreas da esquerda estão a tentar aderir. É isso que eu acho que está a acontecer. Vocês estão a votar contra, porque querem votar contra o Presidente, votam contra tudo. Votar contra tudo, é votar.... Eu tenho tempo... Mas está a falar da plateia, venha cá dizer isso...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado...” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Posso falar, posso. Além disso, era só o que faltava o Partido Socialista, que lutou pelas liberdades, estar agora a cercar a nossa. Não pode, fica-vos mal.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado...” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Fica-vos mal também. Eu devo a muitos socialistas a liberdade, desde logo a Mário Soares. E de certeza que ele não dizia isso numa Assembleia. O Mário Soares não se revê nas suas palavras, caro amigo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado...” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Vamo-nos concentrar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço-lhe desculpa. Estamos a tratar de uma moção e penso que a sua intervenção se dirigia à intervenção do senhor Deputado Robalo.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “E sobre o Robalo, então, vamos acabar. Eu penso que, na Guarda, hoje, se descobriu a solução do orçamento. Consegue-se governar na mesma, não há eleições. Vamos todos tranquilos, o problema está resolvido. O PSD autónomo da Guarda tem a solução para o país. É isso que quer dizer? É isto que subscreve? É isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Sobre a moção em causa, mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bem, relativamente àquilo que foi a forma como foi apresentada a moção, nós concordamos praticamente com tudo. Não concordamos com aquilo que foi escrito na moção, que é uma coisa totalmente diferente e, portanto, nós iremo-nos abster. Eu depois explico porquê.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Então, presumindo que não haja mais nenhuma intervenção, colocava, a moção, à votação.” --

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **A Mentira Farta** -----

- **Rejeitada, por maioria**, com trinta e cinco votos contra, dezoito abstenções e vinte e

um votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Há alguma declaração de voto? Eu, às vezes, esqueço-me. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. O PSD mantém a sua declaração de voto, uma vez que a Câmara da Guarda não tem orçamento porque não quer ou porque não o sabe fazer, porque foi instada por várias vezes a apresentar um novo orçamento e desvalorizou sempre esta proposta. Em segundo lugar, a Câmara está a governar com o orçamento de 2023, ao qual foram acrescentadas mais de cem medidas, subscritas por unanimidade entre Câmara e oposição. Portanto, tem os instrumentos financeiros todos para poder governar. E, em terceiro, o orçamento que está a ser utilizado, que é o de 2023, contemplava a atribuição do subsídio às pessoas que estavam na Feira Farta. Portanto, não se entende como é que, discricionariamente, de um ano para o outro, se reduz substancialmente para metade a participação. Portanto, isto é apenas uma decisão pura, única e exclusiva do Executivo, em que, com base numa lamúria e numa mentira muito bem contada, tenta ludibriar os fregueses e os cidadãos da Guarda com essa mentira, coartando e cerceando aquilo que são os seus reais direitos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Abstivemo-nos, apesar deste ano termos vindo a assistir à maior dramatização e farsa da política na Guarda, relativamente à aprovação do orçamento. Assistimos à maior farsa da política da Guarda, quando o senhor Presidente, na inauguração da Feira Farta de 2024, diz que a Feira tem menor investimento por falta de aprovação do orçamento. É mentira. O orçamento em vigor é o orçamento de 2023 e, se houve menos gastos, foi porque o senhor Presidente assim o entendeu. No entanto, o Regulamento da Feira Farta de 2024 foi aprovado, por unanimidade, pelo Executivo, pelo que não faz sentido nós estarmos agora, aqui, a pôr em causa, pelo menos, para nós, Partido Socialista, não faz sentido. Por outro lado, quando se diz que o senhor Presidente tem que pedir desculpas, o senhor Presidente

não tem que pedir desculpas de nada. O senhor Presidente irá ser julgado daqui a um ano e, aí, os guardenses não o desculparão.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Declaração de voto? Faça favor.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Bom, fui eu o autor da moção, portanto, venho aqui... Não se ouve? Pronto, falo mais alto. É com infelicidade que vejo que foi chumbada esta moção, acredito que tinha a sua validade. Compreendo a posição do PS, claro. Mas é uma infelicidade que não se admita o que se faz, que não se responsabilize quem de direito. Acho que sim, que se deve pedir desculpas quando se mente descaradamente sobre os restantes...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado, peço-lhe desculpa de o estar a interromper. Posso estar distraído. Foi o senhor Deputado que apresentou a moção?” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Sim.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Sendo o senhor Deputado que apresentou a moção, veio defender o voto na moção. Na última Assembleia, à senhora Deputada Paulisa eu retirei-lhe a palavra porque ela tinha apresentado a moção. Eu creio que não faz nenhum sentido que um Deputado que apresenta uma moção, que a justifica e que a defende, venha agora defender o seu direito de voto. De maneira que a declaração de voto não lha posso dar. Peço imensa desculpa, mas vou-lhe retirar a palavra.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Mas há o voto de vencido, não?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não. Vou-lhe retirar a palavra. Peço desculpa, foi o que fiz à Dra. Paulisa.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Mas está previsto no Regimento o voto de vencido, ou não? O voto de vencido está previsto no Regimento.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, a declaração de voto é vir aqui explicar porque é que se votou a favor ou contra ou nos abstivemos.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Exatamente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “O senhor Deputado veio aqui defender a moção em nome do seu grupo. Não tem qualquer justificação vir agora aqui outra vez dizer porque é que votou. Peço-lhe desculpa, retiro-lhe a palavra. Muito obrigado.” ----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Mas quando o Regimento fala de voto de vencido, refere-se a quê?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço desculpa, retiro-lhe a palavra. Muito obrigado. Declaração de voto? Faça favor. Ó senhor Deputado, é a sua declaração de voto. É a sua individual, não é a do Manuel nem a do Joaquim que votou contra ou se absteve. É a sua!” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, em si, cumprimento todas as pessoas que me ouvem. Votei, politicamente, como votei, por isso, contra. Mas queria dizer aqui uma coisa também muito simples. Ouvi, estive a contar pelos dedos das mãos, e ouvi mentiroso, mentira e coisas do género. Mais de dez vezes e deixei de contar. É por causa disso, porque nos tratamos assim, que o próximo Presidente da República vai ser um militar. É por causa disto que no Canadá pode ganhar a direita.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, declaração de voto.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Devíamos ter cuidado, devíamo-nos respeitar. Se eu desrespeitei alguém, peço desculpa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, declaração de voto. Senhor Deputado José Rodrigues, é declaração de voto? Faça favor.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Eu só queria, não é uma declaração de voto, é uma interpelação à Mesa. O Regimento pelo qual nos regemos, de facto, tem um artigo 63º que fala no registo na ata do voto de vencido. Portanto, interpelo à consideração deixar o Deputado Rodrigo fazer a sua declaração de voto. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado José Rodrigues, ou eu não sei ler português e se o senhor Deputado tem razão, então, eu não sei mesmo ler português: “Os Deputados Municipais podem fazer constar da ata o seu voto de vencido.” O seu voto de vencido. O seu! Não sei onde é que isso se enquadra, mas pronto. Mas, de qualquer maneira, vou voltar outra vez a ler. Pode ser que eu esteja a

ler mal. Tem a palavra o Partido Socialista. Tem três documentos... Senhor Deputado, penso que há uma declaração de voto. Faça favor.” -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Ora, muito bom dia a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento-os a todos. Eu queria vir aqui só dizer uma coisa. Parece que há uma confusão muito grande. Toda a gente fala de orçamentos, toda a gente fala de tudo. Há aqui uma questão, o dinheiro que havia ou que houve para a Feira Farta em 2023, foi exatamente o mesmo dinheiro que houve em 2024. É simples isso. Ou seja, o dinheiro que houve foi o mesmo que este ano. Todos os cortes, todas as argumentações que se possam fazer, são falaciosas. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Presumindo que não há mais declarações de voto, dava a palavra ao Partido Socialista. É Centro Histórico? Faça favor, senhora Deputada.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Bom dia. Cumprimento o senhor Presidente da Mesa e, na sua pessoa, todos os que nos estão a ouvir. Senhor Presidente, pensei chegar hoje a este podium e, sobre o assunto que aqui me traz, calar-me. Usar do silêncio. Ter apenas à frente de todos a imagem da casa a arder em 31 de agosto passado, na Rua da Torre do Centro Histórico da Guarda, e o silêncio. Silêncio. Silêncio como sinal de homenagem e de pesar por um centro histórico em agonia. Silêncio em nome de um centro histórico quase morto, há muitos anos a precisar de tratamento, é certo, mas mais recentemente a precisar de cuidados intensivos, a precisar de reabilitação imediata. A precisar de cuidados de reabilitação para não o perdermos para sempre e para impedir que, da cidade histórica de há séculos, centro de poder e de vida para quem morava dentro da muralha e também para quem vivia fora, mas que dela dependia, repito, cuidados de reabilitação necessários para impedir que passemos apenas a ter fantasmas, secos, espectros cinzentos com uma ou outra parede ainda de pé, a apontar para o passado. Silêncio a apelar à consciência de um autarca que tem a seu cargo a responsabilidade, entre outras, de manter viva a cidade, procedendo à regeneração do centro gerador do próprio concelho - uma regeneração para o bem holístico individual, e também para fins económicos, turísticos e de identidade local e nacional. É que não se trata apenas de orientar a atenção para o edifício da Rua da Torre que agora ardeu. Trata-se, mais uma vez, do Centro Histórico no seu todo. Deixou-se chegar o centro

histórico a um gigantesco madeiro que, ateadado, tomará proporções gigantescas e trágicas. Não falo do madeiro de Natal, teatralizado, contido num pequeno círculo, com um corpo de bombeiros pronto a extinguir de imediato um possível alastrar do fogo. Falo antes de um madeiro alargado a todo esse centro histórico, pronto, durante todo o ano, a ser incendiado e a reduzir o centro da cidade histórica da Guarda a cinzas. Sim, o panorama que vislumbramos poderá ser dantesco. Mas para já ele é degradante e deprimente. E o silêncio volta a ouvir-se. O panorama degradante e deprimente não o é por falta de recomendações por parte do Partido Socialista. Já no ano de 2009, houve uma recomendação nossa sobre a muralha medieval da Guarda, entre outras que foram feitas até 2017. Mais recentemente, houve recomendações várias, desde 2022, e até houve uma moção, em junho de 2023, aprovada no sentido de: a) elaboração de um plano de reabilitação, e b) elaboração de um quadro de identificação de todos os edifícios pertencentes ao Município, onde se mencione o fim a que se destinam ou se pretenda virem a destinar-se e aberto a sugestões por parte dos munícipes. Silêncio. A cidade confiou ao senhor Presidente. Confiou-lhe o destino da cidade, que é o destino de uma cidade de Portugal. Esperavam-se sinais de vida e prosperidade, também no que ao património diz respeito. Apesar de o desalento se ter aproximado de nós e o silêncio ser o modo de o representar, continuamos a erguer a nossa voz e vimos recomendar ao senhor Presidente que informe esta Assembleia sobre o que está a ser desenvolvido no sentido de ir ao encontro das recomendações sobre o centro histórico que lhe têm vindo a ser feitas, incluindo as que estão patentes numa moção aqui aprovada em junho de 2023 e que têm subjacente a elaboração de trabalhos de identificação do património numa base multidisciplinar que identifique as características arquitetónicas e artísticas relacionadas com os fatores geográficos históricos...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhora Deputada, peço desculpa de interromper...” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “... económicos e sociais. Tenho dito.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Sobre esta recomendação, alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja falar? Já lhe dou palavra, senhora Deputada. Faça favor.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Eu só venho dizer que, de facto, até ao momento não temos qualquer explicação, nem dos bombeiros, e qual a lição a tirar desse incêndio. E, mais uma vez, associo-me, e muito bem, ao documento apresentado e à necessidade da reestruturação do centro histórico. Mais uma vez, o centro histórico. De facto, já foi aqui, nas assembleias, já vieram muitas moções, recomendações e, de facto, necessita urgentemente de intervenção. A minha pergunta é: que lição é que podemos tirar deste incêndio e o que é que os bombeiros têm a dizer?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Tem a palavra a senhora Deputada Bárbara Xavier. Faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Sim, é óbvio que os prédios devolutos trazem problemas, não é? Já falámos aqui muitas vezes. O centro histórico tem problemas a nível da imagem que dá da cidade, é habitação desperdiçada e é um perigo público. Portanto, o que aconteceu era o expectável, só não saberíamos era quando. Há problemas que só vão ser resolvidos quando realmente o centro histórico for uma prioridade e for reabilitado. Inclusivamente os espaços que foram comprados pelo município. Comprar não chega. De preferência, temos que fazer deles casa, que é a situação mais grave que temos. Em relação a medidas, o senhor Presidente anunciou que havia uma série de medidas em marcha. Gostaria que nos explicasse quais e que nos falasse do programa para ajuda à reabilitação de imóveis privados: se contactou individualmente esses proprietários; qual é o número de candidaturas que já foi efetuada; qual é o número de reabilitações que já foram iniciadas; se lhe parece suficiente? Ou, então, que medidas é que vai tomar, até ao final do seu mandato, com o objetivo de reabilitar o centro histórico? Porque isso foi uma promessa que não está a ser cumprida. Que medidas pretende tomar para além deste programa e quais é que são os resultados deste programa?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado Breia, faça favor.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Bom dia a todos. Pois é, de repente foi só este incêndio que aconteceu no centro histórico. Vamos só fazer aqui uma breve lembrança do que aconteceu, por exemplo, há quatro anos no largo de São Vicente, na rua de São

Vicente, numa das transversais da Rua do Comércio. Afinal é só este incêndio que conta? Então e para trás, é passar uma borracha? Temos que ter memória. De repente, é só depois de 2022 que tudo conta, que tudo faz confusão a toda a gente. Temos que fazer todos um ato de contrição nesta Assembleia. O que é que todos nós já fizemos pelo centro histórico? Temos que fazer mais, claro que sim. Mas aconteceu tudo agora, depois do Executivo PG ter assumido a Câmara Municipal da Guarda? O que se passa é que o centro histórico é um caos em termos de proprietários. Quem é que é o dono, quem é que... Há ali muitos edifícios que são dos privados. Quer dizer, a Câmara não pode chegar e tomar por usucapião... Pode? Pode? Ok, está bem. Então, sendo assim, vamos lá ver... a poder e a fazermos estas obras todas que são necessárias, como é óbvio, precisamos de dinheiro. Precisamos que haja responsabilidade política. Precisamos que, de uma vez por todas, nesta Assembleia ou nesta cidade comecem todos a remar para o mesmo lado. Nós vemos, vocês acusam e toda a gente acusa de todas as cidades nos ultrapassarem, mas temos dado tiros nos pés ao longo de décadas. Quando é preciso unirmo-nos para coisas realmente importantes, resolvemos pensar só nas próximas eleições e começamos a ver como é que tramamos quem está no poder para não poder ter dinheiro para mostrar a obra. E, depois, vimos, mais tarde, dizer que não fizemos, porque demos as oportunidades todas ao Executivo para trabalhar - quando não dão. Portanto, deixem-nos trabalhar. Deixem-nos trabalhar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Ó senhor Deputado, só um bocadinho. Tinha pedido a palavra primeiro.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Senhor Professor, com todo respeito, a sua solução é suspender a democracia. Portanto, não criticamos, rumamos todos para o mesmo lado e assumimos todos aqui... O que é que nós estamos aqui a fazer na Assembleia? Para que é que esta Assembleia existe? A sua solução e essa, é suspender a democracia? É isso que está a dizer? Não podemos criticar quem está na governação municipal? Não assumem as críticas? Por amor de Deus!” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado, peço-lhe desculpa, já lhe dou a palavra. Mas diz o Regimento que os senhores Deputados devem pedir à Mesa para falar. Muito obrigado. Só um bocadinho. Tem a palavra o senhor Deputado Miguel Borges.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, não tem a ver com o ponto que estamos a debater. Eu gostaria era de saber, porque parece que nesta Assembleia as coisas se passam sem os senhores Deputados saberem, exatamente quais foram os Presidentes de Junta que disponibilizaram tempo ao PG, uma vez que ficou a contar e parece que isto aqui é o normal e teríamos que ser informados.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “O senhor Secretário vai explicar.” -----

- **António Fernandes, Primeiro Secretário da Mesa:** “Foi solicitada à Mesa que sejam identificados os elementos independentes que cederam tempo ao grupo PG. Passamos a enumerar: Presidentes de Junta das Freguesias de Pêga, Pêra do Moço, Cavadoude, Sobral da Serra, Alvendre, Aldeia Viçosa, Jarmelo São Pedro, Avelãs da Ribeira, Avelãs de Ambom e Rocamondo, João Antão, Ramela, Trinta, União de Freguesias de Mizarela, Pêro Soares e Vila Soeiro, Famalicão da Serra, Fernão Joanes. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não, mas tudo bem, senhor Deputado. Tudo bem, sem problemas nenhuns. Já tinha pedido aqui a palavra. Já lhe dou a palavra.” ----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Ó senhor Deputado, só pode estar a brincar comigo. O senhor Deputado Robalo, só pode estar a brincar comigo. Onde é que o senhor me ouviu dizer aqui que tem que se suspender a democracia? Vocês têm é que assumir definitivamente que, no vosso cinismo, vocês não querem que o orçamento seja aprovado. Não querem. Digam assim: não queremos. Todas as informações que eu tenho, todas as alterações que vocês solicitaram para serem adicionadas à proposta de orçamento foram contempladas. Porque é que não aprovam o orçamento? Digam. É só isso, mais nada. Assumam que vocês não querem. Vocês ficaram aborrecidos. Têm aqui gente que são nados mortos políticos, que insistem em manterem-se nesta sala e que querem ganhar as próximas eleições, quando sabem que não têm hipótese nenhuma. Portanto, fazem tudo, mas tudo para obstruir o trabalho de um Executivo que foi democraticamente eleito por esta cidade.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Virgílio Bento, Deputado (PS):** “Muito bom dia a todos, senhor Presidente e a sua Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhora Vice-Presidente, Senhores Vereadores. Eu estava ali entretido a ouvir falar do centro histórico. Eu desde 98/97 que ouço falar no

centro histórico e no centro histórico como área prioritária de intervenção política. E, de facto, não é verdade quando se diz que no centro histórico não se fez nada. Não. O que está no centro histórico, o que está enterrado no centro histórico é tudo novo. Com o Polis, foi renovada toda a área do centro histórico, com alguns erros de projeto. Mas, já agora, dizer que a responsabilidade dos projetos de recuperação do centro histórico foi entregue àquele que era, na altura, o melhor arquiteto de reabilitação do centro histórico, com trabalhos dados em Guimarães, que era o Arquiteto Camilo Cortesão. Houve uma tentativa, de facto, a Guarda investiu em equipamentos culturais e achava eu, em 2011/2012, que estava na altura de dar o salto dos equipamentos culturais para a área do património. E a primeira experiência foi feita com a Torre de Menagem, onde se gastou 1 milhão de euros na recuperação da Torre de Menagem e da envolvente. Houve uma segunda tentativa. As quatro Câmaras, pela primeira vez, Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco, juntaram-se e decidiram pensar este território em termos de património, cultura e turismo. Fizeram um projeto, chamado Património de Cidades. Só para a Câmara da Guarda tinha financiamento cerca de 12 milhões de euros, que foi aprovado pela CCDR. E quando o Governo muda, quando vai Passos Coelho para o Governo a primeira coisa que faz é uma coisa chamada: operação de limpeza. O decreto chamado de operação de limpeza. Ou seja, todos os projetos que não tivessem taxa de execução de 10%, iriam ser todos recusados e, no caso da Câmara da Guarda, no caso deste projeto das quatro Câmaras, não chegou a ser assinado qualquer contrato de financiamento. Eu acho que nunca é tarde de olhar para ali. E eu que tive o cuidado de ler todos os programas eleitorais, nas últimas autárquicas, de todos os partidos, e digam-me: as propostas que tinham todos os partidos sobre o centro histórico eram, de facto, importantes, excecionais. E é importante, de facto, retomar essa dimensão e nós deveríamos na altura, a intervenção no centro histórico devia ser norteada pelos três R's. Primeiro, Requalificar: tudo o que está enterrado, foi requalificado; requalificar os edifícios; requalificar os espaços; criar centros de atração. Só para dar o exemplo, nessa candidatura que foi feita, havia o centro de interpretação da ..."

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, peço-lhe desculpa. O Partido Socialista tem 58 segundos."

- **Virgílio Bento, Deputado (PS):** “Já vou acabar. Já vou acabar, senhor Dr. Então, Requalificar: criar centros de atração, criar património, o centro de interpretação da Judiaria, o centro de interpretação da (...). Repovoar: e levar as pessoas para o centro histórico e os planos de habitação eram um bom exemplo para levar para os centros históricos. Terceiro “R”: Reviver. Em São Luís do Maranhão, chamam ao centro histórico reviver. É preciso povoar e dar vida, criando atividades que levem as pessoas a visitar o centro histórico. Não roubo mais tempo, obrigado pela sua paciência.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Sobre esta recomendação... senhor Deputado José Valbom, o senhor Deputado Luís Soares tinha pedido. Já lhe dou a palavra.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Pois, estamos perante um tema central. Penso que tem, ali ao senhor Deputado Breia, provocado alguns cabelos brancos. É que a solução não é nada fácil. Nós, se não conseguirmos um projeto onde meta a economia, não é a solução. Nós podemos estar a requalificar um espaço para depois termos que requalificar, futuramente, por não ser vivido. Pôr lá as pessoas a viver, é uma tarefa extremamente difícil. Estão identificados, e eu solidarizo-me com as moções, como é evidente, os problemas estão identificados. As soluções é que eu ainda não vi nenhuma que efetivamente seja solução. Por isso, eu desafio e eu posso-me incluir neste processo porque eu sou um amante do centro histórico. Já agora, posso-lhes dizer que também tenho uma veia empresarial. Sou empresário, penso eu, com sucesso. Quando fui empresário na Guarda, coloquei a Guarda, a nível nacional, na noite. Não sei se sabem, o projeto da F7 que motivou que viessem pessoas do Algarve visitarem a F7, por causa de algumas inovações que lá houve. A mesma coisa com a Catedral. Portanto, eu, nesse aspeto, considero-me bem-sucedido. Tenho alguma experiência empresarial que pode ser uma ajuda num processo que incluía todas as bancadas para pensarmos esta matéria, avançarmos com soluções. Já algumas aqui foram equacionadas, a questão dos nómadas digitais e como é que isso se consegue, como é que isso se conquista. Porque requalificarmos o centro histórico para depois o votarmos à degradação por não ser vivido, não ser habitado, temos que meter economia nisso. Meter economia nisso precisa de se pensar bem. E quem o pode pensar melhor do que esses arquitetos de renome, que fizeram um mau projeto para a praça velha, no meu ponto de vista. O

Arquiteto Delfim, na altura, fez um projeto, para mim, muito melhor do que o que lá está. Aliás, é contestado e ninguém contesta a contestação que se faz a esse projeto. Portanto, é um desafio que eu faço a todos que queiram participar para solucionar este problema do centro histórico. Vocês já sabem o meu problema de comunicação, não sou grande comunicador, mas, no entanto, acho que consigo comunicar o suficiente para me fazer entender. Eu desafio todas as bancadas, pessoas que se interessem, a constituir uma comissão onde a gente albergue ideias para, efetivamente, conseguirmos fazer o que eu acho que muito poucos municípios conseguiram fazer, que é fazer reviver os centros históricos. Todos os municípios têm esses problemas. Uns menos do que outros...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, extravasou o seu tempo, peço-lhe que termine.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Pronto, então eu não acrescento mais nada. É um desafio que eu faço para ver se a gente consegue uma solução, todos, em conjunto, porque eu sei que há pessoas que pensam nisso. Eu também me incluo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Senhor Deputado José Valbom, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, mais uma vez, a todos. Inspirado pela senhora Professora Luísa Campos e por Virgílio Bento, que respeito, queria dizer só isto: silêncio pelo centro histórico que herdámos do PS e do PSD. Silêncio pelo centro histórico que temos hoje. Silêncio. Silêncio pela nossa Serra, que afinal ia ficar muito melhor quando ardeu. Silêncio pelo Interior que ardeu recentemente. Silêncio até pelas negociações, em telenovela, em Lisboa, sobre o orçamento que esquecem o interior. Silêncio pelo Interior todo. Silêncio, no fundo, por todos nós.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Mais uma vez é este o discurso do PG, não é? Passar responsabilidades. Em vez de assumirmos que há um problema, encontremos soluções e vamos agir, que é isso que nós gostaríamos de ver por parte do Executivo, continuamos a ter um discurso de: e o que aconteceu no passado? Vamos agir sobre o presente. O

Executivo tem possibilidades de reabilitar o centro histórico. Foi uma promessa, aja sobre essas promessas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. O PG ainda tem tempo, faça favor.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Ó senhora Deputada Bárbara, onde é que me ouviu aqui dizer...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço desculpa. Ó senhor Deputado! Faça favor.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Onde é que me ouviu dizer aqui que a culpa era só do passado? Quando eu digo que temos todos responsabilidade no que está a acontecer. Todos! Ninguém está a dizer que é do passado a responsabilidade. É de todos. Agora, não podem querer que em três anos se resolvam os problemas que se acumulam há quarenta. É só isso, mais nada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem 26 segundos. Mas, senhor Deputado, tem 26 segundos e tem ainda dois votos de louvor.”

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Mas tenho tempo para os ler.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Um minuto, sim.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Relativamente a esta questão, só lembrar que o senhor Presidente da Câmara está há dez anos no Executivo e, portanto, durante os últimos dez anos tem responsabilidade.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Deseja intervir, senhor Deputado? Para? Faça favor.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Eu, há pouco, pedi um esclarecimento. Era a qualificação do mercado municipal e havia uma rubrica no orçamento. Voltei a olhar e, umas linhas acima, está aqui também uma rubrica no orçamento em vigor: requalificação da praça velha e zona envolvente, financiada a 85% pela EU, valor de 100 mil euros. Os senhores com estes 100 mil euros já o gastaram em alguma coisa ou dizem que não há orçamento e que não há dinheiro, mas afinal nem o usam? Não o usam, por

exemplo, para um projeto? A minha pergunta é: estes 100 mil euros podiam ser usados, pelo menos, para um projeto que fosse. Foram usados? Gostava de saber.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. O Partido Socialista tem ainda dois votos de louvor. 1 minuto e 9, como queiram usar.” -----

- **Pedro Pinto Teixeira, Deputado (PS):** “Então, bom dia a todos. A Associação “O Genuíno Cobertor de Papa”, criada em 15 de maio de 2018, é a única associação do mundo onde ainda se faz o tradicional, artesanal, autêntico e único Cobertor de Papa. Esta Associação recebeu o prémio PeculiarAwards na categoria de Têxtil peculiar naquela que foi a primeira edição deste concurso. O Cobertor de Papa bem que merece esta distinção, todos nós reconhecemos, certamente, pela sua singularidade, pela identidade territorial e tradição cultural, sendo esta também uma enorme prova de reconhecimento a todas as pessoas que lutam pela sua sobrevivência, sem qualquer tipo de apoio, tal como foi aqui informado na última Assembleia. Além da “O Genuíno Cobertor de Papa”, a Associação Aldeias de Montanha recebeu também, no mesmo concurso, o prémio livro peculiar que aborda o tema “Queijeiras”, produto endógeno produzido também em algumas freguesias do nosso concelho. Assim, o grupo parlamentar do Partido Socialista, propõe à Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 30 de setembro de 2024, que seja aprovado um Voto de Louvor pelo prémio atribuído às Associações “O genuíno Cobertor de Papa” e “Associação Aldeias de Montanha” e deles seja dado conhecimento às referidas Associações, a todos os seus colaboradores, bem como às juntas de Freguesia de Maçainhas, Videmonte, Trinta e Corujeira, Meios, Valhelhas, Fernão Joanes e Famalicão da Serra.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre este voto de louvor “Genuíno Cobertor de Papa”? Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Só dar os parabéns. De facto, só posso associar-me a este voto de louvor, não só à Associação Genuíno Cobertor de Papa, mas também a outras associações. Muito bem, é um trabalho louvável que fazem pela região, por um produto, neste caso o Cobertor de Papa, mas há outras com outros produtos. E, portanto, é só dar os parabéns.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado José Valbom, faça o favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, mais uma vez. Dizer que vamos votar favoravelmente. Revemo-nos no expresso, porque tudo o que é bom para a Guarda é bom para nós. Tudo o que é feito de bom por alguém da Guarda é bom para nós. Nós temos a ideia de que não somos uma ilha. Tudo o que é bom para a Guarda é bom para nós. A estas duas e a todas as outras associações que desenvolvam trabalhos específicos, diferenciadores, que afirmem a nossa cultura local, aquém e além fronteiras, nós estamos a favor.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada deseja intervir, ou algum senhor Deputado? Não havendo, colocava o voto de louvor à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Louvor** -----

----- **Genuíno Cobertor de Papa** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e cinco votos. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de Voto? Faça favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Era só para me associar, o PSD associa-se a este voto de louvor. E o voto a favor é lógico, até porque nós já viemos aqui, julgo que, já não sei, há um ano, com uma moção para pedir ao Executivo que, de facto, fizesse o caminho que tem de fazer, que é inscrever o Cobertor de Papa no inventário nacional do património imaterial, sendo esse o primeiro passo para depois poder fazer uma candidatura à UNESCO e para que, de facto, o Cobertor de Papa possa ser Património Imaterial da Humanidade. E, portanto, esse é um caminho que este Executivo deve fazer. Eu acho que o que tem faltado a este Executivo é criar marcas. E eu acho que essa podia ser uma marca, ainda vai a tempo de ser, uma marca desse Executivo, se quiser associar-se ao Cobertor de Papa e, de facto, focar-se naquilo que é o Cobertor de Papa e não noutros Cobertores de Papa que não são Cobertores de Papa. Mas, em relação a isso, eu gostaria de falar noutra altura. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Declaração de voto, presumo que não haja mais nenhuma... Há? Peço desculpa.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, obviamente congratulamos este voto de louvor. Nós queremos só reforçar que revitalizar a produção regional, convém que seja com ajudas reais. Obviamente que feiras e festas têm a sua importância, mas é necessário manter a produção e melhorar a sua competitividade em relação a outros produtos. Falamos de facilitar o fornecimento das cantinas públicas com produtos de origem local, finalizar as obras como foi proposto, dinamizá-lo, incentivar as organizações de produtores e mesmo a agricultura cooperativa. Paralela e urgentemente, queremos reforçar que é necessário reconhecer e apoiar verdadeiramente estas associações e também as pessoas que mantêm estas tradições vivas. Trabalhar, como foi reforçado agora, pela certificação dos produtos regionais e assegurar todos os custos que estejam associados a processos, tanto de certificação como dos próprios concursos a que as associações recorrem. A maioria destas pessoas e de coletivos, temos que lembrar que trabalham voluntariamente ou com lucros mesmo muito diminutos. Obviamente, isso vai colocar em risco a sua existência. Ou agimos e protegemos os nossos produtos e as associações ou então obviamente que, no futuro, podemos esperar que não estejam cá.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Acerca do Cobertor de Papa, na última Assembleia Municipal tivemos aqui uma intervenção e gostaríamos de questionar o Executivo: o que foi feito depois da intervenção de Céu Reis nesta Assembleia Municipal? O município faz agora a distinção entre cobertor artesanal e não artesanal? Vamos continuar a apoiar a falsificação do nosso património?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Para? Faça favor.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Na última na última Assembleia, a dona Céu Reis também se voluntariou para, gratuitamente, fazer a limpeza, em dois ou três dias, deste cobertor, deste exemplar. Isso já foi também feito?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Penso que não há mais nenhuma declaração de voto nem pedido de esclarecimento. Continuando, voto louvor do Partido Socialista. Senhor Deputado, poder de síntese.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Relativamente ao voto de louvor do CEIS, ele apenas aqui é trazido pelo facto de terem sido criadas instalações durante este ano. Temos instalações novas do CEIS na Guarda, existem dezanove pessoas neste momento já a trabalhar no CEIS, e, neste momento, temos já uma série de projetos aprovados no valor de 3,8 milhões de euros. E, portanto, era isso que nós queríamos com este voto de louvor.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Agradeço-lhe o poder de síntese. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir sobre este voto de louvor? Quer intervir? Faça o favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, mais uma vez. Claro que vamos votar a favor, até porque este tema foi, na última Assembleia, aqui trazido por mim. Tudo o que é bom para a Guarda, seja quem for a fazê-lo, é positivo. Eu, na última Assembleia, disse isso e estive a dar os números do CEIS. Claro que é bom. Tudo o que é bom para a Guarda, é bom. Ponto. Vamos votar a favor, obviamente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Colocava, então, este voto de louvor, à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Louvor** -----

----- **Centro para a Economia e Inovação Social (CEIS)** -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e sete votos a favor e quinze abstenções. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Bom dia a todos. Eu acho que um voto de louvor desta natureza e até outros que há uns tempos a esta parte são trazidos aqui, às vezes até para contornar o Regimento no período antes da ordem do dia, eu acho que é assim, eu acho que estamos a banalizar algumas das figuras regimentais. Eu acho. E, no caso vertente, confesso-vos, que um voto de louvor para um centro de formação

recém-criado e cujo resultado é o óbvio, é o que tem que ser, foi criado para isso mesmo, portanto, não vejo aqui... e não está em causa o trabalho desenvolvido pelo centro de formação. Não é isso que está em causa e nem os fundos comunitários aproveitados, pois é para isso que eles servem e tudo muito bem. Mas é um centro de formação como muitos que existem por este país fora. Eu não vejo aqui nenhuma relevância especial. E, portanto, dizer-se que é uma mais-valia para o país e para a europa, vocês não acham que isto é um exagero? É uma pergunta. Por outro lado, em que é que se traduz essa mais-valia? Isso nem é dito aqui. Aproveitamento de milhões? Tudo bem. Agora, em termos de empregabilidade... Se me dissessem assim: o Conselho de Administração da Coficab, pelos resultados; é uma empresa de relevo importante e que faz a diferença até a nível de economia porque os territórios competem entre Castelo Branco e a Guarda; que nos põe à frente? Aí sim! E estamos a falar de consciência social também, do empresário com consciência social. Agora, trazer aqui um centro de formação, como eu disse, isto não faz sentido absolutamente nenhum. E também não fica bem até porque vocês têm um colega de bancada que é o Presidente do Conselho de Administração. Eu não me sentiria confortável nessa situação. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado João Vaz, faça favor.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Bem, eu, no sentido desta declaração de voto, não percebi se o senhor Deputado se tinha absterido ou se tinha votado contra. Pronto, eu votei naturalmente a favor deste voto. Acho que se fala muito, nesta Assembleia Municipal, sobre aquelas promessas eleitorais e aqueles projetos que estão para vir para a Guarda e que nunca vêm. Este veio. Está a trabalhar, está a trabalhar para o país, está a trabalhar no nosso território, é muito importante no nosso território. Nós temos muita economia social no nosso território, instituições nas quais é muito difícil dar formação. É muito difícil articular horários de trabalho, articular o funcionamento dessas próprias formações e o CEIS tem estado a trabalhar, não só na parte do financiamento, na parte da proposta, mas também a ajudar com a própria articulação logística. Portanto, acho que tem feito um trabalho muito bom e é por isso que eu votei favoravelmente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, o senhor Deputado é que apresentou. Voltamos ao mesmo problema. Apresentou moção, peço-lhe desculpa.

Muito obrigado. Tem a palavra a senhor Deputada Bárbara Xavier para apresentar a sua moção. Faça favor. Sob o título: O País continua a Arder.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Ano após ano, temos lamentado vidas humanas e animais, lamentamos centenas de milhares de hectares ardidos e mesmo assim a maioria das medidas propostas pelas Comissões Técnicas e do Observatório Técnico Independente continuam por aplicar. Mais uma vez, assistimos à destruição de património e de vidas e questionamos: o que falhou? Exatamente o mesmo. Os incêndios continuam a ser a face visível do que continua a falhar na Proteção Civil. Continuamos sem garantir condições laborais e materiais aos profissionais que combatem incêndios e que atuam na sua prevenção: desde remunerações justas, qualificações adequadas, carreiras, condições de trabalho em segurança, material e equipamentos que respondam às necessidades. Continuamos sem enfrentar o despovoamento no interior. Os incêndios florestais não são novos, mas o seu número e intensidade aumentam na mesma medida em que vamos esvaziando territórios anteriormente habitados e, naturalmente, que eram cultivados. Paralelamente, continuamos sem reconhecer as diferenças que as alterações climáticas trazem aos territórios e, conseqüentemente, sem agir eficazmente para prevenir o inevitável: situações de seca, ondas de calor, grandes tempestades e incêndios, tornar-se-ão cada vez mais regulares. Teremos de decidir se queremos priorizar a exploração da nossa floresta para ganhos financeiros de grandes grupos empresariais ou se queremos então apostar para que ela sirva a sua função de purificação do ar, fornecimento de água potável, alimentos e até de matéria-prima. A floresta tem e poderá continuar a ter valor económico e providenciar comida a quem vive no interior, mas para isso os projetos apresentados têm de garantir emprego não precário e ser sustentáveis no tempo. É importante investir com a noção de que há consequências duradouras, e nalguns casos até definitivas, na forma como escolhemos fazê-lo. As autoridades contabilizaram que 30% dos incêndios derivam de fogo posto. Os seus responsáveis têm de ser identificados, mas também é indispensável avaliar e perceber que motivações alimentam estes comportamentos. Por fim, relembramos que todas as pessoas que têm sofrido com incêndios rurais que nos assolam nos últimos anos, nomeadamente no nosso distrito, se encontram ainda em emergência máxima. É essencial intervir sobre a

destruição: desde reconstruir casas, principalmente de primeira habitação, e reparar os danos sofridos nos pequenos negócios de cultivo agrícola e de pecuária. Assim, a Assembleia Municipal de Guarda, reunida a 30 de setembro de 2024, ao abrigo da respetiva Lei, delibera comunicar as reivindicações descritas nesta moção ao senhor Primeiro Ministro, Ministro da Agricultura e Pescas, Ambiente e Energia e grupos parlamentares da Assembleia da República.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Permita-me, à semelhança do que já aconteceu em outras moções, que substitua a palavra delibera por aprova. Concorda? Muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir sobre este tema da moção do Bloco de Esquerda? Faça favor.”

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, mais uma vez. Só para sublinhar que a moção da senhora Deputada Bárbara põe o foco num assunto importante. O país todo, todos nós, mas o país todo tem que responder a duas ou três perguntas simples. Quer um país ou quer uma faixa de 20 km junto ao mar? É preciso responder a isto. Quer um país coeso ou quer um país desorganizado? Queremos ordenamento do território ou queremos o quê? Queremos o despovoamento? A desorganização do território e a desertificação? Quer dizer, quando é que este assunto será posto na cabeça de todos nós, principalmente de quem nos governa a nível central? Porque, efetivamente, isto é ano após ano. De sete em sete anos, temos sempre a mesma coisa. Agora são eles, fomos nós, vamos ser nós, vão ser eles. Todos nós somos a mesma comunidade. Quando arde uma parte dessa comunidade, estou a arder eu. Até o povo sabe.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe imensa desculpa, mas o tempo já esgotou.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Se pretender terminar...” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Eu só estava a dizer que até o povo sabe. Vê o vizinho a arder põe as tuas barbas de molho. Como é que é possível que aquela gente em Lisboa não veja que se ardem as zonas periféricas das linhas de água, eles vão ter água de má qualidade. O ar. São bens de mérito, são bens de todos nós que estamos a degradar todos os dias. É lamentável isto. Este país assim não tem futuro.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Não sei se mais alguma senhora Deputada... Está esgotado. Senhor Deputado, o seu tempo também está esgotado. O tempo do CHEGA chegou ao fim. Já ultrapassou, de maneira que não lhe posso dar a palavra. Então, presumo que não haja mais nenhuma intervenção, colocava a moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **O País Continua a Arder** -----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e nove votos. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Terminaram as moções e as recomendações e... Declaração de voto? Peço desculpa, senhor Deputado.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Mais uma vez, muito obrigado pela condescendência. Obviamente que nos associamos ao voto do Bloco de Esquerda, porque a problemática dos incêndios é algo que nos aflige a todos enquanto cidadãos e com maior enfoque cidadãos residentes nesta área geográfica do país que tem uma mancha florestal com alguma relevância, que tem também um parque natural. E, portanto, é algo pelo qual devemos trabalhar e lutar na reivindicação dos nossos direitos. Tenho é pena que o Bloco de Esquerda, há uns anos, olhe, quando foi muleta do PS (lembra-se, daquela famosa Geringonça?), não tenha tido também esta determinação no reforço das causas. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais alguma declaração de voto? Presumo que não. Neste momento, o CDS tem 43 segundos, se desejar utilizar. E tem tempo o PSD, que tem duas inscrições dos senhores Deputados Ricardo Neves Sousa e do senhor Deputado Júlio Santos. Façam o favor de distribuir o tempo como entenderem os dois. Quem fala primeiro? Senhor Deputado Ricardo? Faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Já agora, senhor Presidente, se me permite, eu gostava de lhe sugerir só aqui uma pequena alteração. À partida, o Deputado Júlio Santos não irá intervir pelo que me encarregou, é uma coisa também extremamente simples. Nós temos aqui um requerimento para entregar à Mesa, requerimento esse que, ao fim e ao cabo, é um decalque de outro já entregue noutro

tempo, que tem a ver com informações que a Câmara da Guarda devia prestar aos cidadãos, designadamente documentos com data de despesa, denominação social, destinatário das verbas, os NIF's, portanto, de todas as despesas feitas desde o início do mandato até agora. Se me permite, eu entrego-lhe a mão." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Reencaminharei. Muito obrigado." -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** "Muito obrigado. Fez no passado dia 26 de setembro um ano sobre as últimas eleições autárquicas que deram a vitória ao Movimento PG. À data, este grupo político... três anos, sim, eu disse três anos. Três anos, peço desculpa, que deram a vitória ao Movimento PG..." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhores Deputados, peço um pouco de silêncio." -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** "À data, este grupo político, eu não vou dizer que mentiu que isso é uma palavra feia que não se deve dizer, mas, vá, eludiu, pronto, trapaceou, intrujou, pronto, ficamos assim, os guardenses com um caderno de encargos ambicioso e abrangente que mereceu o voto de uma maioria relativa destes municípios. Três anos volvidos, importa agora fazer uma breve recensão crítica a este documento, questionando o senhor Presidente da Câmara quanto ao grau de evolução de algumas dessas propostas. À data, este documento tinha vários títulos de acordo com as áreas de atuação e, por exemplo, no urbanismo e mobilidade pretendiam finalizar o processo de revisão do Plano Diretor Municipal em seis meses. Portanto, já passaram três anos e eu gostava de saber se já foi feito. Queriam também melhorar as acessibilidades a pessoas de mobilidade reduzida, com rebaixamento dos passeios e colocação de guia sonoras. Ainda hoje aqui foi trazida uma proposta, uma moção para efetivamente se operarem estas alterações. Reabilitação do centro histórico com a reformulação do mobiliário urbano. Está feito? Ordenamento do estacionamento. Está feito? Reabilitação da iluminação cénica. Está feita? O projeto de reabilitação da Praça Luís de Camões e Rua 31 de Janeiro, segundo o que o Deputado do PSD nos disse, estão lá 100 mil euros. Está feito? Requalificar a Torre Velha. Está feita? Reabilitar o eixo central da cidade, entre a Praça da Misericórdia, a Alameda de Santo André, a Rua Batalha Reis e o Jardim miradouro aí existente. Está feito? Reabilitação das entradas da

cidade, nomeadamente a Avenida Rainha Dona Amélia, a Avenida de Salamanca, a Avenida de São Miguel, a estrada dos Galegos, Pocariça. Está feito? Mais: vamos construir a variante dos F's e as respetivas interligações com os Bairros da Luz e a Senhora dos Remédios. Estamos a um ano do fim do mandato. Acha que ainda consegue fazer isto? Remodelar a encosta de São Francisco entre os Bairros Nossa Senhora dos Remédios, do Bonfim e Avenida Rainha Dona Amélia e um novo espaço para a realização da Feira e Mercado quinzenal. Está feito? Remodelar a encosta norte da cidade. Está feito? Alargar o parque de campismo. Está feito? Iniciar a fase de projeto para a concretização de terceira fase da VICEG. Está feito, senhor Presidente? Agora vamos para a parte da cultura, património e turismo. Por exemplo, aqui, no seu caderno de encargos de 2021, decidia-se realizar um grande evento gastronómico com produção de produtos autóctones da região, que não é a Feira Farta. Isso foi feito? Reforçar a imagem da Guarda como destino turístico, cultural, nacional e internacional. Tem algum mapa com a evolução dos turistas que nos visitaram? Quais as nacionalidades, quais as suas origens geográficas? Realizar um grande evento de Rock na Beira Interior. Está feito? A juventude questiona: está feito este evento? Garantir a resolução do problema que envolve o Hotel Turismo, através da reversão da propriedade do edifício para a Câmara Municipal. Está feito isto?" -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, está a terminar o tempo."

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** "Então, são mais 10 segundos. E, portanto, mais eu poderia aqui falar em diversas vertentes, designadamente na qualidade de vida do desporto. Onde é que está a cidade do Desporto? Recuperar os pavilhões da mata do Sanatório, que ainda há bocado o Dr. José Valbom falou neles, então, isso, onde é que está? Na área económica, trazer novas empresas. Foram o quê? Foram as da cerveja que vieram? E, portanto, há um conjunto alargado de questões, que por falta de tempo não posso aqui questionar. Mas há uma, que tem a ver com o próprio requerimento que agora entreguei, em que dizia na parte da administração e gestão autárquica: reorganizar o circuito de tratamento da documentação, com especial enfoque na transparência e no cumprimento dos prazos de resposta. Está feito, senhor Presidente? Muito obrigado." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhora Deputada Cláudia, deseja utilizar? Não? Muito obrigado. Então, dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara para a sua intervenção. Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Bom dia a todos. Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, respetiva Mesa, senhores membros do Executivo, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, senhoras e senhores Deputados, aos técnicos do município aqui também presentes, ao meu gabinete e ao público em geral que está aqui presente, os que ainda persistem e aqueles que assistem online, também um cumprimento a todos os serviços técnicos que dão apoio à transmissão desta Assembleia e, naturalmente, à comunicação social aqui presente. Tentarei ser breve, tanto quanto possível, senhor Presidente. Senhora Deputada Cláudia Guedes, a questão da recomendação de melhores condições de acessibilidade, é claro que este é um caminho longo a percorrer. Há efetivamente um caminho longo. A nossa sociedade, nos últimos anos, felizmente, despertou de vez para este problema, porque nós nunca podemos esquecer que hoje são os outros e amanhã somos nós. E, por isso, nós, trabalhando para os outros, estamos a trabalhar também para nós. E, por isso, nós temos já parte dos transportes escolares adaptados, os transportes urbanos também parte deles estão adaptados também para essa necessidade. Há um trabalho de melhoria contínua na adaptação das mais diversas infraestruturas da cidade. A ordem que existe internamente é que, sempre que existe uma obra nova, naturalmente, tudo isso tem que ser devidamente repostado, independentemente de outras intervenções que vão sendo feitas. Tal como o balcão da inclusão, já aqui foi referido, que nós este ano colocámos em funcionamento aqui na autarquia. E, veja, senhora Deputada, ninguém falou sobre isto. Se calhar, talvez por desconhecimento. Vejam só. Há uma medida do PRR, que são as Acessibilidades 360°, para permitir dar mais acessibilidade aos serviços públicos, a habitações, enfim, ao público e ao privado. Sabe qual é que é o valor de cada uma dessas candidaturas? É que só se pode apresentar uma, mediante cada espaço. 13 mil euros, isto não dá para nada. Se tivermos que colocar um qualquer elevador, uma qualquer plataforma elevatória, já para não falar em trabalhos de construção civil de maior envergadura, isto não dá para nada. Nós já colocámos este problema à tutela, mas isso são regras que colocaram no PRR. E, por isso, toda e qualquer intervenção tem

que ser, sob o ponto de vista financeiro, mais musculada e tem que ser sempre assacada aos cofres de quem executa essa intervenção. Senhora Deputada, também, já agora, falar aqui a “talho de foice” sobre a questão das paragens dos autocarros. Vejam só, ao fim de dezoito anos, pelo menos, alguém conseguiu começar a mudar as paragens dos autocarros. É normal, fizeram o seu tempo. Ao fim de dezoito anos, com a deterioração dos materiais, do ferro, do policarbonato, tudo aquilo. Dezoito anos, é normal, decorreram muitos anos. E, por isso, as paragens de autocarro estão a ser substituídas. Não sei se alguém já foi, ou se já foi não o disse aqui, à escola de Santa Clara. Já lá está o novo modelo instalado. Foi o protótipo. Correto, senhor Vereador? Foi lá colocado o protótipo. E espera-se que, durante esta semana, sejam colocadas as novas paragens de autocarro, depois daquele trabalho de informação em tempo real que foi colocada na cidade. É bom realçar que, pela primeira vez, temos uma informação em tempo real, já numa parte das paragens de autocarro desta cidade. E é este o caminho que está a ser feito. Houve a necessidade de, previamente, retirar as antigas, reparar todos os danos que naturalmente essa retirada provocou. E, naturalmente, espera-se que agora, para os próximos dias, naturalmente vai demorar algumas semanas a serem todas colocadas, espero que não muitas, para repor a normalidade. Mas houve alguém que ousou substituir aquilo que, e bem, há dezoito ou vinte anos atrás, foi colocado. É normal que assim seja. É a renovação do mobiliário urbano. Sobre a questão, senhora Deputada, dos parques infantis, que também falou sobre isso. Devo recordar que, há quase um ano atrás, nós inaugurámos quatro parques infantis novos, onde todos eles já têm, precisamente, equipamentos inclusivos. Eu já referi nessa altura. Quatro, pois é, senhora Deputada, é preciso dinheiro, sabe? É preciso dinheiro. O dinheiro que nós muitas vezes não temos e por isso é que nós pedimos empréstimos e depois chumbam os empréstimos. Olhe, veja só, onde estava o parque infantil do Polis, foi chumbado o empréstimo, senhora Deputada. Temos que fazer essas coisas... Não esteja a abanar a cabeça! Não diga assim, diga assim. Desculpe lá, mas foi isso que aconteceu. Desculpe lá, eu estou a falar...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, peço-lhe desculpa, agora está o senhor Presidente da Câmara a falar. Ele esteve calado até agora. Agora é obrigação nossa estarmos calados.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Obrigado, senhor Presidente:” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senão, não há democracia aqui. Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Eu ouvi, serenamente, os insultos que me foram dirigidos, senhor Presidente da Assembleia. Portanto, já agora, eu não vou insultar ninguém, só vou dizer a verdade dos factos e, já agora, que me deixem falar no meu tempo. Senhora Deputada Cláudia Guedes, a manutenção dos monumentos históricos: claro que sim, todos nós devemos acompanhar tudo isso. Já agora, sempre que haja um qualquer apontamento, façam-no chegar, porque existe uma plataforma no site da Câmara Municipal da Guarda (já há alguns anos, não é desde agora, é desde há alguns anos a esta parte) e é aí que devem reportar tudo para que depois os serviços técnicos possam fazer o acompanhamento, em razão da matéria, sempre que isso é devidamente solicitado. É isso que pedimos. Não é só à senhora Deputada, mas a todos os presentes nesta Assembleia e ao público em geral, a todos os cidadãos guardenses. Sobre o Mercado Municipal, senhora Deputada, a intervenção prevista no projeto que já foi elaborado, será candidatada no âmbito do Centro 2030 e estamos a falar de uma intervenção de 2 milhões de euros. 2 milhões de euros, números redondos. Sem financiamento não há possibilidade de fazer esta intervenção, por isso é que o projeto está feito e está a ser candidatado ao 2030. O 2030, o novo quadro comunitário de apoio, foi assinado em março último e, por isso, há um conjunto de intervenções que têm que ser executadas até 2030, 2033, nos tais 16 milhões de euros. Nunca ninguém aqui falou sobre isso, a não ser eu. 16 milhões de euros que este Executivo, na negociação da Comunidade Intermunicipal, conseguiu, no tal 2030, para podermos executar até 2030, 2033. Não é só para isto, é para todas as intervenções que possam ter cobertura no tal 2030. E esta intervenção também lá está inscrita, entre tantas outras que em breve, se Deus quiser, falaremos publicamente sobre tudo isso. Mas devo recordar a intervenção... aqui foi falado no incêndio que ocorreu em 2019 ou 2020, já não me recordo, que ainda nada foi feito. Ó senhor Deputado, o senhor não vai mesmo ao Mercado Municipal. Vá lá ver se a obra já está quase concluída ou se não está. Não dá conta! Mas vá lá. Olhe, está por dias. Correto senhor Vereador? A obra está por dias para ficar pronta, finalmente. Poderá dizer: já devia ter sido feita. É verdade, todos nós

já gostaríamos que as coisas já tivessem sido feitas com mais celeridade, mas é o tempo possível. E, às vezes, não é o tempo político, é o tempo técnico para que isso possa ser feito. Senhora Deputada, há outras intervenções que estão a ser feitas, para além desta, há outras que estão previstas serem executadas também, sempre nesse acompanhamento necessário da manutenção dos edifícios que, veja só, senhora Deputada, é um desafio que nós temos neste momento: é a manutenção de todos os edifícios. Ainda bem que foram feitos há vinte, trinta, quarenta anos, mas é claro que, quanto mais velhos, mais manutenção e mais custos para o erário público que isso acarreta. Já agora, falar também, porque aqui foi referido, e bem, a Central de Camionagem, porque a intervenção que foi feita há uns anos atrás não resultou e, por isso, neste momento, os técnicos estão a fazer a análise de implementar ali uma solução para, em primeiro lugar, acabar com a entrada de água. Posso dizer aqui nesta Assembleia, vai ser uma intervenção musculada. Tem que ser. Sob o ponto de vista da engenharia, vai ter que ser. Para acabar com aquela água toda que lá entra, vai ter que ser uma intervenção muito musculada e por isso é que o projeto está a ser feito para que depois possa ser executada. E esperemos que não custe assim tanto dinheiro quanto isso, mas ainda vai ser alguma quantia considerável. Depois, caro Deputado José Rodrigues, obrigado pela moção. Devo recordar a carta que foi enviada, há alguns meses atrás, aos candidatos a Primeiro-Ministro e devo referir, uma vez mais, o atraso inexplicável do Porto Seco, seja do Governo anterior, seja do Governo atual. De ambos, porque já ambos têm essa responsabilidade. Porque não foi acautelada a APDL como sendo beneficiária no Centro 2030, não foi acautelado no passado e, neste momento, este Governo também ainda não conseguiu ultrapassar essa situação. E todas as tutelas, senhor Deputado, sejam as anteriores, sejam as atuais, todas estão sensibilizadas para o tema. É preciso é que isto não fique mais atrasado, porque a APDL fez o seu trabalho. A obra está preparada para ser adjudicada. E é aqui que eu volto a dizer: então, mas que raio (ó senhor Presidente, desculpe lá eu dizer este termo mais brejeiro), mas será que o Estado Português não tem pouco mais de 4 milhões de euros para investir na Guarda, no Porto Seco, com ou sem financiamento? Seja a APDL, seja outra instituição qualquer do Estado português? Então, a Guarda não vale 4 milhões de euros? Por isso, é um aviso às navegações todas. E obrigado Deputado José Rodrigues por trazer este tema à colação, porque todos são responsáveis por esta obra que é absolutamente necessária,

não é só para o desenvolvimento económico da Guarda, é de toda a região. E por isso todos nós devemos lutar por ela. A Infraestruturas de Portugal finalmente, desde julho passado, está a elaborar os projetos das Variantes dos Galegos e da Sequeira. O processo esteve parado, simplesmente. Esteve parado, senhor Deputado, desde 2018 até agora. Finalmente, e eu sou muito como São Tomé, às vezes, só acredito vendo, mas já vi, e por isso desde julho que estão a fazer o projeto respetivo. No que diz respeito ao Plano de Revitalização, devo recordar aquilo que eu já referi numa das últimas reuniões de Câmara, a reunião de *kick off* do Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, com o Secretário de Estado da Administração Local. Devo recordar, uma vez mais, como é que esse Plano de Revitalização surgiu: surgiu da força dos autarcas, à época desafiados por mim, no final de agosto de 2022, e nesta reunião com o Secretário de Estado houve seis projetos que nós elencámos como sendo os prioritários. Vão demorar anos a serem feitos. Há um ou outro que já tem projeto. Há outros que têm que ser feitos os projetos e a obra vai demorar mais tempo ainda. Estamos a falar da Estrada Verde (ligando Videmonte, Linhares da Beira, Folgoso, com ligação a Manteigas); a Barragem do Planalto de Videmonte; os Museus e Centros Interpretativos; as Praias eco sustentáveis; as Infraestruturas e o Equipamento de Proteção Civil e as Áreas de Acolhimento Empresarial de Nova Geração ligadas ao Porto Seco da Guarda. Foram seis principais. Há um grande conjunto de outros projetos que lá estão e, por isso, todos nós, sem exceção, devemos lutar por estes e por outros projetos no Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela e noutros programas, naturalmente, também. Sobre o Hotel Turismo, ó senhor Deputado, não fui eu que falei no início de janeiro. O senhor não estava lá. Nesta edição do Wine Fest o senhor não estava lá, eu recordo-me que não estava lá, porque senão tínhamos bebido um copo com vinho da região, como é óbvio. Há muitos anos que o fazemos e haveremos, se Deus quiser, continuar a fazer durante muitos e bons anos. Mas quem o disse foi o senhor Secretário de Estado do Turismo, foi ele que referiu. E ele, como é um homem de palavra, estou certo que vai cumprir. Só espero é que não haja qualquer influência negativa nos centros do poder de Lisboa. Só espero que não haja isso, para que as palavras do senhor Secretário de Estado sejam devidamente honradas nas datas por ele proferidas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente da Câmara, peço-lhe o seu poder de síntese.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, eu fui...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu sei, eu percebo.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Eu vou tentar, mas eu tenho que responder àquilo que me perguntam...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Às perguntas feitas, certo.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Sobre o voto de louvor das associações do concelho, naturalmente todos nós nos associamos. Mas, naturalmente, tenho que recordar os incêndios 2017 e de 2022 aqui no nosso concelho e na região e prestar aqui a solidariedade para com os colegas autarcas, sejam Presidentes de Câmara, Juntas de Freguesia, mas também com os Bombeiros, com a GNR, com o ICNF, a Força Especial de Proteção Civil, a ANEPS, entre outras entidades que ajudaram a combater aqueles incêndios e, naturalmente, as nossas condolências, que já foram enviadas, às famílias enlutadas. Senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, sobre a moção que aqui foi feita, este ensaio da mentira farta, este ensaio sobre a cegueira. José Saramago já foi por mim várias vezes citado e agora uma vez mais. Em primeiro lugar, devo agradecer aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, às associações e aos grupos culturais que estiveram presentes. Pela primeira vez, de facto, foi uma grande mostra daquilo que é a nossa identidade cultural, musical, tradicional local e, naturalmente, aos produtores, aos mais de quatrocentos produtores que estiveram ali presentes, a vender os seus mais de mil produtos. E a informação que nos chega é que, de facto, houve um bom volume de negócios. Eu também ajudei a minha parte. Não sei se todos o fizeram, porque aqui muitos falam, mas depois não vão lá comprar e gastar dinheiro, dinheiro do seu bolso. E era importante que todos o fizessem. Eu vou lá, pela oitava vez consecutiva que há a Feira Farta. Faço questão de comprar na Feira Farta. Eu sei que há aqui vários Deputados e Deputadas que o fazem. Mas muitos não o fazem. A começar por aqueles que mais falam e que mais criticam, mas depois eu não os vejo lá a fazer compras e a comprar aos produtores locais. Mas eu devo recordar a redução de custos geral no Município, devido... porque aqui tentou-se fazer um ensaio

muito virado para o orçamento. Obrigado, Deputado José Valbom, por nos dar aqui essa lição da analogia dos orçamentos nacional e local. Porque aqui é azul, lá em baixo é laranja. Ou lá em baixo é azul e aqui é laranja. Já não sei. Pronto, é capaz de ser, possivelmente. Mas eu devo recordar a não aprovação... não falam sobre isto porquê? Mas falem lá sobre isto. São as vossas decisões. Depois da Assembleia Municipal, honra seja feita, que aprovou a oportunidade desse empréstimo do plano de investimentos no mundo rural por causa dos incêndios e das intempéries de 2022. Sabem o que é que nos disseram? “Gastem o dinheiro que têm na conta”, foi o que nos disseram lá na reunião de Câmara. Já se esqueceram disso? Já se esqueceram dessas vossas declarações? Senhor Presidente, prefiro não ser incomodado quando estou em raciocínio lógico e verdadeiro. Pois é, neste momento, estão cerca de 10 milhões de euros de investimento, no mundo rural, em curso. Do mundo rural da Freguesia da Guarda, também se diga. 10 milhões de euros. E, por isso, não houve Festas da Cidade, houve redução de custos da Feira Farta. Já agora, para que não restem dúvidas e não haja mentiras, a Feira Farta deste ano acabou por ficar mais cara do que aquilo que nós queríamos. 227 mil euros, foi quanto custou, as despesas totais da Feira Farta, depois de tudo pago. Sabem quanto é que ficou no ano passado, tal como tinha ficado em anos transatos? 367 mil euros. Só são 140 mil euros de diferença. Mas voltando outra vez ao mesmo raciocínio, não houve Festas da Cidade, houve redução na Feira Farta, não houve SIAC. E há outros cortes que estão previstos. Sabem porquê? Para não ficarmos totalmente descalços perante o chumbo do orçamento, para fazer as intervenções nas infraestruturas danificadas pelos incêndios e pelas intempéries em 2022. Quem faz este tipo de moções, esqueceu-se da solidariedade com as populações da Arrifana, da Pêra do Moço, de Gonçalbocas, do Alvendre, de Gonçalo, de Valhelhas, de Famalicão, dos Meios, de Fernão Joanes, dos Trinta, de Videmonte, da Vela, da Benespera, do Jarmelo, de todo o Vale do Mondego e de tantas outras. Citei as dos incêndios. Recordam-se, senhores Presidentes de Junta de Freguesia? O que fomos falando, o que fomos sofrendo todos e a vossa população mais ainda. Mas, agora, estamos aqui neste ensaio, para tapar o sol com a peneira. Devo recordar o que foi apresentado, já agora, que falaram em orçamento. O orçamento foi apresentado duas vezes e duas vezes foi chumbado. E com versões diferentes, a segunda versão tinha algumas coisas diferentes da primeira para irmos ao encontro daquilo que tinha sido solicitado. Chumbo, novamente. E depois pediram eleições antecipadas,

recordam-se? Mas, também, já como foi aqui falado pelo senhor Deputado José Valbom, chumbaram a Administração da APAL, chumbaram a Administração da Guarda Viva. É o chumbo. Tudo o que são medidas estruturantes neste concelho e nesta casa, chumba-se. Porquê? Não sei se é por não gostarem de mim, se é simplesmente pelos umbigos políticos, não sei. Mas não se esqueçam de uma coisa, cada vez que os senhores tomam essa decisão, estão a prejudicar a Guarda. Não é a mim, Sérgio Costa. O Sérgio Costa, graças a Deus, tem uma vida lá fora...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, peço-lhe o seu poder de síntese...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Ó senhor Presidente...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “... eu percebo, eu percebo...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “... no ponto a seguir, descontem-me o tempo todo, senhor Presidente. É aquilo que eu peço e que peço à Assembleia, porque, de facto, eu tenho que responder a estas coisas, depois de eu ter sido enxovalhado, entre outras coisas, senhor Presidente. Mas vou tentar...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, peço-lhe só desculpa para dar um esclarecimento. É óbvio que, fazendo vinte Deputados vinte perguntas, o senhor Presidente da Câmara terá que responder... espere. É evidente que eu peço ao senhor Presidente da Câmara o poder de síntese para responder o mais rápido possível. Muito obrigado (...) Muito obrigado. Senhor Presidente, tem a palavra, faça favor. (...) Senhor Presidente, faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Continuando. Estes chumbos consecutivos, ora se chumba o orçamento, ora se chumbam os empréstimos, ora se chumbam as Administrações. Mas vir para aqui com uma moção de Mentira Farta, é mesmo preciso ter lata e é preciso não ter vergonha na cara com aquilo que se diz e aquilo que se quer vender aos nossos concidadãos, aos nossos guardenses. Aquele chumbo do empréstimo para investimentos nas nossas freguesias que foi feito, mas parece que, por outro lado, parece que caiu... Posso acabar? Posso terminar, senhor Presidente?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor (...) Ó senhores Deputados... senhores Deputados, há uma coisa que eu vos garanto, eu não servia para Presidente da Câmara. O senhor Presidente da Câmara, durante todas as intervenções... e agora estou eu a falar, senhora Deputada, agora estou eu a falar... durante todas as intervenções, o senhor Presidente da Câmara não disse uma palavra e chamaram-lhe mentiroso. Portanto, façam o favor de ter agora respeito quando ele está a falar. Porque aquele que não tiver respeito, eu chamo os serviços de segurança e ponho-o lá fora. Que isto fique muito claro. Que fique muito claro. Não vale a pena estar a levantar a mão porque eu não lhe vou dar a palavra. Faz o pedido de esclarecimento no fim. Agora deixa falar o senhor Presidente da Câmara. Ó senhora Deputada, não me obrigue a tomar medidas drásticas, porque as tomo. Pronto, agora, faz favor, cala-se. Está o senhor Presidente da Câmara a falar. Faça favor, senhor Presidente.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Não sabemos se agora que caiu a máscara alguém ou simplesmente estamos perante Madalenas arrependidas. Não vale tudo em política, mais parece que alguns responsáveis políticos, que aqui bem ouvimos hoje, estão em perfeito desespero. Onde tudo vale no ataque ao Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que, neste momento, sou eu próprio, ataques de baixo nível, parecendo valer tudo em política. A Guarda está farta dos vossos jogos da política de baixo nível, da má língua e da calúnia e, por isso, simplesmente, deixem-nos trabalhar. Senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, senhora Deputada, sobre a questão do incêndio no centro histórico. Senhor Deputado Virgílio Bento, muito obrigado por essa resenha histórica, com o sentido de responsabilidade que aqui nos fez. Quem teve tantos anos de responsabilidade política nesta casa, e estou certo de que tudo fez o que esteve ao seu alcance, mas é importante ouvirmos aí algumas afirmações que fez, e que estou certo que são absolutamente verídicas, sobre aquilo que foi a evolução da reabilitação do centro histórico e das várias tentativas que foram feitas, com ou sem fundos comunitários. E, portanto, agradecer-lhe essas suas palavras. Mas, já agora, também aqui devo dizer que orçamento não é igual a tesouraria. Correto, senhor Deputado? O senhor Deputado é que fala muito sobre isto. Confunde-se orçamento com tesouraria. É melhor irem aprender umas lições de finanças, que é para

saber o que é que é um orçamento e o que é que é a tesouraria do município. Porque o simples facto de estar no orçamento, não quer dizer que haja tesouraria para fazer certa e determinada atividade... Mas posso acabar de falar? Eu exijo respeito!” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Já chega de me chamarem nomes, de me caluniarem...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Quantas vezes é que eu já disse que o senhor Presidente da Câmara ouviu calado aquilo que todos disseram? Ou os senhores se calam, ou eu tenho que tomar medidas. Mas é que não tenham dúvidas nenhuma, o Regimento permite-me isso. E, se for preciso, chamo a segurança e os senhores são postos fora da sala. Espero que isto não se volte a repetir. Espero, sinceramente, que isto não se volte a repetir.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Posso, senhor Presidente? Muito obrigado. É claro que nós devemos, e aqui não ouvimos isso, mas eu fiz questão de o fazer na primeira pessoa e desloquei-me ao Quartel de Bombeiros para agradecer o grande trabalho que os nossos Bombeiros, sejam profissionais, no caso das EIP, sejam Voluntários, fizeram, naquela madrugada, de contenção aos incêndios, num trabalho exemplar, muito profissional, sob pena de ele poder ter alastrado para outras construções adjacentes se o trabalho não tivesse sido bem feito. E por isso eu não ouvi aqui nenhum elogio aos Bombeiros Voluntários, aos Bombeiros Voluntários Egitanenses. Mas é justo que aqui tivesse havido um Voto de Louvor, porque, de facto, eles lutaram muito para que aquilo fosse contido. Já que ninguém o fez, aqui o faço eu, em nome da Câmara Municipal da Guarda e estou certo que em nome da Assembleia Municipal e em nome de todos os guardenses. Sobre as causas, sabemos que há uma investigação criminal que decorre. Sobre isso, nós nada falaremos porque não nos devemos imiscuir nisso. Mas devo dizer, então, de repente, tudo se degradou neste mandato? Parece que sim. Vamos com quase três anos de mandato, todos nós. Parece que neste mandato tudo se degradou. O que aconteceu ao centro histórico nos últimos vinte anos ou mais de vinte anos? O senhor Deputado Virgílio Bento retratou, e muito bem, onde todos temos a nossa responsabilidade, como já alguém aqui referiu também.

O que é que aconteceu, ao longo destes anos todos, no centro histórico? E o que foi feito para a sua revitalização ao longo destes mais de vinte anos também? É importante termos memória sobre o passado, para podermos atuar no presente e no futuro. Claro que sim, todos temos absoluta responsabilidade. O Deputado Carlos Breia falou aqui num tema muito importante: então, mas porque é que não falaram em incêndios ocorridos no passado? Na Rua de São Vicente, no Largo de São Vicente, na Rua António Júlio, na Rua Bernardo Xavier Freire, entre outros. Não interessa falar nestes porque não foram neste mandato? Não se deve fazer política com a desgraça dos outros. Nunca. Porque, sem querer, pode-nos cair em cima. E oxalá que não aconteça a ninguém. Nem esta desgraça, nem outra. É aquilo que mais vos desejo a todas e a todos vós. Senhor Deputado, eu recomendo que leia as atas das reuniões de Câmara ao longo deste mandato. As casas, em ruína, adquiridas pelo município da Guarda e candidatas ao PRR, via Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, já foi falado nas várias Assembleias Municipais. Há duas Assembleias Municipais, fiz aqui um quadrozinho que até expliquei tudo. Estamos a falar em cerca de cinquenta habitações novas que nós queremos criar nessas casas devolutas em ruína que nós adquirimos. Só queremos é que o IHRU aprove o raio das candidaturas. Eu digo o raio, sabe porquê, senhora Deputada? É que as primeiras candidaturas que nós apresentámos ao IHRU por esta via, já passou um ano. Esteve na vigência de um Governo, já está na vigência de outro Governo e continuam sem aprovar essas candidaturas. Não é só a nós. É um grande conjunto de municípios na região e no país. E, para variar, continua a estar tudo centralizado na grande Lisboa e no grande Porto. E assim não vamos lá, na luta pela tal coesão territorial. Então, e o projeto que foi aprovado para agora ser candidatado, também, senhora Deputada, de cerca de 1,8 milhões de euros para as casas da Praça Velha (são três casas na Praça Velha e uma na Rua Sacadura Cabral, que é nas traseiras) do Museu do Sabores da Beira Interior? Foi aprovado na última reunião, para agora candidatarmos e depois lançarmos a obra. Então, e o Regulamento de Recuperação dos Núcleos Históricos que foi aqui aprovado na última Assembleia Municipal? Senhora Deputada, resultados? Haveremos de os ver ao fim de algum tempo. Foi aprovado na última Assembleia Municipal, onde, a senhora, acho que também deve ter votado esse regulamento que foi aprovado na última Assembleia Municipal. E foi preciso ter coragem para fazer este regulamento. Posso-vos dizer que, na região, não há nenhum regulamento igual, nem

parecido, e há poucos no país. É um regulamento ambicioso, claro que é. Vai custar dinheiro? Vai custar dinheiro. É claro que, agora, caberá aos proprietários poderem apresentar as suas candidaturas para se gerirem às regras desse regulamento. E os edifícios adquiridos para equipamentos culturais? Aquele nas traseiras dos balcões, as antigas oficinas e o antigo teatrinho dos bombeiros, o antigo teatro dos bombeiros, enfim, também já foi ali a Igreja de Santa Maria do Mercado, na Idade Média, que nós adquirimos para se desenhar para ali um novo equipamento cultural. Olhe, indo de encontro àquilo que há pouco foi bem referido, que no tempo da governação, e bem, do Partido Socialista, já se falava nisso. Fosse naquele edifício, fosse noutros. Era equipamentos culturais para o centro histórico, para reabilitar e para trazer a tal vida para o centro histórico. E é esse o caminho que nós estamos a retomar. Então e os edifícios que nós já adquirimos na antiga Judiaria? Para se fazer ali o Centro de Interpretação das Judiarias, para fazer ali o centro de estudos ligado à cultura Judaica, que é um grande mercado, sob o ponto de vista turístico que existe no mundo inteiro. E é para isso que nós estamos a trabalhar. Olhe, os técnicos do município estão a trabalhar para isso, com os levantamentos topográficos, com os estudos prévios que estão a ser feitos, com o cadastro em curso que está a ser feito. Não é só do centro histórico da Guarda. Alguém falou, aqui há uns meses, sobre o cadastro. O cadastro está a ser feito, com recursos próprios dentro do Município, do centro histórico da Guarda e dos outros núcleos históricos, seja da cidade, seja do mundo rural. Está a ser feito. Aos poucos está a ser feito para que, a seguir, possamos tomar medidas musculadas, sob o ponto de vista fiscal, entre outras que podem ser tomadas. Mas é com essa coragem que todos nós, sem exceção, devemos lutar por essas medidas. Mas não é com chumbos do orçamento ou de empréstimos que se ajuda a resolver este e outros problemas. E no que diz respeito, já aqui foi falado, e bem, é preciso dar vida ao centro histórico. Colocar lá instituições, colocar lá pessoas. E por isso é que nós colocámos lá, no centro histórico, a funcionar, o espaço tecnológico do centro histórico. Sabiam que já vai acima dos cem postos de trabalho, no centro histórico? Não se dá conta. Pois não. É que aquelas pessoas trabalham afincadamente, dentro do edifício. As novas empresas tecnológicas, são mais de cem postos de trabalho que lá estão, na Rua General Póvoas. E o Comando Sub-Regional da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, que nós queremos colocar, num protocolo que foi já assinado com a ANEPC, há mais de um ano, na antiga

Associação Comercial. O concurso que está a decorrer para reabilitação da antiga associação comercial, a sua transformação para ali colocar o Comando Sub-Regional para dar vida ao centro histórico e para dar vigilância ao centro histórico também. Porque as pessoas estando presentes, cria-se mais vida e cria-se mais vigilância. E a sede da APAL, que nós conseguimos que fosse colocada, que estivesse no centro histórico? E é uma instituição, é uma empresa, são serviços intermunicipalizados que tenderão a crescer, naturalmente. Já veremos depois na ordem do dia. E os eventos que nós, e aqui é uma decisão política de colocar eventos na Praça Velha, no centro histórico? Para quê? Para que as pessoas afluam ao centro histórico, porque no dia em que deixarmos de fazer eventos do centro histórico as pessoas têm menos razões para lá ir. E por isso, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, este é o caminho que nós temos vindo a fazer, que estamos a fazer e que vamos continuar a fazer, assim nos deixem trabalhar. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Um pedido de esclarecimento? Faça favor. Ó senhor Deputado, se não se importa, deixa a senhora Deputada... Ó senhora Deputada, não vale a pena irritar-se... senhora Deputada, não vale a pena irritar-se, porque enquanto o senhor Presidente da Câmara falava, a senhora falava e eu não percebi. Provavelmente, não sei se sabe, eu fiz 75 anos a semana passada, já não ouvirei tão bem como noutros tempos, e, portanto, eu não percebi...” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “O senhor Presidente olhou para mim, sabia perfeitamente que eu tinha feito o pedido...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, agora estou eu a falar. A senhora Deputada gosta muito de me interromper, eu não gosto que me interrompa. Eu não percebi que a senhora Deputada queria fazer um pedido de esclarecimento e, por isso, estava a dar a palavra ao senhor Deputado Ricardo para fazer o pedido. Se é um pedido de esclarecimento, faça favor. Mas eu não tinha percebido isso.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Pronto, eu não sei como é que não percebeu, porque eu falei diretamente para si e você olhou para mim. Portanto, saberia certamente que o pedido de esclarecimento tinha sido feito. Só reforçar...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, peço-lhe desculpa. Nunca a tratei aqui por você. Nunca a tratei aqui por você, não me trata a mim por você. Que isto fique muito claro. Trata-me por senhor Presidente, como eu a trato por senhora Deputada. Não há cá vocês.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, hoje teve a coragem de me mandar calar, já teve a coragem de me desligar o microfone sem justificação, já me ofendeu porque achava que o microfone estava desligado. E, se tem dúvidas, é simples ver a visualização das Assembleias Municipais. Falaram sobre mim com termos que eu obviamente não vou voltar a dizer aqui. Portanto, se há falta de respeito? Tem. Tem havido muita perante a minha pessoa, perante até os Deputados e as Deputadas desta Assembleia Municipal. Já o disse aqui uma vez e volto a reforçar, não considero que o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Relva, tenha condições para fazer a sua função. A ordem de trabalhos muitas vezes é penalizada e agora preciso que me esclareça aqui... E agora preciso que me esclareça aqui, que me enquadre, legalmente, o facto de o senhor Presidente da Câmara ter passado doze minutos e quinze segundos. Não justifiquem que o Presidente da Câmara tem que responder, porque, então, automaticamente, todas as Deputadas e Deputados que aqui estão presentes, terão o tempo que quiserem para fazer o resto das suas intervenções, certo? Porque todas e todos nós temos que, obviamente, organizar as nossas intervenções de acordo com o tempo que nos foi disponibilizado. A única pessoa a quem é permitido ultrapassar o tempo é ao senhor Presidente da Câmara e é permitido pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia, mostrando, volto a repetir, mais uma vez, a sua parcialidade e a falta de cumprimento do seu papel enquanto Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Guarda.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, faça favor. É um pedido de? Esclarecimento.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Bem, eu, à semelhança da Deputada Bárbara, ela antecipou-se, mas eu também queria questionar a Mesa qual a figura regimental ou qual o critério para o senhor Presidente da Câmara ter mais doze minutos do que o normal, enquanto os grupos têm meros segundos. E eu refiro aqui que, no nosso grupo municipal, o Deputado Júlio prescindiu

da sua intervenção, efetivamente, porque não tinha tempo disponível para o efeito. Portanto, se nós vivemos num regime democrático em que tem que haver uma certa igualdade e equidade, presumo eu, na minha humilde opinião, que tal não se verificou aqui hoje.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, posso-lhe fazer um esclarecimento? Já lhe dou palavra. Os grupos municipais já chegaram a ultrapassar o tempo em quatro minutos. É uma questão de nós irmos ver o que está gravado. Quatro minutos e mais. Pedi poder de síntese ao senhor Presidente, mas se fizerem cinquenta perguntas, depois queixam-se que ele não responde. Por isso é que eu lhe peço o poder de síntese, mas acho que é compreensível. Senhor Deputado Miguel, faz favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, o meu pedido de esclarecimento, como é óbvio, vai no seguimento dos outros anteriores. Eu acho que ninguém, nenhum Deputado sério compreenderá aquilo que neste momento aconteceu. Nós verificámos, como é óbvio, a culpa aqui não é do senhor Presidente da Câmara. O senhor Presidente da Câmara limitou-se a responder a algumas questões e a fazer mais campanha e a vitimizar-se, como é o normal. Agora, relativamente ao senhor Presidente da Assembleia, com toda a amizade, da forma como me conhece, eu penso que o senhor Presidente tem que fazer a reflexão se deverá continuar a dirigir os trabalhos da forma como os tem dirigido, porque, na realidade, isto tem acontecido em todas as Assembleias Municipais, senhor Presidente. Não há democracia nesta Assembleia. Veja que, neste momento, o PG conseguiu gastar duas vezes o tempo que tinha, em face dos independentes que lhe deram tempo, senhor Presidente. O Senhor Presidente da Câmara conseguiu gastar mais quase quinze minutos, relativamente ao tempo que lhe tinha sido atribuído, que era de quinze minutos, senhor Presidente. E o Senhor Presidente compactuou com isto tudo. Eu já o disse uma vez, o senhor Presidente é o primeiro defensor de todos os Deputados. Antes de mais, o senhor Presidente é o primeiro representante dos Deputados e o senhor Presidente deve-nos defender primeiro a nós e, em último lugar, o Executivo, senhor Presidente. Porque qualquer Deputado aqui, o dever de um Presidente da Assembleia é defender os Deputados, senhor Presidente. E, portanto, peço-lhe que ponha a mão na cabeça, que tente perceber se realmente está a agir como deve ser e como deve agir um Presidente de

uma Assembleia Municipal que se diz democrática, senhor Presidente. Mais, uma Assembleia Municipal democrática onde o partido que está no poder não tem sequer maioria. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Para? Faça favor. Se é interpelação à Mesa, faça favor.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Eu sou rápido nisto. Eu só quero saber se os senhores Deputados querem ou não querem ver respondidas as perguntas que lhe são feitas? Se fazem um volume de perguntas tão grande, eu penso que a Mesa, no limite, se queremos ouvir as respostas, temos que dar tempo extra. É simples. Ok? Quanto a fazer política, toda a gente faz política quando vem aqui. Intervir na pólis.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Para? É para o mesmo efeito? Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “É rápido, senhor Presidente. Eu só lhe queria questionar, a nível regimental, o que é que o senhor Presidente da Câmara está a fazer nesta Assembleia? Se é para nos esclarecer, porque é que utiliza o tempo que tem disponível para fazer campanha sobre coisas que não lhe foram perguntadas? E por isso é que ultrapassa o tempo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado, isto é o velho ditado, preso por ter cão e preso por não ter. É o velho ditado preso por ter cão e preso por não ter. O senhor Deputado, coloque-se no lugar de um Presidente de Câmara, não é este, de um Presidente de Câmara que lhe fazem cinquenta perguntas durante o tempo. Como é que responde? Ou não responde e é criticado porque não respondeu, ou responde e não vai conseguir responder no tempo regimental. Aquilo que eu peço ao senhor Presidente da Câmara, como peço a todos, é que procurem utilizar o tempo o melhor possível. Pronto. É só isto. Agora, ou queremos ser esclarecidos ou não queremos. Esta é a questão, não há outra questão. Não há outra questão. Mas, senhora Deputada, não há problemas nenhuns, porque, ainda há dias, numa rede social, eu não tenho, também fui atacado na rede social injustamente e também não respondo. Também não respondo porque não vale a pena. A pessoas que nunca fizeram nada pela cidade e que só criticam nas redes sociais, o melhor é: não tenho rede social, não terei...”

não, não é consigo. É só para dizer que todos nós somos atacados, por isso não vale a pena. Terminou o período de Antes da Ordem do Dia.” -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 2.1 - Proposta de designação de membro para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco da Guarda. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “São treze e quatro. Eu propunha aos senhores Deputados, se concordarem, votarmos agora. O Executivo se quiser continuar, continuava. Se quiser sair, sai. E votávamos agora aquela proposta de nomeação da senhora Deputada Cláudia Guedes para a CPCJ. (...) Senhores Deputados, vamos procurar um consenso. A Mesa não quer impor nada. Vamos votar, demoramos aí meia hora. É uma hora. Vamos almoçar a seguir e recomeçamos os trabalhos a que horas? Vamos arranjar um consenso, não vale a pena estar a impor. Quinze horas? Quinze horas. (...)” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Agradecia que ocupassem os respetivos lugares. Encontram-se presentes sessenta e cinco senhores Deputados e Deputadas e, portanto, temos quorum. Na sequência da deliberação que tomámos de manhã, de incluir a proposta para a eleição de um quarto membro para a CPCJ, e como fizemos a votação, de que já vou dar o resultado, à hora de almoço, eu propunha, se não houver oposição do plenário, que este ponto passasse a ser o 2.1 e os outros pontos, 2.1, 2.2, 2.3... desciam o número, porque, no fundo, foi assim que fizemos isto. Votaram setenta senhores Deputados e o resultado da votação foi: sessenta e seis votos a favor e quatro votos contra. Portanto, a senhora Deputada Cláudia Reis está eleita. Em nome da Assembleia. Faço votos para que tenha um trabalho profícuo. Não é fácil, mas também já está habituada. -----

- Resultado da votação do Ponto 2.1 - Proposta de designação de membro para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco da Guarda. -----

- Eleita, por maioria, com sessenta e seis votos a favor e quatro votos contra, a senhora Cláudia Isabel Silva de Sá Guedes Ribeiro Reis. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Passando, então, ao ponto 2.2, que era o 2.1 Proposta de aprovação... Quer fazer declaração de voto? (...) Faça favor. Senhores Deputados, peço silêncio. A senhora Deputada vai usar da palavra.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Boa tarde a todas e a todos. Usando o artigo número 48º do Regimento da nossa Assembleia Municipal, o Bloco de Esquerda quer protestar sobre como o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Guarda tem conduzido os trabalhos e também sobre a discrepância óbvia que conseguimos verificar na gestão dos tempos, entre o tempo que é dado aos Deputados e às Deputadas, que corresponde àquele que foi previsto em Regimento que está de acordo com a Lei, em discrepância ao tempo que é dado ao senhor Presidente da Câmara, que não está previsto em enquadramento nenhum. Fica registado o nosso protesto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Fica registado o seu protesto. É de Lei, regimental. Fica registado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Alguns senhores Presidentes de Junta de Freguesia, nomeadamente o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cortês, se calhar, os habitantes da sua freguesia gostariam mais que interviesse mais aqui, em vez de intervir daí para aqui. Faz favor! Faz favor!” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado, penso que, com todas as críticas que me possam fazer, creio que o senhor não foi eleito Presidente da Assembleia para dirigir os trabalhos. Portanto, não chama nenhum Deputado para vir aqui falar. Mas pode usar a palavra, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Então, senhor Presidente, o meu protesto era mesmo por isso que acabou de agora fazer. É um protesto sobre a forma como tem conduzido a Assembleia Municipal nas últimas Assembleias, exatamente por isso que acabou de fazer. E, portanto, o meu protesto era por isto. Pela forma como hoje de manhã foi tratado diferentemente aquilo que é o senhor Presidente da Câmara relativamente a qualquer um dos Deputados. E dizer-lhe, mais uma vez, que o senhor Presidente é o maior representante dos Deputados e, nesse sentido, devia-se saber comportar como tal. E, como tal, deveria fazer isso e não ser forte com os fracos e depois ser brando com os fortes, que é aquilo que o senhor Presidente faz, como ficou mais uma vez

demonstrado agora quando eu queria intervir acerca deste ponto e quando fui interrompido pela bancada. E sabe o que é que diz normalmente o senhor Presidente da Câmara? Ninguém me interrompa. Ok? Sabe porquê? Porque o senhor Presidente da Assembleia Municipal deixa que isso aconteça.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, agradeço-lhe as suas palavras e, se me permite, (já lhe dou palavra) aconselho-o a ler o Evangelho de São Mateus, capítulo 27, versículo 46, ou o Evangelho de São Marcos, capítulo 5º, versículo 34 ou 35, e aparece lá uma palavra em aramaico ou em hebraico que dirá: «Eloí, Eloí, lemá sabactáni?» Pode ir depois ler e fica a tradução feita. Senhor Presidente de Junta, faz favor.” -----

- **Lúcio Valente, Presidente de Junta de Freguesia de Vila Cortês do Mondego, Independente:** “Olhe, faz favor, não me interrompa também agora. Está a perceber, senhor Deputado?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, peço desculpa, vai usar da palavra para?” -----

- **Lúcio Valente, Presidente de Junta de Freguesia de Vila Cortês do Mondego, Independente:** “Para defender a minha honra. Fui aqui atacado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor.” -----

- **Lúcio Valente, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cortês do Mondego, Independente:** “Boa tarde a todos. Em nome do senhor Presidente da Assembleia, cumprimento todos os presentes. Eu estou um bocadinho nervoso porque põem-me mesmo nervoso. Mas não faz mal. Quero dizer ao senhor Deputado que, para defender os habitantes da minha freguesia, eu não preciso que o senhor venha aqui à mesa para os defender. Eu sei defendê-los. Sempre os soube defender. Há quarenta e quatro anos, senhor Deputado. Não é você que me ensina a defender os habitantes da minha freguesia. Nem você, nem ninguém. E provas tenho eu disso porque ando lá há quarenta e quatro anos. Por alguma coisa é, senhor Deputado. O que é que foi, senhor Deputado? O que é que foi? Está-se a rir de quê? Está-se a rir porquê?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Calma, senhor Deputado...” -----

- **Lúcio Valente, Presidente de Junta de Freguesia de Vila Cortês do Mondego, Independente:** “Há algum problema? Está-se a rir de mim porquê? Está-me a chamar ignorante? Ignorante é o senhor e muitos como você.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Há uma velha frase que eu ouvi nos tempos, nos outros tempos, um juiz dizer para um advogado: «um bocadinho de respeito mútuo.» E o advogado levantou-se e disse: «Mútuo, diz Vossa Excelência, e muito bem, é de si para mim e de mim para si. Não é só de um lado.» Senhor Deputado, faça favor, tem a palavra.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Boa tarde a todos. Eu apenas quero fazer aqui um apelo. Não só à Mesa, mas também a todos os presentes. Esta é a casa da democracia. Nós não estamos a ser só vistos por aqueles que aqui estão, estamos também a ser vistos através da Internet e, portanto, tudo aquilo que nós aqui fazamos de bom ou de mau repercute-se lá fora. E, tal como nós sabemos, infelizmente, a imagem dos políticos já não é melhor. Seguramente não é por culpa nossa ou então até teremos um bocadinho. Mas se nós contribuirmos cada vez mais para esta degradação da imagem da política, em nada estamos a contribuir para uma democracia saudável. Por isso, eu faço aqui um apelo a todos. É natural que, muitas vezes, no calor do argumento, exacerbemos um bocadinho mais a nossa atitude. Mas aquilo que eu peço é que tenhamos um pouco também de tolerância e também um pouco de controlo em relação a isso, porque a dignidade que nós damos a estas cadeiras também é a mesma dignidade que os nossos pares, que em nós votaram para os representar, nos reconhecem. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Parecendo, sobre este tema, não existir mais nenhuma inscrição, colocava à discussão e à votação o ponto 2.1 da Ordem de Trabalhos que passa a ser o ponto 2.2.” -----

Ponto 2.2 - Proposta de Aprovação de Alteração do Acordo de Parceria das Águas Públicas em Altitude - Serviços Intermunicipalizados - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Está à discussão e depois à votação. Senhor Presidente, quer falar agora ou fala no fim? No fim? Muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Muito boa tarde a todos. Ora bem, este assunto já veio aqui há uns tempos, é conhecido. E na altura eu mostrei algum ceticismo relativamente à parceria que estava aqui em gestação. Enfim, de forma fundamentada, foi-me respondido pelo consultor, que é uma pessoa que eu respeito, é uma pessoa competente, que eu conheço, é uma pessoa capaz. Fez um excelente estudo, certamente. No entanto, a minha questão era, no fundo, a questão da escala, digamos assim. Nós criámos aqui uma entidade, uma parceria intermunicipal que se enquadra no regime jurídico da atividade empresarial local e, até aqui, tudo bem. Julgo saber que a nossa pretensão era, no fundo, dar escala, para que os serviços funcionassem melhor, para que as redes fossem substituídas, para que se pudessem fazer candidaturas mais facilmente aos fundos comunitários. Enfim, para que houvesse aqui um bom aproveitamento e para que os munícipes, naturalmente, beneficiem com esta entidade, com esta parceria. Não estamos a falar de uma empresa municipal dos moldes tradicionais. Estamos a falar numa parceria intermunicipal. Eu sei que isto já está a funcionar há uns tempos a esta parte e a questão é, no fundo, saber qual é o ponto de situação. Não sei se teria sido preferível ou não outra opção, é uma questão que eu deixo também aqui ao senhor Presidente. Porque, com este tempo já, com o caminho que já se fez, talvez seja possível tirar algumas conclusões. Não sei. Eu só espero que a Guarda... porque estamos a falar aqui de um total de sessenta mil habitantes, agora vem aqui o pedido de adesão de Fornos de Algodres e a fundamentação do Presidente da Câmara de Fornos de Algodres preocupa-me, de certa forma. No fundo, ele evidencia a falta de pessoal e evidencia depois a escala. A falta de pessoal. Ou seja, eu sei que esta entidade está a funcionar nos ex-SMAS, está a funcionar na Guarda. Eu sei que a Guarda tem dois terços dos habitantes que estão aqui nesta entidade. Eu só espero, senhor Presidente, que não seja a Guarda a pagar uma fatura mais elevada, que haja aqui, digamos, umas despesas partilhadas e, portanto, que não seja o Município da Guarda que esteja aqui, que não sejam os munícipes da Guarda a pagar mais do que os outros. Eu respeito todos os concelhos e há uma coisa que eu respeito que é a solidariedade intermunicipal. Sempre respeitei. E, portanto, por isso é que foram criadas Comunidades Intermunicipais e por aí fora. Mas eu estou aqui na Assembleia Municipal da Guarda, não é na Assembleia Municipal de Celorico da Beira, nem do Sabugal, nem de outra qualquer. E, portanto, é nessa medida que eu deixava aqui algumas questões ao senhor

Presidente. Por exemplo, qual é, neste momento, o organograma da APAL? Quantos funcionários tem? Qual é a relação jurídica ou contratual que os funcionários têm com esta entidade e se é que têm? Qual tem sido o contributo dos outros municípios em comparação com a Guarda? Espero, como disse há pouco, que não estejamos aqui a pagar, a dar escala, digamos assim, aos outros municípios. É isso que eu espero. Pergunto-lhe também se está tudo a correr bem, qual é o feedback que tem, neste momento, dos serviços? Se estamos a prestar ou não um bom serviço? Se tem havido ou não reclamações sobre o funcionamento da APAL? E se está em condições de garantir, é difícil, mas também deixo-lhe esta pergunta, que não haverá aumentos inflacionados ao nível do tarifário? E também uma sugestão, já agora, senhor Presidente, que era: eu acho que há algum desconhecimento da população, relativamente a esta nova entidade. E, portanto, eu creio que o aumento em 23/24, o aumento foi 6,7% para se repercutir nas perdas, digamos assim. E, agora, com esta entidade, ainda é muito prematuro, digo eu, porque o tempo é pouco, mas espero que as coisas melhorem e foi para isso que ela foi criada. Eu conheço algumas destas experiências, senhor Presidente, meus caros amigos, e tenho e continuo a ter algum ceticismo. Atenção, estamos aqui para colaborar e o nosso voto, o meu e creio que será o voto do PSD, é no sentido de votarmos a favor, como é óbvio. Portanto, damos o benefício da dúvida. Eu também dou o benefício da dúvida. Mas, tal como na altura manifestei aqui alguma preocupação, resolvi vir aqui já dizer-vos que estou um pouco preocupado. Mas gostava, senhor Presidente, se tiver alguns elementos para que nos possa dar aqui uma resposta, digamos assim, no geral, qual é o funcionamento da entidade, pois, agradecíamos, naturalmente. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir sobre esta proposta? Presumo que não há. Presumo que não há mais nenhuma senhora ou senhor Deputado que deseje falar. Dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Faça favor.”

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Em si, cumprimento toda a Assembleia, renovo os cumprimentos a todos. Senhor Presidente, deixe-me dizer, antes de começar aqui a minha intervenção, que não gastarei, nem de perto nem de longe, trinta minutos. Vou largamente compensar o tempo que eu gostei,

e que agradeço, que eu gastei ao final da manhã. Mas só pedi para o gastar porque os senhores Deputados, senhor Presidente da Mesa, estavam a pedir para eu esclarecer. E então eu esclareci e agradeço ter-me dado essa possibilidade, porque, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, eu jurei solenemente, por minha honra, defender, com convicção e nos termos da lei, as funções que me foram confiadas. Foi ali que eu assinei. E por isso nunca ninguém me irá colocar, nem nesta casa, politicamente falando, (não estamos a falar em termos de Regimento. Quem manda aqui, nesta casa, sob o ponto de vista da sua organização, é a Mesa. Foi para isso que foi eleita.) mas, em termos políticos, nunca ninguém me irá colocar a mordaza na boca. Eu queria começar por dizer isto. Custe o que custar, doa a quem doer. Foi para isso que eu fui eleito. Foi para isso que todos, se não todos, bom, aqueles que foram eleitos comigo, foram todos eleitos da mesma forma. E é isso que nós vamos continuar a fazer até ao final do nosso mandato: a falar a verdade às pessoas. Dito isto, sobre o tema que aqui é colocado neste ponto da ordem de trabalhos, trata-se, efetivamente, de um projeto que foi bem estruturado, com futuro e verdadeiramente agregador para toda a região. E a prova é que o Município, no caso concreto, Fornos de Algodres, pediu a aderência a esta parceria, às Águas Públicas em Altitude, Serviços Intermunicipalizados. Devemos dizer também que outros concelhos têm vindo a solicitar informações sobre o sistema. Vale o que vale, mas é importante nós continuarmos a ter esta discussão ampla em toda a região, tendo em conta aquilo que é o efeito de escala, precisamente, senhor Deputado. O efeito de escala é muito preocupante nas nossas regiões nos próximos anos, porque não há recursos humanos suficientes para podermos ter serviços de qualidade. E serviços de qualidade não têm a ver com o tratamento da água, porque essa temos 99,9% de qualidade de água no país todo. Não é só na nossa região, é no país todo. Esse trabalho já vai sendo feito. Mas é o acompanhamento, o acompanhamento técnico que vai tendo que ser necessário e cada vez mais, naturalmente. É claro que o sistema já podia estar a funcionar com mais celeridade. Já podia, não fora o chumbo que fizeram por duas vezes em relação às várias propostas de nomes para a sua Administração. Olhe, eu sou o Presidente da Administração. Acham, os senhores, que eu tenho tempo devido ou o tempo necessário para ser o Presidente da Administração? Eu, juntamente com os meus colegas do Sabugal e de Celorico da Beira? Não temos. Porque, naturalmente, cada um de nós tem

que ajudar a governar a sua Câmara. Este sistema é desafiante. É muito desafiante. Olhe, em termos profissionais, é daqueles desafios muito bons, sob o ponto de vista profissional. Mas nós não temos tempo e por isso agradecemos muito aos colaboradores e aos assessores que lá estão, que nos vão ajudando a fazer a gestão do dia a dia enquanto as coisas se mantiverem assim. Sobre as questões que colocou, senhor Deputado, que lhe agradeço, naturalmente, não vai haver qualquer aumento de tarifa pela entrada de Fornos de Algodres, nem pela entrada de qualquer outro município, porque cada município vai ter que fazer agora o seu EVEF, o Estudo de Viabilidade Económico Financeira, para se poder adaptar às tarifas, aos tarifários existentes e depois fazer o seu plano, que seja quinquenal, eventualmente, de adaptação aos novos tarifários. Foi isso que já aconteceu até com um dos municípios fundadores e, naturalmente, todos aqueles que possam vir a entrar, vão exatamente ter que fazer a mesma adaptação. O organograma, senhor Deputado, é aquele que foi aprovado nesta Câmara. Não mudou o organograma dos serviços. O número de funcionários é exatamente o mesmo e a relação jurídica é um assunto que nós estamos a tratar com o STAL, com o sindicato. Agora, aquilo que eu devo recordar é o acordo de colaboração que foi validado na Câmara e nesta Assembleia e, enquanto vigorar o acordo de colaboração entre a APAL e cada um dos municípios, é assim que nós vamos fazendo a gestão até que se ponha término ao acordo de colaboração. E as coisas, por isso, seguem o seu rumo dito normal. Neste momento, aquilo que decorre desde o dia 1 de junho, a entidade entrou em funcionamento oficial, legal, digamos assim, a faturação começou a ser feita pela APAL, os consumos, desde o dia 1 de junho. Em termos operacionais, também essa migração está a ser feita. Para já, em termos operacionais, só com o município da Guarda, porque a decisão que nós tomámos foi que só quando um município já estiver perfeitamente integrado... uma coisa é integrar sob o ponto de vista financeiro. Isso é de um dia para o outro. Outra coisa é integrar sob o ponto de vista operacional. E, portanto, está a ser feita a integração, em termos de operação, do Município da Guarda. Quando acabar este processo na Guarda, vamos passar para outro município. Por isso é que nós fizemos questão de pedir para aprovar aquele acordo de colaboração para que, passo a passo, um de cada vez, não é todos ao molho, um de cada vez, possa ser feita esta integração. É este caminho que está a ser feito, que já poderia estar mais acelerado, não fora as razões que eu aqui referi e que

são do conhecimento de todos vós. E, naturalmente, estamos muito satisfeitos com mais um município que agora pede para aderir ao sistema e estamos a fazer o caminho, digamos, da melhoria, da qualidade, que se irá refletir no médio e longo prazo, certamente. Não é no ano imediato, não é logo à tarde, não é amanhã que nós vamos ver a melhoria do serviço. É no médio e no longo prazo e por isso pedimos a aprovação deste ponto. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, o ponto à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.2 - Proposta de Aprovação de Alteração do Acordo de Parceria das Águas Públicas em Altitude - Serviços Intermunicipalizados - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e dois votos a favor. -----

Ponto 2.3 - Proposta de Aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento e às GOP’s para o Ano 2024 dos APAL-SIM - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja falar? Presumo que não. Não sei se o senhor Presidente da Câmara deseja dar alguma explicação?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Apenas, muito telegraficamente, dizer, senhor Presidente, que na sequência da entrada em vigor do Orçamento e das GOP, do ano de 2024, das Águas Públicas em Altitude, Serviços Intermunicipalizados, constatou-se que os projetos inseridos no Programa 244 - Abastecimento de Água, se encontravam incorretamente classificados. Portanto, é um erro técnico, não há qualquer alteração nos valores do Orçamento e das GOP. Estamos a pedir para que tecnicamente possa ser corrigido este ponto, digamos assim, no Programa 244 e, desta forma, retroagir ao início da entrada em funcionamento da entidade, o mesmo é dizer a 1 de junho. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Assim sendo, colocava o ponto à votação.” -----

- Resultado da votação do Ponto 2.3 - Proposta de Aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento e às GOP's para o Ano 2024 dos APAL-SIM - discussão e votação. -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e dois votos a favor. -----

Ponto 2.4 - Proposta de Regulamento do Funcionamento do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia do Município da Guarda - discussão e votação. -----

- José Relva, Presidente da Assembleia: “Quem deseja inscrever-se? Quem deseja usar da palavra? Senhora Deputada, não há problema, também não perdemos tempo. Faça favor.” -----

- Luísa Campos, Deputada (PS): “Boa tarde. Já saberia que seria eu a falar sobre os animais como é costume, não é verdade? E, então, desta vez, venho congratular-me com o novo Regulamento do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia, Cães e Gatos, ou seja, o novo Regulamento do CRO da Guarda, o qual é fruto do empenho tido pelo senhor Vereador Rui Melo, pela nova Veterinária do CRO, a Dra. Paula Tracana e pelas Associações de Proteção Animal, a Casota e Qoasmi, além de outros cidadãos. Fica aqui um louvor muito especial ao ex-tratador, o senhor José Manuel Pimentel, sem cujo testemunho e fotografias, esses maus tratos presentidos e presenciados por tantos de nós ao longo de muitos anos nunca teriam sido ouvidos. Esses maus tratos tinham já chegado ao nosso conhecimento antes e a seguir do ano de 2009, ano em que, com um grupo de amigos dos animais, pedimos auxílio à SIC para os denunciar, o que chegou a acontecer, tendo os animais sido filmados, em pleno Inverno na Guarda, com o pelo a pingar água de alto abaixo, após as celas terem sido varridas com água durante a limpeza, sem que os animais fossem retirados. No passado recente, no seguimento da denúncia realizada pelo senhor José Manuel Pimentel e depois de um inquérito levado a cabo pela Câmara Municipal, vimos o processo de denúncia por maus-tratos ser arquivado. No entanto, as fotografias que aqui foram a seu tempo mostradas falaram por si e o testemunho de vários confirmou os indícios e as provas. Ninguém mais pôde negar os horrores que se passavam no então chamado Canil, pois, ao contrário do que a partir de agora conseguiremos com este Regulamento, até hoje não se tinha acesso a documento normativo. A existir, não era conhecido, nem mostrado quando era pedido e, portanto, não havia base para qualquer hipotética reclamação. Dentro do Canil não

havia essa vontade. Mas hoje em dia o CRO é um lugar onde o bem-estar animal se procura ativamente, onde se veem caras sorridentes de funcionários, cães soltos dentro da cerca ou a serem passeados por voluntários, gatos a treparem por prateleiras para chegarem mais perto de uma janela com sol, uma Veterinária disposta a ouvir-nos. Isto deixa-nos muito esperançados. Há, contudo, ainda pelo menos sete necessidades, e acabo com isso, que necessitam atenção para serem colmatadas. Primeiro: os gatos, como felinos que são, precisam de celas de observação e tratamento com mais espaço, muito para além das celas mínimas em que se encontram e mesmo muito para além dos cerca de oitenta por sessenta centímetros previstos para a sua remodelação, mais ou menos. Segundo: para os animais que se prevê irem permanecer por um período mais longo, há necessidade de aquisição de um pré-fabricado para abrigar os gatos, porque os terrenos do CRO pertencem à REN e ali não podem ser feitos edifícios com alicerces. Será um pavilhão onde os gatos tenham um espaço com mínimas condições para o bem-estar felino. Terceiro: o que seria também muito útil era a instalação, no espaço exterior, de uma cobertura, de maneira a que os tratadores possam estar na rua e a passear os cães em tempo de chuva. Quarto: também necessário é um local para dar banho aos cães, uma banheira e um secador específico. Quinto - há ainda necessidade de se instalarem mais painéis solares, para permitir, a preços módicos, uma climatização de Verão e de Inverno...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados...” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Eu agradecia que quando eu terminar façam as perguntas que entenderem, mas que ouçam agora, por favor. Portanto, há ainda necessidade de se instalarem mais painéis solares, para permitir, a preços módicos, uma climatização de Verão e de Inverno nas celas dos animais e nas salas dos serviços médicos e administrativos. Sexto: há também necessidade de se instituir um fundo de maneiio, para que não se tenha de esperar semanas para poder comprar um parafuso, uma torneira ou pó para lavar as mantas ou os ninhos dos animais. Por fim, o Sétimo: é desejável que terminem os protocolos feitos com Câmaras de outros concelhos, para que não se faça aqui, na Guarda, a recolha dos seus animais necessitados, uma vez que as instalações da Guarda não são suficientes para albergar, além dos seus, os animais vindos de outras comarcas. Agradeço a vossa atenção.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Faça favor, senhora Deputada.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Boa tarde a todas e a todos. O Bloco de Esquerda vai-se abster. Há um ponto que nos deixa aqui com algumas dúvidas, e preferimos a abstenção, que é o artigo 19º, ponto 2b. Nós consideramos que deveria estar prevista a socialização dos animais e, obviamente, condições para a materializar, em vez de ser previsto o abate quando a socialização está comprometida. Esperamos, obviamente, e digo isto com muita esperança, espero que a minha confiança não vá por água abaixo, mas confiamos que este ponto não vá ser usado para o abate de animais saudáveis. No entanto, não poderemos aprovar um Regulamento que tem este ponto previsto de abate caso a socialização esteja comprometida. Na nossa perspetiva, deve-se trabalhar a socialização dos animais que forem capturados.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado, deseja intervir? Faça favor.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Muito boa tarde a todos. É só para lembrar que, pela primeira vez, em muitos anos, vamos ter um Regulamento dedicado especialmente aos nossos animais. Este funcionamento estava regulado em edital publicado em 2004. Vinte anos depois, impunha-se uma atualização deste Regulamento para o adaptar aos novos tempos. Esta infraestrutura desempenha um papel fundamental, não só no controle de doenças dos animais de companhia como na luta contra o abandono, mas também na garantia do seu bem-estar e na proteção da saúde pública. Fixa as normas de funcionamento e organização para o bom desempenho do Centro de Recolha Oficial do Município da Guarda. Com a publicação deste Regulamento, ficam definidas as condições gerais de prossecução das competências que lhe são atribuídas, como seja a recolha e alojamento de animais errantes e abandonados, a promoção da adoção e controlo da população canina e felina. Este Executivo assumiu, desde o início do seu mandato, um forte compromisso com o bem-estar animal, apostando fortemente no reforço dos meios humanos e materiais afetos ao Centro de Recolha Oficial, que agora culmina na elaboração de um Regulamento que vai normalizar e regular toda a atividade ali desenvolvida. O reforço de meios humanos concretizou-se no mandato deste Executivo, com a contratação de um Médico Veterinário a tempo inteiro, que vai ser

reforçada com a contratação de um Enfermeiro Veterinário, cujo concurso já está em fase adiantada de conclusão. Foi também sob proposta deste Executivo que, pela primeira vez na história do CRO, foi proposta uma rubrica específica no orçamento para a gestão desta infraestrutura e reforço das suas competências. Orçamento que a oposição não deixou passar. A mesma oposição que na praça pública defende os animais e pede reforço da atuação do CRO, é a mesma oposição que chumba um orçamento em que isso era concretizado. A aposta deste Executivo traduz-se na melhoria, por todos reconhecida, das condições de alojamento e tratamento dos animais, no aumento significativo das esterilizações e criação de colónias no âmbito do programa CED. Este Regulamento, elaborado com a colaboração das Associações de Proteção Animal, a Casota e a Qoasmi, representa um salto qualitativo muito significativo na promoção do bem-estar animal e garantia da proteção dos direitos dos animais. Parabéns ao Executivo, parabéns a todos os que trabalharam nesta proposta de forma construtiva. A Guarda estaria bem melhor se todos se comprometessem com o melhor para a cidade. Tenho dito.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir sobre esta matéria? Não havendo, dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara, se a desejar utilizar.” ---

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Cumprimentos reiterados. Apenas referir que se trata de um excelente trabalho, de uma excelente evolução no funcionamento do nosso CRO, do Centro de Recolha Oficial de Animais Errantes da Guarda, e a sua adaptação àquilo que de melhor se faz um pouco por todo o país. Já agora, devo dizer também, foi falada aqui a questão do inquérito: senhora Deputada, nós nunca comentámos inquéritos que são feitos pelos serviços jurídicos do Município, mas os contornos desse inquérito eram muito mais profundos do que aquilo que nós possamos pensar. Foi arquivado por decisão jurídica e, portanto, nós, mais do que isto, não queremos comentar os contornos de tudo isso que se passou à volta desse inquérito. Transcende completamente esta Assembleia, não tem nada a ver com esta Assembleia Municipal. Não, noutros fóruns. Apenas referir, senhora Deputada Bárbara Xavier, este documento esteve em discussão pública e aí é o momento certo para podermos dar os *apports* todos, propor as alterações necessárias

para depois ir à Câmara e ir à Assembleia Municipal. É este o caminho. E, em futuras situações, aquilo que pedimos, é que faça o favor de dar esses *apports*, esses bons comentários, naturalmente, sempre na construção de um documento melhor, na altura e no local adequado. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, o ponto 2.4, à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.4 - Proposta de Regulamento do Funcionamento do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia do Município da Guarda - discussão e votação.** -----

- *Aprovado, por maioria*, com setenta e dois votos a favor e uma abstenção.” -----

Ponto 2.5 - Proposta de Atribuição de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia para Obras e Aprovação da Minuta do Contrato Interadministrativo entre o Município da Guarda e as Juntas de Freguesia de Adão, Aldeia do Bispo, Arrifana, Codesseiro, Faia, Pêga, Pera do Moço, Porto da Carne, Vale de Estrela, União de Freguesias de Avelãs de Ambom e Rocamondo e União de Freguesias de Corujeira e Trinta - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir sobre este tema? Pediu a palavra o senhor Deputado João Vaz. Faça favor.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Novamente, boa tarde. Senhor Presidente, não tenho nenhum tempo para repor, mas, mesmo assim, dizer-lhe que também não pretendo ocupar todo o tempo que me está destinado. Mas vou fazer a minha intervenção de forma... vou tentar ser claro e tentar ser pausado, para que se possa perceber as dúvidas que me surgem e que possam ser esclarecidas pelo Executivo. Começar por ser muito claro e dizer que nós vamos votar a favor porque estamos a sempre a favor daquilo que é para as Juntas, como tem sido sempre a nossa postura nesta Assembleia Municipal. Agora, o que eu queria que o senhor Presidente explicasse está relacionado com a cabimentação destas despesas. O que nós temos visto nas Assembleias Municipais a que temos vindo, é que tem havido constantemente acordos, constantemente contratos

interadministrativos que têm vindo para ser aprovados e, obviamente, que estes contratos interadministrativos têm a sua respetiva cabimentação. O que temos visto é que os cabimentos registados nesta rubrica não estão a acompanhar os gastos que nós autorizamos nesta Assembleia Municipal. Ou seja, por exemplo, na última Assembleia Municipal, nós começámos nesta rubrica, tínhamos cabimentos registados no valor de novecentos e poucos mil euros. Entretanto, aprovámos dois documentos, um deles com quarenta mil e outro com duzentos mil euros. O que acontece nesta Assembleia é que nós temos aqui um documento, onde, na cabimentação, temos cabimentos registados no valor de um milhão e doze mil euros. Isto poderia ter duas justificações. Uma primeira poderia ser um erro, naturalmente. Acredito que não seja porque a Vereadora do Partido Socialista, em reunião de Câmara, já tinha perguntado em relação a este assunto. Não foi possível esclarecer, mas acredito que se fosse um erro o senhor Presidente já teria esclarecido. Até ao momento, a justificação que eu vejo para isto é que, apesar da oposição, assim como o próprio Movimento pela Guarda, nesta Assembleia Municipal, autorizar despesa com a Juntas, esta despesa não é executada. O que é que está a acontecer? Os contratos não são assinados? Depois dos contratos serem assinados, a despesa não é executada? O que é que está a acontecer? Porque nós estamos a dar condições ao Executivo Municipal para apoiar as Juntas, para gastar dinheiro com as Juntas, com coisas como por exemplo vai acontecer nesta Assembleia Municipal, se for aprovada e espero que sim, como a requalificação da antiga escola primária de Carvalhal Meão e todas as outras que aqui estão listadas. Portanto, se nós estamos nestas Assembleias Municipais constantemente a autorizar despesa, porque é que a despesa não é feita? Porque é que não é executada? Depois, não venha dizer que é a oposição que não deixa que as coisas aconteçam. Para começar, neste ponto, o senhor Presidente, no orçamento para 2024, queria ter um milhão para esta rubrica. A verdade é que, estando em vigor o orçamento para 2023, a dotação inicial foi de um milhão e cinquenta mil. Depois, por causa das revisões orçamentais que já foram aprovadas, já tenho aqui um reforço de mais duzentos e cinquenta mil euros que também foi aprovado pela oposição, portanto, que continua a dar-lhe condições. Os contratos interadministrativos vêm a estas Assembleias Municipais e são aprovados. Agora, o que eu lhe pergunto é porque é que não são executados? Porque é que o

dinheiro continua na mesma? Porque é que o dinheiro não é gasto? Consegue-nos explicar?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Miguel, faça favor. Senhores Deputados, peço um pouco de silêncio, o senhor Deputado vai falar.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Sobre isto, repetir apenas aquilo que tenho vindo a repetir nas últimas Assembleias Municipais. Tal como foi dito aquando da não aprovação do orçamento, houve uma série de Presidentes de Junta que vieram a esta mesa dizer como é que ficavam, que já não haveria dinheiro para este tipo de contratos. Está gravado. A verdade é que Assembleia após Assembleia continuam a vir estes contratos e o Partido Socialista continua a aprovar. Penso que o PSD também continua a aprovar. E, portanto, aquilo que nós dissemos, nós fomos verdadeiros e dissemos que não haveria falta de dinheiro para as Juntas de Freguesia. Outros que disseram que estes contratos não poderiam ser feitos, de alguma forma não foram verdadeiros. Portanto, mais uma vez, salientar que os senhores Presidentes de Junta de Freguesia podem contar sempre com o Partido Socialista para aprovar estas dotações, cada vez que é necessário. Cada vez que é necessário para qualquer remodelação de uma escola, para um centro desportivo. Dissemos aqui de outra vez e continuo a dizer, pensamos que, se calhar, às vezes, podiam-se juntar duas, três Juntas de Freguesia e, em vez de serem trinta mil, poderem ser noventa mil euros e fazerem alguma coisa que fosse agregador daquelas Juntas e do próprio território. No entanto, isso é uma decisão vossa e, sendo essa uma decisão vossa, nós estaremos sempre aqui para votar favoravelmente estes acordos. Neste momento e de acordo com aquilo que disse também o João, gostávamos de ser informados, por parte do Executivo, como é que estas verbas têm sido disponibilizadas e estes constrangimentos que nós vimos que até podem ser nada de especial. Mas, no entanto, a verdade é que temos vindo a assistir a alguns erros ou a algumas questões que acontecem do ponto de vista económico/financeiro que gostávamos de que fossem explicadas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Pediu a palavra, primeiro, o senhor Presidente da Junta de João Antão.” -----

- **Pedro Nunes, Presidente de Junta de Freguesia de João Antão (Independente):** “Boa tarde a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e quem nos assiste pelos meios digitais. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, hoje é um grande dia. Muitos podem pensar que não, que é mais uma Assembleia. Mas como Presidente de Junta, já cá vim antes, fico super feliz que as quarenta e três freguesias do concelho da Guarda tenham assinado os seus contratos interadministrativos. Acabam de ser celebrados os últimos onze, hoje. Também o agradecimento pelos 1.5 milhões de euros que foram dados às Juntas nestes três anos de mandato. Senhor Deputado, só a talhe de foice, eu já assinei o meu contrato interadministrativo e só recebemos 50% do valor da rubrica. Deve ser por isso que está na rubrica orçamental. E assim que concluirmos a obra e que haja a fiscalização é que vão entrar os outros 50%. O agradecimento também pelo meio milhão de euros que nos entregaram para nos precavermos e conseguirmos combater os incêndios, com aquisição dos equipamentos de combate aos incêndios. Também foi uma grande medida que nunca tinha sido feita. Também realçar 1 milhão de euros que nos foi dado na transferência de competências a todos. Está bem que nós vamos gastar dinheiro para limpar os caminhos, mas foram caminhos que nunca foram limpos, se calhar, há trinta ou quarenta anos. Nos caminhos que foram limpos este ano, se calhar, houve mais investimento. Mas nos anos seguintes vai sempre diminuindo, porque os caminhos já estão mais limpos e já vamos gastar menos. Isso dá mais aval financeiro para nós podermos gastar no futuro, não ficando tão dependentes da Câmara Municipal e isso também foi uma grande melhoria. No que respeita também às obras das intempéries e dos incêndios, estamos a falar de 10 milhões que já foram concluídos ou que estão a decorrer. E, este sim, que só havia financiamento, penso que era de 3 milhões, e podíamos perder este valor se não fizéssemos nada. E vocês estão a sufocar a receita da caixa da Autarquia por causa disso, porque já tínhamos os acordos assinados com os empreiteiros e podiam ser ressarcidos. Podiam ficar sem nada, basicamente. Porque, para algumas pessoas nesta casa, isso aí não é nada: arranjar um caminho que foi ardido, olha, daqui a dois ou três anos volta a ser ardido e perde-se o dinheiro. Não, não pode ser esse o pensamento. As pessoas que ficaram sem acesso aos caminhos, sem os ramais, com o pavimento estragado, as placas de sinalização, etc., merecem essas condições. Também, independentemente das ligações partidárias que todos aqui

temos, há uma coisa que é verdade: este Executivo está a ser amigo das Juntas de Freguesia. E eu, aí, pessoalmente, agradeço, porque acho que eu nunca vi tantas obras, desde que me lembro que estou na política, como houve, neste mandato, nas Juntas de Freguesia. Por isso, senhor Presidente, muito obrigado. Obrigado, senhor Presidente, pela palavra.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente da Junta, faça favor. Já lhe dou palavra.” -----

- **António Simões, Presidente de Junta da União de Freguesias de Rochoso e Monte Margarida (PG):** “Cumprimentar o senhor Presidente e, em si, todos os presentes. Apenas para salientar, quando se fala de orçamento, já que falou tanto do orçamento e já que estamos a falar em contratos interadministrativos, todos nós ficámos sujeitos ao orçamento do ano passado. Por isso, as obras que nós queríamos fazer estão sujeitas aos valores do ano transato, porque o orçamento foi o que foi. Eu não faço ideia o que é que estaria no orçamento ou o que estava no orçamento para este ano, mas como não foi aprovado, não tivemos aumento algum. Portanto, neste momento, quem tem que suportar o restante são as Juntas de Freguesia. E isso é importante dizê-lo. Porque isto é tudo muito bonito e eu já ouvi aqui falar do orçamento, e orçamento, e orçamento... ok, toda a gente tem razão, pelos vistos. O que é certo é que toda a gente precisa de um orçamento, até as Juntas de Freguesia. É só isso que eu tenho a dizer.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Deputado, já lhe dou a palavra. Está inscrito o senhor Deputado Ricardo. Faça favor. Já lhe dou a palavra, senhor Deputado.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Bem, eu gostei de ouvir aqui falar o senhor Presidente de João Antão porque, com o seu discurso, veio dar razão à oposição. Ou seja, com tantos milhões que aí falou que este Executivo despejou para as Juntas de Freguesia, portanto... Como? Não estão a ouvir? Peço desculpa. Estava a dizer que eu gostei bastante de ouvir o senhor Presidente da Junta de João Antão, porque ao dizer que tantos e tantos milhões foram entregues às Juntas de Freguesia para fazer a sua ação, significa que a oposição de maneira nenhuma contribuiu para delapidar este património, muito pelo contrário. Portanto, havia

dinheiro. E mais, tal como ele disse, para isto foi preciso asfixiar as finanças da Câmara. Então, olhe, tenho-lhes a dizer: se depois de todo este dinheiro gasto, na conta da Autarquia ainda estão 7 milhões, 380 mil, não sei onde é que está a falta de dinheiro. E depois também dizer ali ao senhor Presidente...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados...” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “... ao senhor Presidente da Junta do Rochoso, sabe que orçamentação é diferente da parte financeira. Eu posso orçamentar e posso não executar. E por aquilo que ouvi da parte da bancada do Partido Socialista, parece que há coisas que estão orçamentadas, mas depois não são executadas. Ou seja, está prevista em orçamento, mas depois não se faz obra. Vá-se lá saber qual a razão. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Miguel, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ó senhor Presidente da Junta do Rochoso, dizer-lhe que, como é óbvio, não tem, neste momento, o orçamento. Ou seja, o orçamento 2024 não veio a esta Assembleia, portanto, é natural que não o conheça. Se estiver interessado, eu posso pedir à nossa Vereadora para lho enviar e verá que, tanto na primeira versão como na segunda versão, relativamente a esta rubrica, aquilo que estava proposto para o orçamento de 2024 era 1 milhão de euros. Aquilo que chegámos a acordo, em janeiro de 2024, entre o PG, PSD e PS, que votaram uma série de alterações ao orçamento de 2023, esta rubrica passou de 1 milhão para 1 milhão e 50 mil. Foi anteriormente pedido um aumento na rubrica de mais 250 mil. Portanto, esta rubrica, que no orçamento para 2024 constava 1 milhão, neste momento está com 1 milhão e 350 mil. Portanto, senhor Presidente, nada tem a ver com falta de aprovação de orçamentos, antes pelo contrário. Mas, se quiser, eu peço à nossa Vereadora. Eu penso que os senhores Vereadores do PG lhe poderão fazer chegar esse documento, mas nós enviar-lhe-emos o orçamento que foi reprovado e onde consta um valor de 1 milhão para esta rubrica.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **Pedro Nunes, Presidente de Junta de Freguesia de João Antão (Independente):** “Boa tarde, senhor Presidente. Obrigado, uma vez mais. Senhor Deputado, o que você fala de despejar, não é despejar. São obras importantes! Se vierem, por exemplo, mais obras do Parlamento Europeu nos contratos para a Guarda ou do Estado Central, você não fica feliz que Guarda as tenha? Então, porque é que nós, Juntas, não havemos de ficar felizes com mais dinheiro, com mais obras? Vai dizer isso às nossas populações, que não merecemos as obras? É isso que está a querer dizer, senhor Deputado? É isso?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Deseja responder? Faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Ó senhor Presidente de Junta, eu acho que fui suficientemente esclarecedor. Eu jamais seria contra dar dinheiro às Juntas ou ajudar as Juntas de Freguesia. Não foi nada disso. Interpretou mal as minhas palavras. Aquilo que eu quis dizer foi que, naquilo que é o discurso de vitimização do senhor Presidente da Câmara, que não tem dinheiro para dar às Juntas, não consegue, o que é certo é que tem dado e continua a dar, portanto, há dinheiro. Havendo boa vontade, há dinheiro. Portanto, não leia nem interprete nas minhas palavras coisas que eu nunca disse e jamais pensei.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado pelo esclarecimento. “ -----

- **Pedro Nunes, Presidente de Junta de Freguesia de João Antão (Independente):** “Ó senhor Deputado, eu não estou a criticar o dinheiro que vem para as Juntas, mas esse dinheiro também podia ser aplicado em outras obras pelo concelho todo. Eu não fico feliz que só venha dinheiro para minha freguesia ou para as freguesias. Claro que nós, Presidentes de Junta, também queremos que haja obras na cidade. Agora, se não há esse dinheiro, como vocês dizem que querem que se gaste, como é que se vai fazer mais obras? Vocês tanto pedem... ainda de manhã a sua bancada criticou a Feira Farta, quando o intuito da Feira Farta é os produtores irem vender, não é a restante parte musical. Toda a gente ficou feliz, toda a gente vendeu mais do que nos outros anos e sem artistas. Por isso, vocês não venham aqui defender que é isso das Juntas, porque isso não é verdade. O que o senhor Deputado quis dizer não é verdade, desculpe lá.” ---

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Se não houver mais nenhuma senhora Deputada ou senhor Deputado... deseja intervir? Senhores Deputados, penso silêncio, se fizerem favor.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Isto já está a ficar muito: eh pá, tu disseste isto sobre mim. E agora venho cá eu: e tu disseste também isto. E andamos, não se percebe muito bem. Criticaram a Feira Farta porque não há artistas. Eu não disse nada disso! Nota-se? Na moção não se fala de artistas, não fala... A moção falava que nós gostávamos, uma vez que os orçamentos são aplicados em duodécimos no ano seguinte, que fosse feito o mesmo investimento na Feira Farta deste ano que foi feito no ano passado. Não gostava disso também? Nós gostávamos! Nós não criticámos os artistas. Podia trazer cá o artista que quisesse. O Toy, o Emanuel, podia ser tudo. Não dissemos nada sobre isso!” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados... senhores Deputados. Senhor Deputado Pedro... Senhor Deputado, peço-lhe que ouça o senhor Deputado a falar. Muito obrigado. Pode continuar, faça favor.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “É assim: quem aqui disse que cortou com o SIAC, FIT, Festas da Cidade e corte orçamental na Feira Farta, foi Presidente. Nós não pedimos nada disso. Foi uma decisão do... Vá, de manhã já foi isto, estarem a falar para aqui e eu para aí. Calma. Nós não dissemos que não queremos que fizessem Festas da Cidade. Ninguém disse isso. Nós não dissemos que não queríamos que houvesse musicais, bombos, o que fosse, na Feira Farta. De manhã o que pedimos foi que o valor simbólico dado aos produtores fosse o mesmo. E os senhores não quiseram. Quando muito, é isso. Dizerem que alguém criticou a Feira Farta, vá ler a moção e o primeiro parágrafo é caracterizar o que é que é a Feira Farta, dizer que tem milhares de produtos, que tem quatrocentos produtores e envolve as quarenta e três freguesias. Se isso é criticar! Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **António Simões, Presidente de Junta da União de Freguesias de Rochoso e Monte Margarida (PG):** “Eu vou ser mesmo muito breve. O que vocês sabem dizer e a única palavra que conhecem é: não. Esse é que é o grande problema. Se houvesse espetáculo:

é só festas. Não há espetáculo: é pá, nós não temos nada a ver com isso, foram eles, eles não quiseram. É pá, decidam-se!” -----

- **Miguel Bandarra, Deputado (PSD):** “Boa tarde, uma vez mais. Eu acho que está a haver aqui alguma confusão. O que nós queremos dizer é que obviamente que estamos de acordo que sejam dados apoios às freguesias. Quanto mais melhor, porque o meio rural ajuda o meio urbano e vice-versa. O que nós queremos saber é, se não são feitas tantas atividades, tantos certames e que está a ser alocado esse dinheiro a outros sítios, queremos saber se é só às freguesias, que também são, e queremos saber onde é que está a ser alocado esse dinheiro. Portanto, está a ser poupado de um lado, queremos saber onde é que vai ser investido pelo outro. É só isso que queremos saber todos, mais nada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Júlio, faça favor.” -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Ora, muito boa tarde a todos. Há uma questão que é esta: é que o dinheiro que vai para as juntas de freguesia é bem empregue, mas é aprovado por todos os Vereadores que aqui estão. Ou seja, não é o dinheiro do senhor Presidente da Câmara, é o vosso dinheiro, é o dinheiro dos contribuintes. Depois, há que desmontar aqui uma coisa de uma forma muito simples. Um orçamento é a lista de compras, aquele papelinho que nós fazemos antes de irmos para o supermercado e, depois, há outra coisa que é o dinheiro efetivo. E uma coisa que eu pergunto é: há mais ou não dinheiro, entrado este ano ou que entrará até dezembro, do que no ano passado? Ou seja, há mais dinheiro em cofre. A questão do orçamento é a questão da lista de compras que é aprovado ou não e concordando ou não com aquilo que se vai comprar. Há que dividir isto muito bem dividido. Uma coisa é o orçamento que é a listinha de compras, outra coisa é o dinheiro que temos na carteira. E, sim, esse temos mais do que em 2023. Bem-haja.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Deseja intervir? Faça favor. Peço um pouco de silêncio, se fizerem favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Uma boa tarde para todos. Depois do almoço, está tudo animado. E eu fiquei muito tranquilo porque o orçamento é uma simples lista de compras. Eu não entendo como é que o raio do país, o Primeiro-Ministro, o Presidente da República, o líder da oposição e toda a gente anda num borburinho. Afinal, é simples! Nós temos a solução do governo, aqui. O meu amigo Júlio para o governo, já.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Já agora, também, se me permitem, só devolver também um pouco aqui a picardia, já que evoca o exemplo nacional para a causa local. Também relembro aqui quais é que foram as palavras de Luís Montenegro: «se ninguém nos aprovar o orçamento, não governamos, demitimo-nos.» Tenham essa coragem. O poder prende.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Uma boa tarde a todos, é da etiqueta. Só dizer aqui ao meu amigo Ricardo Neves de Sousa que temos aqui muitas testemunhas para a aposta. Cem contra um em como o senhor Primeiro-Ministro, o Primeiro-Ministro do meu país não tem coragem de se demitir. Cem contra um. Até pode ser com o CHEGA, mas não se demite.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, deseja intervir? Faça favor.”

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Muito telegráfico, muito breve. As pessoas deviam repensar sobre o que é o CHEGA, porque o CHEGA é aquele partido de extrema direita que não é radical. E tem um pensamento positivo para este país, que podia ser complementado com o resto da direita e que podia ser a solução deste país para acabar com o socialismo que nos tem governado durante cinquenta anos e que nos conduziu a este atraso em que vivemos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Presumo que não haja mais inscrições. Dava a palavra ao senhor Presidente.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, cumprimentos redobrados. Algumas notas para poder esclarecer as senhoras e os senhores Deputados e Presidentes de Junta de Freguesia. Bom, começando por referir aqui o que o senhor Deputado João Vaz aqui referiu. Senhor Deputado, a postura que o senhor aqui teve hoje é a postura correta. Quando há dúvidas, devem-se esclarecer. Correto? Aliás, postura essa também que a senhora Vereadora Adelaide Campos também já tinha tido

na reunião de Câmara. Se há dúvidas, esclarecem-se. Agora, não é andarem por aí a publicar em redes sociais, na devassa, na calúnia. Eu até podia mostrar aqui a imagem. A imagem que não sei se foi o senhor ou se foi algum dos senhores, não sei. Também não importa saber. A imagem do vosso partido atual, foi aquilo que andaram a fazer nas redes sociais, em vez de esperarem pelos esclarecimentos, andarem na calúnia contra o Presidente da Câmara. É ilusionista, agora? Agora é esse o termo que os senhores usam? Pois bem. Então, eu vou-vos ler a explicação técnica, porque não é política. E quem não sabe vai para a escola aprender. Quem não sabe fazer contas deve ir para escola aprender, ou quem não sabe como é que se gere uma Câmara. Há muitas pessoas, no Partido Socialista, que já lá estiveram muitos anos e sabem como é que se gere uma Câmara. Mas, infelizmente, há por aí agora algumas pessoas que se põem em bicos de pés, mas, para gerir as câmaras... oxalá saibam gerir bem outras coisas. Explicação técnica, meramente técnica. Até porque, quando se mostram as folhas de cabimento, devem-se mostrar as assinaturas também porque são assinaturas dos técnicos. Não são os políticos que fazem as folhas de cabimento. Passo a citar: «O valor descabimentado corresponde ao valor dos 50% não pagos e contabilizados em compromissos ano seguinte. Ao se comprometer um valor para o ano seguinte, o cabimento desse valor deverá ser corrigido com vista a evitar a duplicação no orçamento do ano seguinte, aquando da transferência do ano na aplicação do SNC-AP, que é o sistema contabilístico da Câmara Municipal da Guarda. Sempre que um protocolo/obra tem execução para anos seguintes, o procedimento sempre foi este e sempre terá que ser este.» Fim de citação. Espero que se acabe com essa palhaçada, que andam por aí a deitar abaixo o meu bom nome. Não é o Sérgio Costa, é o do Presidente da Câmara da Guarda. Espero bem que vocês acabem com essa calúnia. Mas, falando aqui noutras questões que aqui foram colocadas, senhor Deputado Miguel Borges: «não havia falta de dinheiro para as juntas de freguesia». Era bom que os senhores tivessem aprovado... A Assembleia Municipal aprovou, os senhores até votaram a favor, penso eu, ou se abstiveram. Mas, na reunião de Câmara, o empréstimo para o plano de investimentos nas freguesias não foi aprovado. Esse empréstimo foi chumbado. Senhor Deputado Ricardo Neves de Sousa, peço-lhe que não cite esses termos mais brejeiros na política: «asfixiar as finanças da Câmara», «despejar dinheiro para as juntas de freguesia». Mas depois fala em boa gestão quando fala... mas, olhe, já agora, o saldo disponível não é esse que o senhor

referiu. É mais baixo do que esse. Portanto, o senhor não leu bem, certamente. E, depois, «havendo boa vontade, haverá mais dinheiro» e depois «se não houver orçamento, que se demitam». Ó senhor Deputado, não vale tudo em política. Em política, definitivamente, não vale tudo. Esqueça lá isso. Nós, Câmara Municipal da Guarda, nós bem gostaríamos de estar a fazer outros investimentos que não os investimentos dos incêndios ou das intempéries. Os senhores Presidentes de Junta de Freguesia certamente queriam fazer outras obras, mas teve que ser tudo canalizado para ali para aproveitar aquele um terço do financiamento dos dez milhões de euros, que o PSD e o Partido Socialista, na reunião de Câmara, chumbaram. Mas agora já não falam nisso. Falem lá nisso, fazem o favor. Falem nisso. Só falam em orçamento. Só falam em orçamento, não falam no chumbo dos empréstimos? Vou citar outra vez aquilo que disse de manhã: «gastem o dinheiro que têm na conta». E, depois, quando for preciso fazer obras na cidade, daqui a alguns meses: «o senhor não fez nada na cidade. O senhor não fez nada na cidade. O senhor não fez nada na cidade.». É esse ensaio que já anda por aí a ser feito. Mas também ficámos a saber, (não é verdade, senhor Presidente da Junta de Freguesia do Rochoso?) afinal, sempre gostam de festas. Todos nós gostamos de uma boa festa. E as festas são boas para todos nós, para chamar gente. Com mais música ou sem música, as festas são boas. E depois foi aqui referido «onde é que está a ser investido o dinheiro da Câmara». Pois bem, então, senhor Presidente da Mesa, se me permite, eu vou ter que responder a esta pergunta que aqui foi referida. Senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, senhoras e senhores Deputados, no final deste mandato, fruto dos acordos interadministrativos que já aprovámos até esta reunião de Câmara, fruto dos contratos interadministrativos da prevenção contra incêndios da proteção civil, fruto da delegação de competências que nós aprovámos nesta Câmara também, nesta Assembleia, no final deste mandato, terão sido transferidos, para as juntas de freguesia, qualquer coisa como 6,3 milhões de euros. Não tem qualquer comparação em muitos anos. Eu sei do que estou a falar. Continuando com as contas. O tal plano de investimentos, o tal de 10 milhões de euros que está a acontecer nas quarenta e três juntas de freguesia, aproveitando aqueles cerca de 3,3 milhões de euros do Fundo de Emergência Municipal, por via dos incêndios ou das intempéries de 2022, estamos a requalificar qualquer coisa como cem (requalificar, o mesmo é dizer pavimentar), cem quilómetros de estradas e caminhos rurais no

concelho. Cem quilómetros de estradas e caminhos municipais e cerca de trinta quilómetros de condutas de água, no mesmo mandato, não há comparação. Onde se inclui, naturalmente, tal como eu já disse de manhã, a Freguesia da Guarda na sua área dita mais rural, mas cujo empréstimo, para pagar os dois terços restantes, não financiados pelo FEM, foi chumbado na reunião de Câmara. Mas aqui devo também relembrar os investimentos que já foram concluídos no final de 2023, executados em 2022 e 2023. Também devo recordar, que é para os senhores saberem onde é que anda o dinheiro da Câmara. O dinheiro de todos nós, é verdade, como alguém dizia. Vamos lá a saber: Ecovia - 2,6 milhões de euros; terceira fase da Plataforma Logística - 1,7 milhões de euros; segunda fase da Escola Secundária da Sé - 2,7 milhões de euros; Mercado de São Miguel - 550 mil euros; a cobertura do polivalente das Lameirinhas - 840 mil euros; a Escola de Santa Clara - 200 mil euros, dos balneários e do ginásio; a informação, em tempo real nas paragens de autocarro da cidade - 500 mil euros, entre outras intervenções ditas mais pequenas que não vale a pena agora aqui a citar. 10 milhões de euros concluídos, em dezembro de 2023. Investimentos de 2022 e 2023. Esses são os investimentos “chapéu” que foram feitos, para que não restem dúvidas e daqui a alguns meses, quando andarmos em campanha eleitoral, não virem dizer que na cidade não se fez nada. É o que andam por aí a ensaiar nas redes sociais ou nos cafés. Mas ensaiem lá, já agora, estes números e estas obras que são tão importantes. Eu acho que, no mínimo, ó senhor Deputado João Vaz, eu não digo de si, porque não foi o senhor, certamente, que tratou disto, mas acho que quem fez esta publicação do Partido Socialista devia pedir desculpas ao Executivo da Câmara e aos técnicos do município. Mas, continuando e falando em investimentos, também devo recordar aquilo que já aprovámos na Câmara Municipal da Guarda. Recordar, porque acredito que seja uma maçada ler as atas das reuniões de Câmara. São muitas folhas. Mas eu vou fazer aqui um resumo. Neste momento, o plano de investimentos, só na cidade, está orçado em 24 milhões de euros. 24 milhões de euros, só na cidade. Agora já não estou a falar do mundo rural. Vamos lá falar de números. Avenida Cidade de Bejar, que está em curso; o Bairro do Torrão, a requalificação das ruas do Bairro do Torrão, que está “preso por poucos arames” para terminar essa obra; a requalificação do acesso à Plataforma Logística que está em curso; a Rua da Treija e dos Caminhos de Ferro e a Rua dos Caminhos de Ferro na Sequeira e no Bairro Senhora de Fátima, que está adjudicada; a requalificação de algumas ruas no

Bairro Nossa Senhora dos Remédios e no Bairro da Luz, que também já está adjudicada. Que que está na fase de concurso para análise de propostas, algumas delas: a Estrada da Pocariça, a Avenida Francisco Sá Carneiro, a sua segunda fase; o edifício da antiga Associação Comercial para a Proteção Civil, para o Comando Sub-Regional da ANEPC; a Avenida de São Miguel, primeira fase; a residência de estudantes da Rua António Sérgio; as cinquenta e uma habitações sociais do Bairro das Lameirinhas, o Museu dos Sabores da Beira Interior, na Praça Velha; a Rua Vila de Manteigas. Tudo isto em concurso. Perdão, estas duas últimas com o projeto aprovado. As outras todas, em concurso. Aprovado tudo em reunião de Câmara e agradeço muito aos senhores Vereadores, não só do Movimento pela Guarda, mas do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, porque fomos todos que aprovámos a oportunidade da execução destas obras e destes projetos. Mas devo dizer também, só aqui, no que eu acabei de referir, estão 24 milhões de euros. 24 milhões de euros. Registem bem. Mas há outros projetos, também devo dizer, que estão em curso para além destes. E veremos se e quando podem ser lançados para a praça, como sendo a requalificação de alguns equipamentos desportivos; o campo sintético do Carapito São Salvador do NDS; o campo sintético de Casal de Cinza, do Clube de Casal de Cinza; a cobertura do pavilhão desportivo do Centro Escolar do Porto da Carne; os projetos das escolas que estão todos a ser feitos para o novo quadro comunitário de apoio; os projetos das habitações sociais que nós queremos fazer em todo o território, nas escolas antigas e abandonadas, no Bairro 25 de Abril; as habitações, as tais cinquenta que eu falava de manhã, no centro histórico. Esses projetos estão em fase acelerada da sua conclusão. É o trabalho que uns não veem e outros não querem ver. A requalificação de algumas ruas no Bairro das Lameirinhas e no Rio Diz, da Rua Miguel Unamuno, da Rua Fernando Carvalho Rodrigues, da entrada da Senhora do Remédios, da requalificação do Parque de Campismo. São mais projetos que estão em curso, ora a serem elaborados dentro da Câmara pelos seus técnicos, ora fora. Vejam só: só aqui já está um grande programa eleitoral. Podem ver depois as gravações e as atas e depois podem copiar, se fizerem o favor, porque é bom que todos, a seguir, façam exatamente a mesma coisa, aquilo que já não estiver em curso. Mas ponham lá isto no programa eleitoral, que é para ninguém, depois, anular estas obras tão importantes para a Guarda. Mas, já agora, porque haveremos de voltar a falar, tão breve quanto possível, sobre a variante da “Ti Joaquina”, a Alameda dos F’s, como quisermos chamar, que

nunca custará menos do que 12 milhões de euros, será sempre daí para cima: nós já aprovámos a alteração do PDM, nesse caso concreto, com o Plano de Pormenor; nós já aprovámos o projeto de execução (aprovámos, todos); nós já aprovámos e publicámos a declaração de utilidade pública; estamos a tomar posse dos terrenos. Mas, vejam só, o empréstimo foi chumbado! Aquilo que foi dito na altura, eu bem me recordo, foi que ainda era cedo para o empréstimo. O simples facto de o empréstimo não ter sido aprovado, atrasou todo o procedimento, no mínimo, meio ano, com os prazos todos que estão pela frente. Porquê? Porque nós temos que trabalhar em paralelo com o lançamento da empreitada, com a posse dos terrenos e com o empréstimo, porque há prazos a cumprir, seja na contratação pública da obra, seja na contratação pública do empréstimo, seja nos pareceres do Tribunal de Contas. Todo o processo atrasou meio ano. Mas nós cá continuamos a trabalhar nele e esperamos, em breve, termos todos, todos, na Câmara e na Assembleia Municipal, boas notícias em relação a essa matéria. Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, este é o nosso compromisso. O nosso compromisso que assumimos quando tomámos posse naquela mesa e é esse compromisso que nós vamos continuar a defender na ajuda às juntas de freguesia, na ajuda ao mundo rural, mas também na defesa e no desenvolvimento da nossa cidade, para que o nosso concelho, no final do nosso mandato, é essa sempre a ambição de qualquer autarca, esteja melhor do que aquilo que encontrou, sem exceção. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Para? Só para um esclarecimento àquilo que o senhor Presidente disse. Eu tenho aqui apontados, por mera cautela, é o 37º, número 8, c), que diz que o senhor Presidente é o último a falar e o 46º, número 1, que permite pedir esclarecimentos para aquilo que ele disse. Para aquilo que ele não disse, não há esclarecimentos, porque ele não disse. Então, esclarecimento para aquilo que o senhor Presidente acabou de dizer, faça favor.” -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, Senhor Presidente. Deixo apenas uma questão relativamente àquilo que o senhor Presidente disse, que é chegar ao fim do mandato e ter a palavra dada e cumprida: relativamente ao que tem lavrado no programa eleitoral, o que é que vai cumprir daquilo que lá tem? Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pedido de esclarecimento? Faça favor.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Senhor Presidente da Câmara... posso, senhor Presidente?”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, peço silêncio se fizerem o favor. Faz favor.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Certo. Senhor Presidente da Câmara, obrigado pelo tom elogioso com que falou da minha questão. Dizer-lhe só que se pretende que isto continue a ser uma prática, eu espero que não continue a receber respostas aos berros, não tão agressivo e de dedo em riste apontado para mim, porque, assim, não me sentirei à vontade para poder fazer aqui as perguntas. Estou a falar sobre o que o senhor Presidente disse. Em segundo lugar...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, eu peço desculpa... Eu peço desculpa ou eu estou distraído ou não entendo nada. O que eu disse e é o que está no artigo 46º, número 1, (eu já tinha apontado aqui os artigos porque presumi que isso ia acontecer) é pedir esclarecimentos sobre aquilo que o senhor Presidente respondeu. Aquilo que o senhor acabou de fazer foi uma crítica ao modo como o senhor Presidente falou. Não está aqui no Regimento. Se é para fazer uma pergunta àquilo que ele disse, ótimo. Se não é, não é regimental.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Então, senhor Presidente da Câmara...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Uma pergunta.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Uma pergunta. Senhor Presidente da Câmara, falou aqui, por exemplo, no Museu dos Sabores, e que fique bem claro que eu não sou contra isso, a única questão que eu lhe pergunto é: falou aqui de empréstimos e que nós não falamos de empréstimos. Falemos de empréstimo. Por exemplo, o empréstimo que foi chumbado, tinha lá previsto 1 milhão para o Pólis. Foi chumbado. Porque é que veio esta segunda prioridade depois? Se a prioridade era o Pólis e gastar 1 milhão no Pólis, porque é que, depois, vem mais para a frente com uma prioridade diferente e que pelos vistos tem dinheiro para o fazer? Porque é que mudam as prioridades e os projetos ficam para trás?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados... Senhor Presidente da Câmara deseja responder? Não? Muito obrigado. Colocava este ponto 2.5 à votação.” -

- **Resultado da votação do Ponto 2.5 - Proposta de Atribuição de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia para Obras e Aprovação da Minuta do Contrato Interadministrativo entre o Município da Guarda e as Juntas de Freguesia de Adão, Aldeia do Bispo, Arrifana, Codesseiro, Faia, Pêga, Pera do Moço, Porto da Carne, Vale de Estrela, União de Freguesias de Avelãs de Ambom e Rocamondo e União de Freguesias de Corujeira e Trinta - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faça favor.” -----

- **José Carlos Alexandre, Deputado (PSD):** “Boa tarde a todos. Na pessoa do senhor Presidente, cumprimento todos. Eu só quero dizer o seguinte, é muito rápido. Penso que esta é a quinta questão que é votada por unanimidade, não é? Quase unanimidade. E, no entanto, quem estiver a assistir a este debate, pensa que há aqui uma guerra, um boicote, forças de bloqueio que não deixam o Executivo governar. Mas, depois, vai-se ver as votações e afinal não há aqui nenhuma força de bloqueio. Portanto, há aqui qualquer coisa. Vejo aqui discursos muito agressivos, que não tem nada a ver. Portanto, eu acho que as votações são a prova, sem margem para dúvidas, que ninguém aqui da oposição está a tentar boicotar o trabalho do Executivo. No entanto, ouvindo o Presidente da Câmara, parece que não.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, a palavra era para o senhor Deputado explicar porque é que votou sim ou não ou absteve-se. Não é para vir outra vez fazer comentários, porque isso era no período da discussão.” -----

- **José Carlos Alexandre, Deputado (PSD):** “Eu votei sim, porque, tal como a maior parte das pessoas, como todas as pessoas (porque unanimidade quer dizer todos), queremos, obviamente, o melhor para a Guarda. E, portanto, é por esse motivo que votei sim.” ---

Ponto 2.6 - Abertura de Procedimento de Contratação de Serviço de Fornecimento de Energia Elétrica de Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE), Baixa Tensão

Normal (BTN) e Iluminação Pública (IP) – Delegação de Competências na Enerarea - Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior - Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir sobre este Ponto 2.6, abertura do procedimento? Penso que não. Não sei se o senhor Presidente da Câmara deseja? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Sim, senhor Presidente, muito telegraficamente. Cumprimentos, mais uma vez. Senhor Presidente, trata-se de uma contratação coletiva que tem em vista, naturalmente, baixar os custos, porque, de facto, no último ano, aquilo que nós temos vindo a assistir, infelizmente o digo, porque a tendência julgaríamos que seria outra, mas tem sido o aumento das faturas da eletricidade. E, por isso, esta contratação coletiva, visa precisamente conseguir baixar os preços do valor da eletricidade que é consumida nos mais diversos equipamentos do município. Mas, senhor Presidente, se me permite, já agora que falamos de energia, dar aqui esta nota, porque na Assembleia não tinha ainda sido falado, tem a ver com o alargamento da Mina de Alvarrões. Tem a ver também com energia, tem a ver com o minério. E por isso devo recordar o relatório que foi efetuado pelos técnicos do município, muito bem elaborado. Um relatório que está disponível para consulta de todos os senhores Deputados e todas as entidades, que veio originar o parecer desfavorável da Câmara Municipal, por unanimidade, em relação ao alargamento desta Mina de Alvarrões. E, assim, desta forma, aquilo que nós pretendemos é proteger as populações da Vela, de Gonçalo e de todas as demais a jusante. É bom que estejamos todos bem atentos a este processo, porque outros ensaios podem existir no nosso território e, no final do dia, se nós formos fazer as contas sobre qual é que é a mais valia do alargamento desta mina para o nosso território: não é nula, é negativa. E por isso nós termos tomado esta posição que foi enviada para a Agência Portuguesa do Ambiente e que agora aguardamos serenamente aquilo que irá ser respondido por essa entidade. Muito obrigado. Era só isso que eu queria esclarecer, senhor Presidente. Muito obrigado.” ----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, o Ponto 2.6 à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.6 - Abertura de Procedimento de Contratação de Serviço de Fornecimento de Energia Elétrica de Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE), Baixa Tensão Normal (BTN) e Iluminação Pública (IP) – Delegação de Competências na Enerarea - Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior - Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais.** -----
- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e nove votos. -----

Ponto 2.7 - Construção de Parque TIR - Declaração de Equipamento Especial de Interesse Municipal - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Colocava à discussão, se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado desejava intervir. Penso que não. Senhor Presidente da Câmara, deseja dar algum esclarecimento?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Sim, senhor Presidente. Trata-se de um pedido de licenciamento de uma empresa privada que quer usar aquele espaço num terreno seu para serviço próprio e esta é uma formalidade obrigatória em termos de licenciamento urbanístico. E por isso este pedido que foi apresentado à Câmara e agora à Assembleia Municipal, de interesse público, para que possa ser devidamente licenciado, nos termos da lei. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Colocava, então, o ponto à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.7 - Construção de Parque TIR - Declaração de Equipamento Especial de Interesse Municipal.** -----
- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e sete votos. -----

Ponto 2.8 - Desafetação do Domínio Público Municipal de uma Parcela de Terreno num Recanto do Largo da Escola em Monte Margarida - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir sobre isto? Presumo que não. Senhor Presidente, qualquer explicação...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, se concordar, eu falo já sobre este ponto, que é o 2.8, e o 2.9, digamos assim, na nova numeração. Tem a ver com a desafetação que é pedida por proprietários adjacentes, mas que, nos termos da lei, tem que ir à Câmara e tem que ir à Assembleia para desafetar do domínio público municipal para o domínio privado municipal e depois ser feita uma hasta pública para a sua alienação. No final de todo este processo, nós chegaremos à conclusão que custou mais dinheiro todo o processo burocrático, toda a perda de tempo de todos nós, todo o papel que é gasto, do que aquilo que vamos receber. Mas é um procedimento legal e é desta forma que nós o temos que trazer, naturalmente, à Assembleia Municipal, tal como outros já foram trazidos no passado e certamente outros no futuro também. Portanto, este é um esclarecimento, senhor Presidente, para este ponto e para o seguinte. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “São duas desafetações do domínio público. Tenho que os pôr à votação em separado.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.8 - Desafetação do Domínio Público Municipal de uma Parcela de Terreno num Recanto do Largo da Escola em Monte Margarida.** -----

- **Aprovado, por unanimidade, com sessenta e sete votos.** -----

Ponto 2.9 - Desafetação do Domínio Público Municipal de uma Parcela de Terreno na Travessa do Carvalho na Cidade da Guarda - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “O ponto seguinte, o senhor Presidente da Câmara já explicou também que é a desafetação de uma pequena parcela de terreno na Travessa do Carvalho; mas, se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado desejar intervir, faça favor. Não desejando, colocava o ponto à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.9 - Desafetação do Domínio Público Municipal de uma Parcela de Terreno na Travessa do Carvalho na Cidade da Guarda.** -----

- **Aprovado por unanimidade, com sessenta e sete votos a favor.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Terminámos o período da discussão e votação. Antes de passar ao Ponto 2.10 e ao Ponto 2.11, que são informações, colocava à votação a aprovação destes pontos e da ata, em minuta. Quem vota contra? Quem se abstém?”

- Aprovado, em minuta, por unanimidade, com sessenta e sete votos. -----

Ponto 2.10 - Informação sobre a Situação Económica e Financeira do Semestre findo em 30 de junho de 2024. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir sobre esta matéria? Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. José Relva, na sua pessoa cumprimento todas as senhoras e os senhores Deputados, os senhores Presidentes de Junta e cumprimento o excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, Eng. Sérgio Costa, e as senhoras e os senhores Vereadores, bem como todas as pessoas presentes e as que nos acompanham. Pelo nosso Movimento Pela Guarda, coube-me a mim dar a devida nota a esta Assembleia sobre o positivo desempenho económico-financeiro deste nosso município até ao final do primeiro semestre do exercício em curso, quando comparado com o final do primeiro semestre do ano transato. Não vos vou maçar muito com exaustivos números e indicadores; apenas procurarei ser o mais sintético e o mais objetivo possível, dando o devido relevo aos principais e que justificam a afirmação anterior. Ora vejamos. De junho de 2023 para junho de 2024, os rendimentos do município crescem 606,3 mil euros, fixando-se em 51 milhões e 19 mil euros. O valor do EBITDA ao semestre foi, em meu entendimento, muito bom e relevante, de 4 milhões e 281 mil euros. Para quem não sabe, é com os EBITDA que se compram os melões. Os EBITDA têm sido positivos e crescem no triénio de 2021 e 2023. Contribuíram, para este bom indicador, menos custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas em 564 mil euros. Os fornecimentos de serviços externos, ainda que cresçam 446 mil euros, é um bom indicador e, portanto, não tiveram grande agravamento. O ativo total do município é agora maior: 247,4 milhões, em junho de 2024, que compara com 240,9 milhões, em dezembro de 2023. Ou seja, um crescimento de 3%, mais 6 milhões e 436,6 mil euros. No âmbito deste ativo, o município tem mais caixa e mais DO (depósitos à ordem) em

718,3 mil euros, ou seja, mais 10,77%. Mais ativos fixos tangíveis no montante de 847,4 mil euros, um crescimento de 0,41%. Mais devedores, 5 mil e 483, ou seja, um acréscimo de 56,73%. Para quem não saiba, do ativo total do município, 84% são ativos fixos tangíveis. Por outro lado, o património líquido do município, a 30 de junho de 2024, era de 193,3 milhões, maior que os 185,1 milhões, em 2023. Ou seja, continua a crescer com relativa expressão, mesmo transitando com resultado líquido, de 2023, negativo, de 1 milhão e 50 mil euros. Já agora, o resultado líquido de junho de 2024 foi positivo em 488,3 mil euros, é verdade. Se de uma empresa se tratasse, a sua autonomia financeira era excelente, seria, a 30 de junho, de 78, 1%, que compara com os 76,82% e com os 76,71% de 2023 e de 2022. O passivo do município é agora menor. O Município da Guarda cumpre, como é evidente, com as suas responsabilidades e, no primeiro semestre deste ano, reduziu o referido passivo em 1 milhão e 748,3 mil euros, ou seja, uma redução de 3%. A 30 de junho de 2024 era de 54 milhões e 101,8 mil euros. Ato contínuo, o nosso município continua a reduzir o seu endividamento bancário e, neste primeiro semestre, a redução foi de 858,4 mil euros. É, a 30 de junho de 2024, de apenas 6 milhões e 96,9 mil euros. Agora, no nosso presente coletivo, o contexto é diferente. É quase como diz o provérbio popular: não há dinheiro, não há vícios. Ou seja, não há outras tantas e boas e importantes obras como as que já foram concluídas por este Executivo e já elencadas pelo senhor Presidente da Câmara, não há outras tantas e boas e importantes obras que este Executivo tem em curso e não há outras tantas e boas e importantes obras que este Executivo e todos os nossos concidadãos anseiam há muitos e bons anos, porque as oposições não estão para aí viradas. E não estou a referir-me a projetos e obras que outrora foram grandes sonhos da cidade e concelho e dos seus líderes políticos. Não estou a falar de um necessário multiusos, que custa 25 milhões, por exemplo; de um centro desportivo de alto rendimento; não estou a falar de um funicular da baixa da cidade até à alta; de uma central de camionagem nova ou de um mercado novo. Não. Estou a referir-me a projetos mais comedidos e muito ansiados e necessários. A cidade e o concelho querem muito que se inicie a execução da variante da “Ti Joaquina”. Sem financiamento não se irá iniciar na próxima década e nunca estivemos tão perto do seu início. A cidade e o concelho querem muito que o nosso município disponha de fundos suficientes para que diferentes e importantes investimentos não sejam comprometidos e assim possam cumprir com as suas quotas

partes nas respetivas coberturas financeiras. Querem um exemplo paradigmático? O senhor Presidente, o seu Executivo e todo este município estão de parabéns pela excelente candidatura ao PRR e sua aprovação para a requalificação da antiga Residência Feminina na Rua António Sérgio, por 4,2 milhões, mas precisa de garantir e assegurar fundos próprios da ordem de 1 milhão ou mais. Deixo para si o detalhe, senhor Presidente. Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores e senhores Deputados, alguns de nós, graças a Deus, poucos, pensam assim: «era o que faltava, uma Assembleia Municipal minoritária, um Executivo minoritário, um Movimento Independente, vir agora aqui tomar conta deste município, capital de distrito, e brilhar mais do que os nossos e ex e futuros eleitos do nosso partido. Se são boas e importantes obras para o futuro, queremos ser nós a realizar e que seja por um dos nossos.» Pois é, mas quem manda? Quem manda são os nossos concidadãos com o seu voto. Senhores Deputados, estou convicto, e julgo que vós também, que a curto e médio prazo, sem financiamento, não será possível que este e outros Executivos possam levar a efeito a execução de importantes obras nesta cidade e concelho. O positivo disto tudo, do nosso atual momento: este município tem capacidade de endividamento, cumprindo todos os limites e até com folgas, e há fontes de financiamento disponíveis. Resta-me agradecer por me terem ouvido e termino, como sempre, desejando ao senhor Presidente e ao seu Executivo que continuem com toda a energia e resiliência, transparência e credibilidade na condução dos destinos da nossa cidade e concelho. Pela Guarda, muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Bem, pegando aqui nas últimas palavras do Deputado que me antecedeu, e passo a citar: “quem manda são os cidadãos com o seu voto”. É verdade! É uma verdade La Palice, mas não deixa de ser uma verdade e uma verdade messiânica. E por isso os cidadãos da Guarda disseram que a oposição, com o voto deles, é maioritária. E, como tal, o Executivo minoritário da Câmara da Guarda tem que respeitar a oposição maioritária que também faz parte desse elenco. E depois também teceu aqui grandes loas e grandes elogios às contas da Câmara da Guarda, por isso eu não entendo porque é que, a um

ano de eleições, o senhor Presidente nos brinda recorrentemente com atuações do mais fino recorte dramático, mas que, no entanto, são niveladas pela representação amadora de uma novela mexicana. Sempre a chorar, sempre a carpir, quando não tem razão para isso. Então, as contas tão boas, acabou de dizer um Deputado do seu partido, para quê tanta fita? Para quê tanto drama? Para quê tanta coisa postiça em algo que não justifica? No entanto, se nós olharmos aqui para as contas, como disse o Deputado e muito bem, tivemos um resultado líquido positivo, neste semestre, de quase meio milhão de euros, 488 mil euros. Eu recorro que o ano passado, no período homólogo, tivemos quase 340 mil euros de resultados líquidos positivos. Muito bem. No entanto, chegados a 31 de dezembro, que é a altura do corte, a altura em que se faz a contabilidade final, apareceram-nos 1 milhão e 50 mil de resultados negativos. Portanto, não é preciso estarmos aqui a embandeirar em arco, porque este resultado muito facilmente descamba. E, seguindo aquilo que foi o figurino do ano passado, podemos chegar muito bem a 31 de dezembro com um resultado líquido negativo ainda maior do que o do ano passado. Era desejável que assim não fosse. Mas estou a alertar-vos já para essa possibilidade. Depois, também fala-se aqui tanto em gestão criteriosa, em ser tudo regulamentado, em ser tudo transparente, em ser tudo muito direitinho e eu chamo só à atenção para um facto que no outro dia me disseram: ao que parece, no portal Base.Gov está um ajuste direto à volta de 25 mil euros mais IVA, que tem a ver com a contratação de uma conhecida empresa desta cidade, para, não sei se é esta a expressão, mas eu vou citá-la, para realocar a locomotiva lá em baixo na rotunda da Estação. Então, pergunto eu, mas a locomotiva não foi já realocada quando lá foi colocada? Ou fizeram o serviço mal e então vamos contratar novamente uma empresa para compor aquilo que não foi feito quando devia ser? Isto é que a tal gestão criteriosa? Não estou a falar do valor, são 25 mil euros. É muito dinheiro para o comum dos mortais, mas, no cômputo do orçamento da Câmara, nem é assim muito. Mas isto indicia uma certa forma de tratar os assuntos com displicência, que depois se reflete no grande grosso das contas. Depois, também gostava de saber como é que é possível uma autarquia que, nos últimos tempos, integrou, nos seus quadros, quase duzentas pessoas? Duzentas pessoas! Castelo Branco, que é Castelo Branco, que é maior, não tem tanta gente. Mas aumentar este quadro de pessoal, e não é só por causa da introdução dos outros serviços que foram desconcentrados do Estado, como é que, depois, a nível dos fornecimentos e serviços

externos, ou seja, da contratação de serviços no exterior, das externalizações, há um aumento de 270 mil euros, só neste primeiro semestre? Então, aumenta-se o pessoal, presumo eu, para poupar nas contratações ao exterior e depois é tudo a subir? Então, isto é que é uma gestão criteriosa? Depois, também, se olharmos para os rácios de endividamento, verificamos que, não estando maus, estão-se a degradar paulatinamente. Eu já aqui tinha alertado, no ano passado, para esse facto. E agora, mais meio ano volvido, parece que, infelizmente, veio dar razão àquilo que eu disse: os rácios de endividamento estão a degradar-se, o que significa que a capacidade de endividamento da Câmara Municipal da Guarda, no futuro, é menor daquilo que era num passado recente. E isto é mau para nós, é mau para todo o concelho. E, portanto, senhor Presidente, não queira responsabilizar a oposição pela sua incapacidade de governar. É isto que lhe peço. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Rui Ribeiro, Deputado (PS):** “Boa tarde, senhor Presidente. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e a quem nos acompanha também pelos meios audiovisuais. Bem, relativamente a estas contas, por um lado, a apreciação delas ocorre num momento intercalar e, portanto, temos um conjunto de informações muito limitado acerca do desempenho, uma vez que há uma série de indicadores que estão estimados e que não são efetivos. Mas, enfim, é a metodologia. Depois, um segundo obstáculo é o facto de, quando falamos em apreciação das execuções orçamentais, estarmos limitados a um orçamento que, enfim, é aquele que é obtido nas circunstâncias que todos conhecemos, uma vez que o Executivo nunca teve a iniciativa de apresentar e de fazer aprovar um orçamento adequado àquilo que eram as suas intenções. Bem, mas relativamente às contas, o que ressalta na nossa análise é o facto de o ativo aumentar, mais uma vez, por via do ativo não corrente, ou seja, à custa de deixar para trás tudo aquilo que é investimento, e, portanto, que reproduz benefícios futuros, e por conta de ativo circulante e de curto prazo. O património líquido também, da mesma forma, aumenta cerca de 8 milhões de euros, mas por via de uma conta de outras variações de património líquido que não são explicados na análise que nos é fornecida para vir aqui hoje. Também, à semelhança daquilo que já foi referido pelo

Deputado Ricardo Sousa, levantam-nos preocupações a vigilância do valor do resultado líquido e os indicadores de liquidez a deteriorar-se, pelo menos a liquidez imediata, e, portanto, são alertas que nós também deixamos, porque serão certamente motivos de preocupação no futuro. Na execução orçamental, com as limitações que eu referi no início, a execução da despesa de capital é mais uma vez baixa, com implicações ao nível da manutenção, pelo menos aquelas que nos preocupam, ao nível da manutenção de cofinanciamentos eventualmente obtidos por programas, nomeadamente pelo PRR, cujo horizonte temporal de execução se aproxima rapidamente do final. E, ainda do lado da receita, mais uma vez, o IMI a destacar-se como a receita mais significativa e representando cerca de 71% do total de impostos diretos arrecadados, entendendo nós que o peso deste imposto deve ser otimizado por forma a que os guardenses também se vejam, de certa forma, aliviados nas suas despesas com impostos. Por outro lado, a execução da despesa é superior ao período homólogo passado, devido, essencialmente, ao aumento de despesas com pessoal e a fornecimentos e serviços externos. Portanto, de alguma forma, dando a entender que as despesas de capital ficam, mais uma vez, de fora desta execução que o Executivo nos tem trazido. Para terminar, e para não dizerem cobras e lagartos da oposição, também vou dizer que tomamos boa nota da manutenção do prazo médio de pagamentos nos vinte e um dias, que me parece uma boa medida, e da manutenção dos limites e margem de endividamento. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Presumo que não. Não sei se o senhor Presidente da Câmara deseja dar alguma explicação? Faça favor.” -

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Sim, senhor Presidente. Muito obrigado. Reitero os meus cumprimentos. Algumas notas breves, senhor Presidente, sobre algumas coisas que aqui foram referidas. Deputado José Oliveira, muito obrigado.... José Oliveira! É António... lá terei que oferecer as amêndoas, meu caro amigo. Bom, senhor Deputado, obrigado pela explanação exaustiva sobre os principais indicadores deste primeiro semestre do ano, que valem o que valem, naturalmente. Portanto, foi um bom primeiro semestre nos principais indicadores, digamos assim. Mas já falarei mais em pormenor de alguns deles. Senhor Deputado Ricardo Neves: «tanta fita, tanto drama». O senhor começa de uma forma, mas depois acaba de outra. Mas já estamos habituados. Depois,

mete-se sempre o orçamento à mistura quando dá jeito, quando não dá jeito, já não se mete o orçamento. Ora se metem os empréstimos à mistura quando dá jeito, outras vezes, já não se mete. Assumam, de uma vez por todas, que os senhores votam, votaram até agora, e volto a dizer, os senhores, todos, que têm responsabilidade nessa área, votaram, até agora, contra aquilo que é estruturante nesta Câmara Municipal: votaram duas vezes contra o orçamento; a seguir pediram eleições; votaram contra os dois empréstimos, o dos investimentos nas Freguesias, o da variante da “Ti Joaquina”; votaram contra, duas vezes, a Administração da APAL; votaram contra a Administração da Empresa Municipal Guarda Viva, para a habitação e para as áreas empresariais. Tudo o que é estruturante, os senhores votaram contra, até agora. O futuro a Deus pertence. Senhor Deputado, o senhor disse aí um número, o número não é verdade. Quem lho disse, mentiu-lhe. Não entraram duzentos colaboradores na Autarquia. Quem lhe transmitiu estes dados, mentiu-lhe. Porque não entraram duzentos colaboradores na autarquia, entraram cento e vinte. Quase metade até agora, em função dos concursos que foram abertos que estavam previstos nos quadros de pessoal. E sabe para quê, senhor Deputado? Vou recordar, outra vez, aquilo que eu já aqui disse há cerca de um ano. Nos últimos dez anos, reformaram-se, na Câmara da Guarda, incluindo as escolas, qualquer coisa como duzentas e cinquenta pessoas. Nos últimos dez anos. A perspetiva de saídas, nos próximos cinco anos, é de mais duzentas pessoas. Só para termos noção, está-se a reformar, em média, um funcionário por semana nesta casa. E ou nós nos adaptamos e começamos a transmitir o know-how (isto, é como fazem nas empresas) começamos a transmitir know-how, o conhecimento que há das pessoas mais velhas, mais antigas, para as novas gerações, para o trabalho depois de ser contínuo, ou então, se estamos à espera que saia e depois entra outro, só em período de formação, perdemos muito tempo e muito dinheiro. É assim que se faz. Vamos ter aqui este hiato de tempo, vamos ter custos acrescidos, mas é um mal necessário. Nós temos que ter as pessoas para trabalhar, senhor Deputado. Já para não dizer que esta casa, em 2021, recebeu as competências da educação, as competências da ação social, as competências da proteção civil. Entretanto, houve também uma delegação de competências da proteção civil na área dita mais técnica. Esta Câmara não estava preparada para essas competências. E agora, felizmente, começa a estar preparada com estes recursos humanos, porque é uma dimensão completamente diferente. Desde os recursos

humanos que estão nas escolas, que acompanham os nossos filhos, os nossos netos, à manutenção, ao acompanhamento técnico, tudo isso. É um paradigma completamente diferente. É uma verdadeira empresa de manutenção que nós temos que ter agora nas escolas, senhor Deputado. E por isso foi preciso fazer esta adaptação e não vai ficar por aqui. Ainda há mais alguns concursos a decorrerem, uns porque ficaram desertos, ficaram vazios. A maior parte deles, aliás, foi mesmo por causa disso, naquelas áreas mais específicas, mais técnicas: as artes tradicionais, lá temos que lançar outra vez. Portanto, senhor Deputado, os números são estes e é com este pragmatismo. Senhor Deputado, falou aí na questão da despesa corrente. É verdade, também nos preocupa. E sabem o que é que é a despesa corrente? Então, vamos lá a saber: aquisição de alimentos para os refeitórios, um aumento muito substancial nestes custos. Não podemos deixar de ter. Aliás, é uma opção política nossa que já vem desde há muitos, anos e nós reforçamos, as cantinas funcionam com funcionários do município, não contratamos empresas. Podíamos lançar um concurso, temos seis cantinas (correto senhora Vice-Presidente?), seis cantinas em funcionamento na cidade. Mas a nossa opção é com recursos próprios porque há a manutenção de outro tipo de qualidade, a oferta é completamente diferente. E temos sido muito elogiados na região e no país por esta forma de gestão e que nós mantivemos desde há muitos anos. Aquisição de água, os custos aumentaram com a aquisição de água. Depois, a recolha dos resíduos, senhor Deputado Luciano Calheiros, eu, há pouco, esqueci-me de referir a questão das tarifas. No final do ano, há de haver aumentos, mas é por causa dos resíduos. Aliás, neste momento, estará quase... eu não sei se agora, Deputado José Valbom, por causa destas questões do orçamento a nível nacional, a nível local não sei se também estas discussões... é quase uma revolução dos autarcas por causa do que está a acontecer no mundo dos resíduos em Portugal. Porque aquela privatização, eu já falei nisto publicamente e vou voltar a falar, aquela privatização que foi feita da EGF, do setor de resíduos em alta no país, há alguns anos, que foi por força da Troika, como bem sabemos, estamos a chegar à conclusão que foi uma má decisão. Porque não resolveu nenhum problema. Antes pelo contrário. Está a prejudicar neste momento os municípios e, por consequência, os munícipes, porque as taxas de resíduos, a previsão de aumento é colossal. Chega-se a falar no dobro das taxas, de aumento dos resíduos. E o mesmo é dizer em relação à TGR, a Taxa de Gestão de Resíduos, que depois é para ser

compensada com os biorresíduos. Mas as metas de biorresíduos, para nós conseguirmos alcançar as metas dos biorresíduos (correto, senhor Vereador?) vai ser um suplício. Estamos no bom caminho. Mas, de facto, quem está sentado naquela entidade reguladora em Lisboa, não sabe, não tem conhecimento daquilo que é a realidade do país. Veremos quando é que essas coisas vão estabilizar. E por isso este aumento de custos que tivemos muito substancial na área dos resíduos. Depois, falar também da iluminação pública, a aquisição de saneamento, enfim, foi aquilo, grosso modo, que está refletido nas contas, no que diz respeito ao aumento da despesa corrente. Claro que ninguém está satisfeito com isso e todos os dias nós fazemos as nossas contas e a nossa gestão, para podermos baixar estes rácios, esta despesa, estes números, porque é importante baixar, naturalmente, para podermos ter folga para fazer outros investimentos. Para pagar os investimentos que estão a ser feitos, os tais 10 milhões de euros que estão a ser feitos nas freguesias, os 24 milhões de euros da parte não financiada que está em curso na cidade. É para isso que nós temos que continuar a trabalhar. Deputado Rui Ribeiro, a despesa de capital baixo. Pois é, o PRR sabemos o que é que é. Se repararem, no que diz respeito à habitação, o que é que evoluiu? Vão lá fazer as contas. Eu sou testemunha, na primeira pessoa, do desespero da anterior Ministra da Habitação, a senhora Ministra Marina, sobre o funcionamento do IHRU. Sou testemunha, na primeira pessoa, do desespero. Sou testemunha, na primeira pessoa, do desespero do atual Ministro sobre a mesma coisa. Mudou agora, mais uma vez, a Administração do IHRU. Esperemos que seja desta. Acho que todos desejamos que seja desta. Porque, senão, eu vou dizer aqui uma coisa que, se calhar, politicamente, é errada. Mas, se calhar, tecnicamente, é mais acertada. Eu não sei se é acabar com o IHRU, de uma vez por todas, ou não. Porque não há nenhum autarca neste país que diga que essa instituição do país está a funcionar bem. Funciona mal. Ainda hoje de manhã estava aqui a trocar mensagens com uma técnica, com uma colaboradora: “- Então, o IHRU já marcou a escritura do projeto tal? - Não, dizem que agora...”. Estamos há dois meses à espera da escritura. “Dizem que é agora no início de outubro.” E é assim: dizem! É este o laxismo que se passa em alguns setores, no caso concreto do PRR. Noutros não. Noutros as coisas estão a querer acelerar. Mas nesse caso em concreto não. E por isso é que a despesa de capital não é aquela que nós gostaríamos que fosse. PRR e 2030, que é a mesma coisa. O 2030 só arrancou a partir de março, foi quando assinámos o

contrato, porque o 2020 atrasou. Todos os autarcas tiveram que estar concentrados no fecho do 2020 até 31 de dezembro. Acredita que nós ainda não recebemos as verbas todas do 2020? Pode lá ser possível isto? E tivemos que encerrar e pagar os tais 5 milhões que eu falei. Até dia 31 de dezembro tivemos que pagar tudo. Mas o que é facto é que ainda não devolveram o dinheiro na totalidade e é assim que andamos. É assim que andamos na gestão dos fundos comunitários. Senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, recordar apenas aqui os dados, os rácios mais importantes. E deixo desde já um aviso à navegação, senhor Presidente, permita-me esta expressão mais brejeira. Os indicadores vão piorar até ao final do ano. Vão mesmo piorar. Porque os 10 milhões de euros ninguém os paga, o investimento no mundo rural. Ainda falta lançar dois procedimentos, daqueles todos que já aprovámos, e agradeço mais uma vez aos senhores Vereadores, os procedimentos dos incêndios e das intempéries. Dos incêndios já estão todos lançados. Das intempéries falta lançar dois. É preciso pagar. Os indicadores vão piorar, os rácios de endividamento, os prazos de pagamento se calhar também vão piorar. E há outras coisas mais que vão piorar, certamente. Porquê? Porque só temos 3,3 milhões de euros e temos que pagar 10. 10,2 ou 10,3 milhões de euros. Não temos que pagar tudo até ao final deste ano, não. É até ao próximo ano. Vamos ver, em função da capacidade de execução das obras pelos empreiteiros. Mas temos que arrancar também, já estamos a arrancar e vamos continuar a arrancar com as obras do 2030. Já temos três em curso, outras que estão em concurso e outras se irão seguir. Por isso os indicadores vão piorar. Mas, tal como disse e bem o senhor Deputado António Oliveira, registámos uma variação positiva de 3% no ativo. O passivo diminuiu 3%. Diminuímos 858 mil euros na dívida às instituições de crédito, os tais empréstimos que foram contratados, e bem, no passado, para fazer os centros escolares da cidade e do mundo rural. Sem dinheiro, não há vícios! Entre outras obras que foram feitas e que nós estamos a acabar de pagar. Faltam 6 ou 7 milhões de euros. Porque à época, e bem, se não havia financiamento necessário, mas as obras eram precisas, então temos que contrair empréstimos. E bem, é uma boa medida. E foi de longo prazo o empréstimo. Cá estamos a continuar a pagar. Infelizmente, atualmente, os mesmos responsáveis já dizem coisa diferente quando é o nosso executivo, só porque governa em minoria: “Não, espera aí que tu não vais contrair um empréstimo, gasta o dinheiro que tens lá em casa.” Para depois dizer que os rácios

pioraram e que não se faz obra e que não se faz obra e andam aí pelas redes sociais e pelos cafés a espalhar esta desgraça. É um ensaio sobre a cegueira, conforme eu já disse hoje de manhã. Este resultado líquido claro que é importante, quase meio milhão de euros de resultado líquido positivo no primeiro semestre. Conseguimos arrecadar mais receita. Temos também mais despesa, conseqüentemente, naturalmente, pela execução das mais diversas rubricas orçamentais. E dizer, também é importante, que as receitas totais cobrem o valor das despesas totais nos períodos em análise, sendo o rácio obtido de 126%. Portanto, estamos bem. Mas é possível que piore. Não apresentamos, tal como já disse, e bem, pagamentos em atraso. O prazo médio está em vinte e um dias. Aqui, ser vinte e um, ser dezanove como era antes, ou ser quarenta ou sessenta é exatamente a mesma coisa. Não ganhamos mais nem ganhamos menos. É apenas ficar aqui bem na fotografia, digamos assim. E apresentávamos fundos disponíveis positivos de 6 milhões de euros. Mas tudo isto vai piorar. A dívida total do município da Guarda representava, neste semestre findo, 0,29 vezes a média da receita corrente líquida cobrada dos últimos três anos, tendo a mesma diminuído, no primeiro semestre, no valor de 2,4 milhões de euros face ao período homólogo. Enfim, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, é este o trabalho que nós vamos continuar a fazer com este plano de investimentos, porque, tal como alguém dizia hoje, aquilo que importa referir e é esse o caminho que nós vamos continuar a fazer, a nós ninguém nos cala. Por mais que tentem, ninguém nos cala. Nós iremos, enquanto formigas, continuar a avançar enquanto as cigarras vão continuar a cantar. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Está encerrado o ponto 2.10.” -----

- **Ponto 2.10 - Informação escrita do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda acerca da Atividade Municipal.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mais uma vez, eu vejo o Executivo, que não intervém, a não ser o senhor Presidente da Câmara, mas o resto do Executivo, que eu me recorde, durante a manhã e durante a tarde, ainda não se levantou do sítio. Como é que os senhores Deputados, que falam e votam, passam a vida a levantar-se e a sair? Há coisas que eu efetivamente não entendo. Também não sei como é que hei de fazer, a

não ser fechar as portas. Provavelmente vou ter que chegar a esse ponto de fechar as portas. Fechar as três portas que dão acesso à sala. Provavelmente. Ou fazer como me dizem que um antecessor meu neste lugar fez, que um dia deu um murro na mesa. Mas deu mesmo um murro na mesa e deu bem. Não sei, sobre este tema da informação... senhor Deputado, o senhor Deputado João Vaz já tinha pedido a palavra. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, em relação a este ponto, falar aqui de uma questão de que em março, pela questão da comemoração do Dia da Mulher, foi aprovada, nesta Assembleia, uma moção por causa da distribuição de produtos de higiene menstrual. Fiquei muito contente quando, a passar nas redes sociais, vi na conta da Associação de Estudantes da Escola Afonso de Albuquerque que isto estava a acontecer. Fiquei menos contente quando percebi que só estava a acontecer naquela escola e que era responsabilidade da Associação de Estudantes. Senhor Presidente, não me parece que seja preciso fazer uma candidatura ao Fundo Europeu, não me parece que seja preciso pedir um empréstimo para fazer face a esta despesa. Às vezes, são estas pequenas coisas que fazem diferença, também, na vida das pessoas. E, portanto, o que lhe pedia era que desse seguimento à moção que foi aqui aprovada pela larga maioria dos Deputados, porque, acima de tudo, é justa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado pela sua intervenção. Senhor Deputado Luciano Calheiros, faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, meus caros Senhores Deputados. Sobre a informação do senhor Presidente, havia aqui duas ou três questões que eu gostaria de falar. Uma delas tem a ver com a divisão da cultura. É sabido que nós temos uma agenda cultural que é muito vasta, presentemente até muito diversificada. Eu já o disse aqui e é um facto. Tem muitas atividades culturais, os meses de julho, agosto e setembro nós tivemos, contabilizando assim muito rapidamente, umas cinquenta atividades e uns quantos festivais e grande quantidade de eventos. Isso é um facto. Portanto, como disse, é uma agenda muito diversificada e é uma agenda significativa. Eu não tenho dúvidas em relação a isso, porque é uma evidência óbvia. E, portanto, pode-se gostar ou não gostar, mas é um facto. Isso é factual. Destaco até o Festival de Blues que eu tive oportunidade de

acompanhar e, portanto, tem espetáculos para públicos muito variados. Ora bem, eu, no entanto, gostaria de deixar aqui uma sugestão ao Executivo que é o seguinte. Nós somos uma capital de distrito, temos há muitos anos o Teatro Municipal da Guarda, pode-se discutir se funciona melhor ou pior. Mas, como disse, continuamos a ter uma agenda muito interessante. Eu acho que falta aqui qualquer coisa. E eu lembrei-me, já há uns tempos a esta parte que era para ter falado aqui neste assunto, eu sei que vão-me dizer que é preciso muito dinheiro, mas isso é tudo muito relativo. Mas falta aqui, a meu ver, um teatro profissional. Um grupo de teatro profissional. Nós temos aí municípios com muito menos poder económico do que a Guarda, nem sequer tem a agenda que nós temos, nem para lá caminha, e que têm grupos de teatro profissionais. Eu não vou puxar aqui a brasa à minha sardinha, porque nós, na minha aldeia, na Vela, temos três jovens muito bem colocados, excelentes profissionais. Um está no Teatro de Tondela, no ACERT, outro está no O Bando, em Palmela, e o outro está em Castelo Branco. São três jovens, mas há outros exemplos, certamente. São três jovens que são da Guarda e que gostariam de trabalhar aqui, não tenho dúvida absolutamente nenhuma. Eu já falei com eles. E eu creio que até já contactaram o senhor Presidente da Câmara, terão enviado, julgo eu, um projeto qualquer para a Câmara Municipal, mas que podiam dar aqui um apporto e podiam ser aqui uma mais valia para o nosso concelho. E mais, o que eles estão a fazer também com os "Gambozinos e Peobardos", que é do conhecimento de muitos de vocês, é significativo também. E, portanto, é quase uma escola de formação que podia também ser muito bem partilhada pelas várias escolas que temos na Guarda e no concelho da Guarda. E, portanto, senhor Presidente, era um desafio que eu deixava aqui à Câmara Municipal. Nós temos que aproveitar aquilo que temos de bom, nós temos esse recurso. Eu lembrei-me destes jovens da minha terra porque eles não estão cá, gostariam de estar e eu tenho a certeza disso, como há outros noutras freguesias certamente. E, portanto, uma escola de formação de teatro era, com certeza, uma mais-valia para a Guarda. E os custos são sempre relativos porque pode-se cortar ali e, portanto, já sabemos como é que isso funciona. É fácil. Ora bem, uma outra coisa e hoje falou-se aqui, parece que estamos num ambiente pré-eleitoral, e estamos, nós estamos já a fazer a curva, digamos assim, para o novo ano e a coisa começa a aquecer, como se costuma dizer. E tem-se falado muito em orçamento. Eu gostava de falar de uma outra coisa que me preocupa também que é o despovoamento

do interior e que nos deve preocupar a todos. Ora bem, há pouco tempo, o Secretário de Estado, também no âmbito dos incêndios, falou na necessidade de repovoamento do interior. Toda a gente fala nisso. O poder central fala nisso constantemente. Portugal é um país de risco ao meio, como todos sabemos. Temos o litoral e depois temos o resto. E depois não me venham com histórias de que houve descentralização, que estamos a fazer um bom trabalho, que o governo descentralizou, que passou competências para as câmaras. É verdade que descentralizou e que passou, pelo menos todos nós sabemos e publicou. E, portanto, passou aquilo que muitas câmaras não queriam, é um facto, e que tiveram que querer. Mas continua a ser um país centralizado. Continua a ser um país centralizado. Qualquer coisa de mais importante é preciso ir a Lisboa, aos ministérios. Se não formos lá, não fazemos nada. E, portanto, eu acho que nós devíamos ter presente esta questão do repovoamento. E, já agora, senhor Presidente, porque nós perdemos população, desde 2011 até 2021 perdemos três ou quatro mil habitantes e estamos a perder mais. Neste momento já devemos ter menos de 40 mil habitantes. E a este propósito, o senhor Presidente da Câmara Municipal, no orçamento de 2023, disse o seguinte. Vou citar, naturalmente, não é fastidioso. Também não estamos muito avançados na hora, mas é um curto parágrafo: “Para inverter o despovoamento e a falta de recursos humanos qualificados, o município da Guarda tem prevista a implementação do Plano de Atração de Pessoas e Empresas, PAPE, com 100 mil euros de dotação anual e que deverá ir até aos 550 mil euros nos próximos anos, atraindo talento à região, colmatando a falta de recursos humanos e ajudar na fixação das famílias jovens. Para além de socialmente responsável e solidário, o município da Guarda pretende ser, em 2023, encorajador de investimento e da criação de emprego.” E a pergunta, senhor Presidente, é a seguinte: pergunta um - nós estamos agora no terceiro ano do mandato, estamos quase a caminhar para o final do mandato, e perguntava-lhe se este plano PAPE já deu resultados ou não? Se temos atraído ou não talento para a região? Isto é uma questão. Segunda questão: se conseguimos, até ao momento, fixar pessoas, invertendo a tal tendência? Terceira questão: o que é que temos feito para atrair e fixar os jovens? Nós temos três jovens ali no público, muitos mais haverá por aí e que gostavam de continuar aqui na Guarda e, portanto, o que é que nós temos feito? E quarta questão: qual tem sido, grosso modo, o resultado, ao nível da captação de investimento, no mandato que se aproxima do seu final? Estas são três ou

quatro questões que deixaria aqui, naturalmente, para o senhor Presidente da Câmara, se tiver dados e se quiser responder, como é óbvio. Uma outra questão, senhor Presidente, que não tem nada a ver com isto, é o seguinte: eu, em resultado de concurso, fui recentemente colocado na Escola Secundária Afonso Albuquerque. Resolvi voltar de vez a minha terra. E ao chegar ali fiz uma visita pela a escola e uma senhora, na biblioteca, disse-me assim: “Olhe, esta escola é muito bonita (e como sabem foi requalificada no âmbito da Parque Escolar. Aliás, estão aqui cinco professores da escola que sabem isso melhor do que eu, porque estão lá há mais tempo do que eu.), mas, olhe, chove aqui. Chove na biblioteca. É uma biblioteca excelente, mas chove.” Há coisa de meia hora atrás, recebi cinco imagens que partilharam comigo de baldes espalhados pela biblioteca. Diz-me a colega que está ali na minha bancada, que é professora também lá, que nos laboratórios também chove. E é uma pena. Nós sabemos que aquilo são obras da Parque Escolar. A Parque Escolar é o que é já, neste momento. E uma pergunta que lhe faço, senhor Presidente, não sei se no âmbito da descentralização, eu na altura lembro-me de ter lido os regulamentos sectoriais e parece-me que também foram transferidas essas competências para a Câmara Municipal e creio que as assumiu. Não sei, senhor Presidente, se isso é uma responsabilidade direta da Câmara Municipal, se o senhor Presidente da Câmara está em condições de fazer alguma coisa. Deixo aqui esta mensagem porque é preocupante uma escola que é excelente e que chove em vários sítios, que é uma coisa incompreensível. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Boa tarde. É só para responder ao meu colega. Só para terem uma ideia, a nossa escola, no ano passado, estive a meter água, durante semanas, na sala dos professores. Vocês querem acreditar que a direção quis mandar alguém desentupir os algerozes e tecnicamente não podemos porque é a Parque Escolar. Não estamos autorizados a mais do que dois metros de altura ou três para fazer qualquer intervenção. Portanto, acho que isso já responde acerca do que a Câmara Municipal pode fazer ou não naquela escola, que é: não pode fazer nada, em princípio.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Presumo que não haja mais nenhum senhor Deputado. Não sei se o senhor Presidente da Câmara deseja dar algum esclarecimento? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Sim, senhor Presidente, muito telegraficamente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, peço silêncio.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Deputado João Vaz, apesar de ainda não ter ouvido as desculpas perante aquilo que eu fui maltratado, vilipendiado, nas redes sociais, pelo Partido Socialista, pelos responsáveis, por representantes do Partido Socialista. Mas isso fica como fica convosco, digamos assim. Mas é esta a mágoa que eu tenho que carregar. Mas sobre essa questão que referiu, senhor Deputado, todo o levantamento foi feito. Entretanto, houve alguma evolução porque o próprio estado português também disponibilizou verbas e, portanto, estamos sempre em articulação com os agrupamentos, quando necessário, para que isso possa ser reforçado. É um assunto que nós não fazemos bandeira dele. Não, de todo. Portanto, sempre que há qualquer solicitação, o município, naturalmente, nessa e noutras matérias que não são da nossa responsabilidade legal, mas nós atuamos. Senhor Deputado Luciano Calheiros, sobre as companhias de teatro. Nós temos quatro companhias de teatro no nosso concelho. Diremos amadoras, profissionais, eu acho que eles já são bem mais profissionais do que muitos profissionais que andam aí pelo país fora. E, portanto, nós já apoiamos essas quatro companhias com espetáculos, com formação, com residências artísticas. Todos os anos os apoiamos. E já têm estado no teatro municipal a apresentar a suas peças e vamos continuar a fazê-lo. Aliás, já fomos mais além, o ano passado e este ano também, mais uma vez, com o teatro nas escolas. É uma excelente iniciativa que começa a fazer despertar nos alunos, nos mais novos, a suas aptidões para o teatro, as suas capacidades para o teatro. E, portanto, é um projeto muito interessante e que, não é ao fim de um ano nem ao fim de dois, é ao fim de vários anos, certamente vai dar os seus frutos. E por isso temos essa preocupação já com este investimento que nós já fazemos, mas acolhemos, naturalmente, e muito bem, a sua intervenção. Sobre o despovoamento do interior, senhor Deputado, se nós tivéssemos uma qualquer receita, nós autarcas, para combater isto, nós podíamos não fazer mais nada se conseguíssemos

estancar o despovoamento até aumentar o número de residentes. Infelizmente, de Bragança a Beja, neste risco ao meio, conforme referiu, do país, é aquilo que está a acontecer. Não é desde agora, já é desde 2001. Desde 2001 que foi o auge e depois os números têm vindo a descer. Não só na Guarda, em todo este vasto território. Sobre o Plano de Atração de Pessoas e Empresas, senhor Deputado, nós temos tido várias iniciativas diretamente com as empresas e há um regulamento que está a ser trabalhado. Dirá: mas já devia estar em cima da mesa esse regulamento. É verdade. Mas é um regulamento denso e que nós esperemos que, tão breve quanto possível, possa vir à Câmara, entrar em discussão pública e vir a esta Assembleia, para termos uma medida ainda mais musculada daquilo que nós já fazemos, daquilo que nós já atraímos. E quando pergunta se já conseguimos atrair talento, claro que sim. Claro que sim, que já conseguimos atrair talento. É suficiente? Não é suficiente. O trabalho tem que continuar, dia após dia. Não podemos baixar os braços. Este trabalho nunca acaba. Porquê? Porque nós atraímos talento por um lado, mas, sem darmos conta, ele pode estar a fugir por outro. E por isso temos que estar sempre muito bem alicerçados e de braço dado com essa necessidade. Senhor Deputado, neste momento, este executivo já conseguiu atrair, já conseguiu criar (não fomos nós que criámos, mas foram as empresas com o nosso apoio, empresas e serviços) estamos a falar em mil postos de trabalho, senhor Deputado. Os números estão aí nas empresas. E falaremos, tão breve quanto possível, sobre isso. É suficiente? Não é suficiente. Temos que continuar a trabalhar. E eu poderia fazer aqui o relatório de todas essas empresas que estão cá a laborar. Mas temos que continuar a trabalhar. Esta é uma informação que ainda não é pública, mas vai ser em breve, os trinta lotes que acabámos de vender na plataforma logística. São catorze empresas, entre as duas hastas públicas. Catorze empresas para ali poderem fazer agora o desenvolvimento do seu negócio, sejam empresas de cá ou empresas de fora. Mais um grande conjunto de postos de trabalho que se perspectiva. E é este caminho que nós temos que continuar. Todos, sem exceção. Não é o Presidente da Câmara sozinho, não são os Vereadores sozinhos. Somos todos. Sempre que nós possamos sinalizar, e não é a primeira vez, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, que pessoas que aqui estão nesta sala, naturalmente não vou dizer o nome, que me ligam: atenção que há um potencial investidor nesta área e quer falar convosco. Sim senhor, vamos marcar o dia para

